

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ademas Pereira da Costa Junior

AQUI É ITAIPU!?

**Pescadores Artesanais e os sentidos da expansão urbana da
cidade de Niterói - História Pública e Incertezas**

Niterói/RJ

2023

Ademas Pereira da Costa Junior

AQUI É ITAIPU!?

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: Cultura e Sociedade.

Orientação: Prof. Dra. Juniele Rabêlo de Almeida

**Niterói/RJ
2023**

Ademas Pereira da Costa Junior

AQUI É ITAIPU!?

**Pescadores Artesanais e os sentidos da expansão urbana da cidade de Niterói -
História Pública e Incertezas**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do Grau de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Área de concentração: Cultura e Sociedade.

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Juniele Rabelo de Almeida (Orientadora)

Universidade Federal Fluminense

Professor Doutor Cezar Honorato

Universidade Federal Fluminense (Arquidor)

Professora Doutora Cátia Antônia da Silva

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Arguidora Externa)

FICHA CATALOGRÁFICA

D111a Da Costa Junior, Ademas-Pereira
AQUI É ITAIPU? : Pescadores Artesanais e os sentidos da
expansão urbana da cidade de Niterói - História Pública e
Incertezas / Ademas-Pereira Da Costa Junior. - 2023.
121 f.

Orientador: Juniele Rabelo De Almeida.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Instituto de História, Niterói, 2023.

1. História Pública. 2. História Oral. 3. Micro
História. 4. História Urbana. 5. Produção intelectual. I.
Rabelo De Almeida, Juniele, orientadora. II. Universidade
Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

Pois assim se encontrou em seu curso e muitas vezes de outro modo.

- *Aristóteles, Da geração e da corrupção*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Olodumare. Maferefun Orunmilá!

Que eu tenha humildade para lhe escutar. Mojubá Eleguá!

À matriz ancestral que vem do mar e que me guia. Mafefeorfun Olokun! A quem deu força ao meu coração, e que sabe a resposta das perguntas antes delas existirem. Kawó-Kabiyesilé, meu pai Xangô! Àdùrà Orí.

A minha família, minha grandiosa mãe, Ana Vitória, ao meu querido pai (in- memoriam), aos meus avós, meus tios. A quem participou desse momento e me escutou tantas vezes falar sobre essa pesquisa. Ao meu amigo Gustavo. Especialmente minha amada Alice.

Agradeço também às instituições que financiaram essa pesquisa desde o começo, aos espaços que foram abertos para que ela fosse compartilhada e discutida. Agradeço à Fundação Euclides da Cunha (FEC) pela bolsa de mestrado que me deu sustento durante a pandemia.

Agradeço aos meus amigos pescadores de Itaipu que me abriram as portas de suas casas, Maurinho, Nem, Sidnei, Robinho, Jairo, Seu Chico, Guilerminho, Cambuci, Dêzinho.

A Todos que me deram peixe, me ensinaram a pescar e pescaram comigo.

Agradeço ao LABHOI, minha casa na UFF.

Agradeço a querida Juniele, minha orientadora, minha amiga.

Agradeço a Babá Obatalá. Aos Orixás que me axé na caminhada.

“Sankofa”
Provérbio Africano

RESUMO:

Esta dissertação investiga e interpreta o sentido histórico das experiências do tempo que envolvem a transformação do mundo da vida da comunidade de pescadores artesanais de Itaipu-Niterói/RJ. A pesquisa de fôlego realizada entre 2017-2023, encara o desafio historiográfico de fundamentar metodologicamente o texto historiográfico contra o ceticismo do tempo presente, alinhando o texto à forma como o pensamento histórico desta comunidade local dá sentido a suas experiências. Para isso parte-se dos postulados da hermenêutica da consciência histórica que busca um retorno à narrativa e ao narrador. A investigação opera pela lógica da descoberta, característica dos textos de micro-história ao considerar de forma ampla os diferentes escopos fontes, em diferentes escalas, a fim de elucidar as condições de possibilidade de investigação historiográfica e históriológica sobre as comunidades de pesca atualmente. A pesquisa compreende a sua abordagem das tarefas crítica e metodológica através de reflexões filosóficas, que estruturam as condições da produção da dissertação como um texto-conhecimento em História Pública e História Oral, a fim de alinhar a relação entre o texto e o mundo da vida. Em sentido amplo, dissertação considera o sentido histórico das experiências do tempo como uma ação dos diferentes atores envolvidos no contexto. Em sentido estrito a pesquisa constitui um estudo sobre as narrativas que tematizam as transformações da localidade de Itaipu e seus sentidos para a comunidade de pescadores, cotejadas com o processo de desenvolvimento urbano da cidade de Niterói, refletindo sobre as condições que efetivaram a possibilidade dessas transformações acontecerem especificamente nesse contexto. Sendo assim, trata-se de uma investigação empírica com uma vocação teórica que almeja refletir sobre o tema da pesca artesanal como um desafio historiográfico contemporâneo, na medida em que busca atingir uma compreensão do tempo contemporâneo onde prevalece o sentido das incertezas sobre o mundo da vida.

Palavras-chave: História Pública, História Oral, Micro-História, Narrativa, Tempo.

ABSTRACT:

This dissertation investigates and interprets the historical meaning of the experiences of time that involve the transformation of the world of life of the artisanal fishing community of Itaipu-Niterói/RJ. The extensive research carried out between 2017-2023, faces the historiographic challenge of methodologically substantiating the historiographic text against the skepticism of the present time, aligning the text with the way in which the historical thinking of this local community gives meaning to its experiences. To do this, we start from the postulates of the hermeneutics of historical consciousness that seeks a return to the narrative and the narrator. The investigation operates through the logic of discovery, characteristic of microhistory texts when broadly considering different scopes of sources, at different scales, in order to elucidate the conditions for the possibility of historiographic and historical investigation into fishing communities today. The research comprises its approach to critical and methodological tasks through philosophical reflections, which structure the conditions for the production of the dissertation as a knowledge-text in Public History and Oral History, in order to align the relationship between the text and the world of life. In a broad sense, the dissertation considers the historical meaning of time experiences as an action of the different actors involved in the context. In a strict sense, the research constitutes a study on the narratives that thematize the transformations of the locality of Itaipu and its meanings for the fishing community, compared with the process of urban development in the city of Niterói, reflecting on the conditions that made the possibility of these transformations possible. happen specifically in this context. Therefore, this is an empirical investigation with a theoretical vocation that aims to reflect on the theme of artisanal fishing as a contemporary historiographical challenge, as it seeks to achieve an understanding of contemporary times where the sense of uncertainty about the world of life prevails.

Keywords: Public History, Oral History, Micro-History, Narrative, Time.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Apresentação | 9 |
| Introdução: A translocalidade de Itaipu | 13 |
| 1 Comunidades de Sentido - diálogos teórico metodológico..... | 19 |
| 1.1 O presente contemporâneo e a modernidade anômala na historiografia | 24 |
| 1.2 O retorno do narrador: um paradigma para a investigação histórica | 31 |
| 1.2.1 História Pública Participativa: reconhecendo os percursos | 35 |
| 1.3 O que se passou: o percurso, o encontro e a narrativa - um campo da historiologia. | 38 |
| 1.3.1 A resposta à pergunta “Quem narrará?” | 41 |
| 1.3.2 A resposta à pergunta “Quem narrou?” - um retorno ao narrador | 47 |
| 1.4 Políticas da Pesca, Estado e seus efeitos: história e meio ambiente no litoral sudeste..... | 58 |
| 1.4.1 Modernidade Anômala entre os Pescadores de Itaipu | 63 |
| 1.5 Pescadores de Itaipu - Companheiros de Arrastão | 66 |
| 1.5.1 A vida em Itaipu | 66 |
| 2 A consolidação da urbanização brasileira e seus aspectos translocais | 70 |
| 2.1 Transição econômica do Regime Militar e a questão urbana: o mercado de habitação..... | 75 |
| 2.2 Niterói uma “Cidade Nova”: dinâmica urbana e mercado imobiliário (1970 - 1976) | 80 |
| 2.3 Cidade Balneária de Itaipu: modernização e conflito no litoral fluminense (1973- 1982) | 85 |
| 2.4 Cidade nova e um novo tempo: onde vivem os pescadores? (1979-1992) | 90 |
| 3 Aqui é Itaipu? Narrativas públicas das incertezas dos pescadores locais..... | 98 |
| 3.1 Uma interpretação possível: Itaipu é uma praia só!..... | 98 |
| 3.2 As incertezas em Itaipu: território, cotidiano e demandas socioambientais | 107 |
| 3.3 Tempo de incertezas, consciência moderna, “bem dizer” e o sentido do cotidiano | 108 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 110 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:..... | 115 |

Apresentação

A delimitação do objeto de estudo, a cronologia e sua abordagem foram definidas nos termos aqui apresentados em 6 anos de pesquisa. Inicialmente, como um projeto de iniciação científica no ano de 2017 em História Oral, desenvolvido com orientação da professora Juniele Rabelo de Almeida, com o objetivo de estruturar um acervo de entrevistas de histórias de vida - tematizando as narrativas públicas dos pescadores artesanais de Itaipu. Já bolsista do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI-UFF), fui estimulado a produzir uma pesquisa participativa, orientada a dialogar e compartilhar as demandas públicas da comunidade de Itaipu. O princípio da autoridade compartilhada orientado pelo encontro e a produção das entrevistas públicas¹ foi se desenhando ao longo do projeto em uma escuta sensível e reflexiva das ações mobilizadas pelos pescadores e suas demandas históricas.

A atenção à atitude historiadora que a comunidade produz, isto é, a forma como elaboram seu pensamento histórico, contribui diretamente para o modo como o historiador aqui faz e pensa a sua prática. A investigação das fontes, a produção do acervo, e a sua interpretação visa introduzir as intenções² à prática - no momento da escrita do texto - , isto é as intencionalidades transversais que mobilizam o fenômeno da ação do encontro do próprio historiador com a comunidade de interlocutores.

Neste sentido, a pesquisa de História Oral não abdica de sua posição crítica e metodológica na construção dos diálogos com a comunidade, pois está a todo momento habilitada e interessada em exercer seus preceitos para estruturar a abordagem e produzir sua investigação como historiografia. Há um longo percurso até a produção da entrevista, que obedece a práticas bem definidas, que vão desde o primeiro encontro até a transcrição, organização e publicização do acervo. Procedimentos que apenas se justificam como preceitos éticos e um comprometimento político e poético com as devolutivas. Que só pode existir em conjunto com o respeito ao tempo, aos prazos e critérios estabelecidos na própria comunidade através do reconhecimento de acordos. Com respeito ao local e a seus próprios termos de expressão. Um tempo que requer presença, um contato vivo, sincero e sensível, para que a

¹ Esse princípio sensível e reflexivo define a entrevista como um espaço produzido em co-autoria em que se pode interpretar os significados mobilizados e os sentidos dados à narrativa da comunidade considerando os seus próprios termos, na justaposição das questões historiográficas que contextualizam as narrativas. Para saber mais ver FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única ou De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In.: MAUAD, Ana Maria, ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). História pública no Brasil – sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-71

² No sentido da história que pode também ser vista e compreendida através das “entre-vistas.” Para saber mais Cf. MEIHY. 1995

comunidade se veja interessada e compreendida na pesquisa e se mostre disponível para narrar, compartilhando a relevância das suas histórias de vida.

Isso se dá através da naturalidade da presença. Dos encontros que se tornam possíveis pela própria dinâmica da vida. No qual a apresentação da pesquisa se torna um convite para o reconhecimento da relevância do interlocutor que no processo de aceite para a colaboração se reconhece como um narrador. Esse processo é vivo dentro da própria convivência cotidiana e sugere paradigmas e vestígios. No caso, o recurso ao roteiro de entrevistas estruturado ou semi-estruturado com base em pesquisa bibliográfica prévia sobre o tema traz uma referência para a investigação da produção da memória histórica dos sentidos compartilhados por essa comunidade. A própria comunidade de Itaipu hoje articula as redes acadêmicas de diferentes áreas do saber. A exemplo, ao longo dos 6 anos de pesquisa, essa investigação estabeleceu diálogo com pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), entre outras instituições que já desenvolviam estudos com a comunidade de Itaipu. Abrindo-se para uma interface transdisciplinar.

Se o LABHOI foi o solo fértil em que cresceu essa pesquisa. O Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC-UERJ), coordenado pela geógrafa Cátia Antônia da Silva, foi quem plantou a semente. Sendo assim a visão da "geografia das existências" das comunidades de pesca no litoral - de Itaguaí, Angra dos Reis, Baía de Sepetiba, Pedra de Guaratiba e Itaipu entre outras, também em diálogo com pesquisadores Moçambicanos - produz uma investigação das comunidades de pesca de um ponto de vista da sociedade contemporânea sui-generis:

Quando propomos a compreensão da pesca por meio de uma “geografia das existências” trata-se de um exercício pedagógico de compreender a dimensão da produção social do espaço que é regulado de diversas formas. As geografias das existências fazem referência à produção do cotidiano e do lugar, tecidas nas relações de trabalho, nos vínculos sociais nas sociabilidades e heranças culturais que marcam o pescador no exercício de sua função, mas também no ócio e no convívio com amigos e familiares: possui uma espacialidade (relação com os objetos) e a historicidade (relação com as heranças culturais, as memórias e as identidades coletivas, marcado por normas tecidas nos costumes - direito consuetudinário, que são normas construídas a partir dos costumes e tradições de atos e valores de um grupo - e que tem a oralidade como um dos princípios de linguagem mais importantes) (Silva. C. 2015).

No caso da investigação participativa em história oral e história pública, ou na geografia das existências, a abordagem das políticas desenvolvidas pelo Estado, sua jurisdição e suas implicações nos padrões de consumo da sociedade moderna tangência de diferentes formas a produção e uso do território: atravessando o lugar e a definição do público por essas

comunidades no tempo presente. Através da abordagem do NUTEMC nos resultados socializados no projeto “Modernização, território e cartografia da ação social”, que passei a observar a "busca pelo método" com mais atenção. Justamente pela constatação da pluralidade dessas "geografias" e “historicidades”. No artigo "Um desafio epistemológico e metodológico: por uma geografia das existências", a inspiração vem da investigação sobre o sentido das ações. Fruto inspirado na pesquisa da socióloga Ana Clara Torres Ribeiro, que estabelece os três níveis de realidade que lhe interessa abordar através desse fenômeno: o social, a ação e o sentido. Sendo que o acesso à ação é o primeiro interesse de observação a ser justificado, pois é fundante do aparecimento do sentido e da possibilidade de sua interpretação no meio social através da tradição oral e das narrativas da comunidade, no qual sintetizamos aqui como o um quarto nível, aquele que ele se expressa como: público.

O "sentido da ação" é compreendido a partir da relação do ator com a comunidade na realidade que se normatizou para ser investigada. Que de um ponto de vista etnográfico e etnológico almeja se aproximar dos "seus pensamentos, suas atitudes, suas angústias e seus desideratos." (Silva. C. 2014. p. 14). O sentido da ação social torna-se expressão pública propriamente através do ato de narrar – as intenções – que contém a relevância e apresenta os sentidos do tempo histórico para a comunidade. E que assim nos dá o que pensar sobre essa busca que tematiza os esforços de fundamentar essa investigação no primeiro capítulo.

Essa busca pelo método é reflexo da própria consciência de que o fazer científico em curso se desloca da sua zona de conforto. Dar o que pensar significa romper com a naturalização do distanciamento do pesquisador com o objeto, pois quer acessar o diálogo com o ator, com os sentidos daquela realidade vivida em comunidade. O interesse pelo debate da geografia das existências com uma sociologia do sentido da ação, e a história pública coloca a necessidade do historiador revisitar questões de Teoria do Conhecimento e da Filosofia, para refundar sua relação com seu fazer científico. Ao refundar o modo de atenção sobre as ações dos interlocutores, deslocamos o eixo ontológico da pesquisa à busca de uma resposta à pergunta “quem narra?” e diz “ser pescador de Itaipu” ressaltando a necessidade de orientação para uma *nova episteme* (Idem. p.16) que como diz a professor Cátia Antônia: 1) *supera* a visão de que os pescadores artesanais são objetos estáticos ou incapazes de pensar sua própria condição social e histórica; 2) questione a arrogância do conhecimento acadêmico que contribuem para a institucionalização da cultura, a burocratização da vida na pesca e das suas formas de narrar.

A superação do paradigma do distanciamento através do acesso e diálogo direto com o território existencial das comunidades de pescadores e suas demandas, conduz a um outro

olhar. Potente, mas que esbarra em dificuldades de ordem analítica se considerarmos a atitude natural sobre o nosso conceito de tempo histórico do regime de modernidade. Como devemos organizar os dados, a abordagem, e os textos para falar do tema? Essa é uma dúvida prudente, que leva à constatação do pluriverso dos sentidos públicos e políticos das ações. Essa nova episteme ressalta o fenômeno e lança o desafio aos pesquisadores.

Nessa linha, a busca por uma nova episteme através das questões sensíveis do tempo presente para as comunidades de pesca colocam a História Oral e História Pública de mãos dadas. Principalmente considerando o fato de que os historiadores em geral pouco têm dado atenção ao tema das comunidades de pesca. Deixando para que os antropólogos, geógrafos, sociólogos, museólogos, jornalistas e cineastas se dedicassem a lidar com as narrativas e significados das experiências do tempo por parte dessas comunidades no presente. A meu ver essa dificuldade tem raiz em uma epistemologia dogmática, uma vez que os historiadores não abandonam a atitude natural de considerar o tema das comunidades de pesca através de um recorte temporal unívoco. Quando os historiadores se aventuram na pesquisa sobre as comunidades de pesca se vê de forma privilegiada uma composição institucional da vida da pesca, onde as fontes oficiais oferecem índices a serem analisados, que justificam a linha temporal da pesquisa, e na qual a oralidade fica colocada em um segundo plano, como uma fonte de acessório que corrobora a interpretação e análises de dados.

Sendo assim, é imperativo começar a investigação das comunidades de pesca partindo de uma reflexão teórica e filosófica que se funda nas condições de suficiência da existência das experiências humanas do tempo como experiências históricas. Isto é, que atribuem, através da ação, sentidos que são compartilhados, e que precisam ser considerados como pertencentes a um modo de existência, ação, expressão, oralidade peculiar. Isto é, atrelada às experiências locais, ao modo como elas se expressam através da oralidade, da doação de sentidos aos fenômenos cotidianos através do mundo da vida da comunidade de pesca.

É considerável então que a História Pública³ tenha uma vocação teórica e prática para conhecimento, que encontra no fenômeno da oralidade o seu fundamento filosófico. Ela se potencializa como método de interpretação da vida com um sentido que não se fecha no ato da fala ou da escrita, mas que envolve a presença dos corpos e dos gestos. É também público o trabalho do historiador-narrador, e nele se encontra o caráter não-dogmático desse tipo de

³ Como ensina Juniele Rabelo de Almeida (2018, p. 108) o contato entre o público e a oralidade, a sensibilidade e o cuidado, dimensionam a potência do encontro humano com suas dimensões dialógicas, na produção de tempo histórico envolvido com a possibilidade do bem-viver. Hoje reconhecido como um tempo de incertezas, marcado por um cenário pós-pandêmico, brutal, que exige do historiador a sua tomada de posição, prática no cenário público, para fortalecimento de direitos e da cidadania no Brasil.

historiografia. Que é uma possibilidade de saber decolonial que visa na História Pública um retorno à questão norteadora da história, e que quer tratar dos sintomas da vida pública de uma comunidade tradicional em uma cidade na periferia do capitalismo internacional.

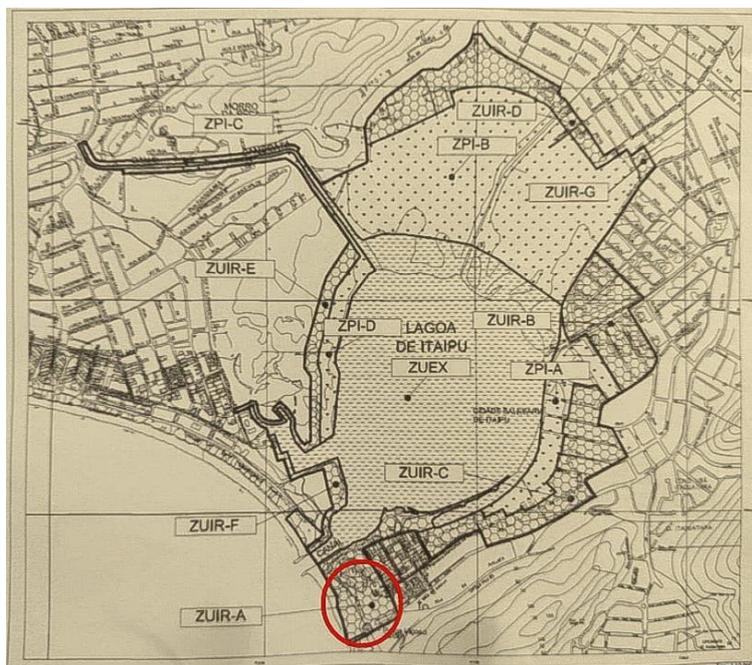
Introdução: A translocalidade de Itaipu

É no Canto de Itaipu, ao lado esquerdo da praia, que se situa o locus da investigação histórica desta dissertação. Sendo o Canto de Itaipu, propriamente dito, o remanescente arquitetônico de um antigo vilarejo colonial tradicionalmente ocupado desde meados do século XVIII. Na localidade os diversos nomes aparentados são lembrados entre as famílias Nunes, Lopes e Souza dando forma a uma comunidade de pescadores artesanais tradicionais. Canto, é hoje assim definido, pois originalmente, até 1979, a praia de Itaipu possuía uma extensão de 3500 metros. Ficando resumida a 700 metros de comprimento desde então. Segundo o Plano Diretor da Cidade de Niterói, Lei Municipal N° 3.385/2019, o Canto de Itaipu é uma Área de Especial Interesse Social - AEIS, Área de Especial Interesse Pesqueiro - AEIP, e Zona de Uso Intensivo e Recreação - ZUIR. A praia se estende como parte de uma enseada em formato de arco, onde estão os limites, a oeste, da zona de proteção integral do Bosque Lagunar de Itaipu, e a leste, do Parque Estadual da Serra da Tiririca.

O Canto de Itaipu e a sua vila estão localizados na faixa de terra entre os extremos da Lagoa de Itaipu e o Morro das Andorinhas. Se pode ver logo à frente da beira da praia três ilhas: Ilha da Menina, a Ilha da Mãe (do meio) e a Ilha do Pai, que dá continuidade à enseada. Esta última mais próxima da entrada da Baía da Guanabara. Na margem oposta está a cidade do Rio de Janeiro, à frente está a praia de Copacabana, e da direita para a esquerda o Pão de Açúcar, o Corcovado, os Dois Irmãos e a Pedra da Gávea. Nas bandas de Niterói, da esquerda para a direita, na entrada da Baía está a praia de Piratininga, dividida por um rochedo da praia de Camboinhas, que se une a Itaipu atravessando o já mencionado canal que divide a praia.

Itaipu é hoje identificado como um dos 11 bairros localizados na Região Oceânica da cidade de Niterói, que possui ao todo 52 bairros. No bairro, situa-se ao centro a Lagoa de Itaipu - uma Zona de Uso Especial ZUEX - com margens a três Zonas de Proteção Integral - ZPI, que são divididas entre as margens dos rios da Vala, João Mendes - nome do último proprietário da Fazenda Itaipu - e o Canal do Camboatá, aberto artificialmente pelo DNOS em 1946, para fazer a conexão da Lagoa de Itaipu com a Lagoa de Piratininga. Atualmente a fração urbana do Bairro de Itaipu forma junto com o bairro de Camboinhas e Itacoatiara o nexos espacial da sub-região de Itaipu. Em sua fronteira norte está a sub-região do Maravista. Em sua fronteira

noroeste está a sub-região de Piratininga, em que estão os bairros de Piratininga, Santo Antônio, Jardim Imbuí e Cafubá. Este último já nas proximidades das praias da Baía, macroregião onde está o Centro de Niterói. A nordeste, mais afastada, está a sub-região do Engenho do Mato, que como o nome sugere, guarda ainda hoje os resquícios arquitetônicos e paisagísticos, do modo de vida rural que a localidade manteve entre os limites de São Gonçalo e Maricá. Sendo esta a direção principal do nexos territorial e caminho de acesso à localidade de Itaipu até meados de 1970. Década marcada pela expansão urbana e imobiliária da cidade de Niterói.



Localização do Canto de Itaipu no Plano Urbanístico Regional de 2019⁴

A localização cartográfica da Região Oceânica, corresponde à abrangência territorial do foi até 2002 - com a edição do primeiro PUR - o Distrito de Itaipu (2º Distrito de Niterói), reincorporado ao município de Niterói em 1943.⁵ A Região, uma das 5 regiões administrativas da cidade, tem 49 km² e abriga 68.987 habitantes (IBGE. 2010). Sendo a maior do município de 139 km², que possui ao total 47% do território urbanizado. A atual morfologia social de

⁴ Fonte da imagem: Grupo de Política Urbana da Secretaria de Mobilidade e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Niterói, mapa 9/9. Plano Urbanístico Regional-PUR Região Oceânica. Para ver o contexto macrogeográfico ver (Anexo 2).

⁵ Em 1755 a elevação da sua Igreja Matriz dedicada a São Sebastião ao grau de Paróquia Independente da Freguesia local de mesmo nome (São Sebastião de Itaipu), dava forma a uma comunidade próspera com aproximadamente 102 fogos (residências), produtora de cana doce, gêneros de abastecimento e pescado, sendo seus moradores “lavradores de farinha e pescadores” como revelam as fontes da época. A localidade de Itaipu passou a fazer parte de Niterói pela primeira vez em 1835, quando a Vila Real da Praia Grande foi elevada à categoria Imperial Cidade, com o nome de Nictheroy, e incorporou ao seu território a freguesia. Em 1890, já no período Republicano, o território foi desmembrado e Itaipu passou a fazer parte do Município de São Gonçalo. Na ocasião, o retorno de Itaipu ao Município de Niterói coincide com a implementação do contexto dos planos de expansão urbana de Niterói e sua transformação em uma “Cidade Nova”.

Itaipu é uma expressão histórica da urbanização do litoral de Niterói, que ocorreu preponderantemente durante o contexto da Ditadura Militar (1964-1985), atribuindo aos moldes do desenvolvimento regional o padrão dos loteamentos excludentes de apelo turístico. A vida dos pescadores no Canto de Itaipu é um remanescente da resistência.

Dados técnicos demonstram que a densidade urbana de Niterói, entre as décadas de 1970 e 2010, cresceu 50% enquanto a área urbana foi expandida em 310%. Algumas delas, dedicadas a estudar especificamente o território da Região Oceânica apontam para uma expansão em 112% da área urbana, enquanto o número de domicílios cresceu na faixa de 600% na mesma época (Fontanelle & Corrêa. 2012). Desde a reintegração do Distrito de Itaipu a Niterói ocorrida em 1943 os a estruturação de loteamentos e a urbanização local foram aprovados a toque de caixa, entre eles a Cidade Balneária de Itaipu, porém a sua implementação ocorreu em um ritmo lento e só foi se acelerar no contexto das obras da ponte Rio-Niterói, replicando o modelo de desenvolvimento e planejamento urbano das cidades capitalistas (Salândia. 2001). A estruturação urbana, a terraplanagem, e obras na beira da praia e no entorno da lagoa só foram executadas de fato no ambicioso projeto que se iniciou em 1973 na ocasião da aquisição de 89% Companhia Territorial de Itaipu pela Veplan Residência Empreendimentos e Construções S/A.

Dois anos antes de Niterói deixar de ser a capital do Estado do Rio de Janeiro, o projeto foi descrito pelo principal jornal da cidade, O Fluminense, como “a primeira comunidade planejada do Brasil”. Itaipu era então conhecido como o distrito rural de Niterói, reserva ecológica coberta por uma extensa área verde, região de veraneio, com a maior parte de seus habitantes pescadores e sitiantes dos espólios das antigas fazendas. Com o Código de Planejamento Urbano e de Obras do Município de Niterói, Deliberação N° 2.705 editada em 1 de Julho de 1970, os núcleos agrícolas da cidade são excluídos quando considerados “áreas decretadas de expansão urbana ou urbanizáveis”. Itaipu torna-se nesse cenário o polo de atrativo ao mercado imobiliário niteroiense, que se expandia a taxas vertiginosas desde 1969 nas adjacências do Centro, especialmente na faixa litorânea dos bairros de Icaraí, Santa Rosa, São Francisco e Charitas. Tema que abordo mais diretamente no segundo capítulo.

Ainda nos dias de hoje, as lembranças do contexto e dos acontecimentos ocorridos ao longo dos anos 1970-1992, iniciada com a chegada da “Companhia Imobiliária” a Itaipu, conduzem os três interlocutores da dissertação, Mauro de Souza Freitas, Robson Dutra e Jairo Augusto de Souza, a ressaltar nas transformações urbanas os significados de experiências de ruptura e incertezas vivenciadas em relação ao local em que nasceram e tradicionalidade da arte da pesca que praticam no Canto de Itaipu. Suas narrativas trazem, através das décadas,

enunciados sobre o surgimento de demandas por reconhecimento da identidade e dos direitos da comunidade, do território, da cultura e tradicionalidade, frente às transformações do perfil habitacional da região dedicado a atender os interesses da classe média urbana. Materializado nos lançamentos imobiliários de blocos de apartamentos ou condomínios da beira da praia.

As textualidades das narrativas desses pescadores especializam e agregam temporalidade transversal aos vestígios da expansão urbana da cidade de Niterói para a localidade de Itaipu, ora considerada na história como Freguesia de São Sebastião de Itaipu⁶, ora como o Distrito de Itaipu, Cidade Balneária de Itaipu, a Região Oceânica ou mesmo a sua redução ao “Canto” da praia no bairro de Itaipu. Possibilitando uma leitura original do fenômeno de longa duração da formação das cidades capitalistas e as suas discontinuidades internas que se expressam nas diferentes dimensões da ação humana - social, econômica, cultural - que lhe atribuem assim relevância e sentido histórico. Objeto dos esforços de reflexão que se encontram no terceiro capítulo da dissertação. Junto às narrativas dos pescadores se soma então a presença da ação dos atores institucionais que estão envolvidos com a produção histórica do espaço da cidade, seja ele a Prefeitura o Mercado Imobiliário ou atores anônimos como a Classe Média Urbana, que dão vida às associações de moradores e ambientalistas.

Um dos exemplos notórios de como este processo na Região Oceânica, ou Itaipu - como ainda se referem ao lugar os mais antigos -, vem ocorrendo como continuidade dos planos de estruturação urbana implantados na década de 1970, são eles: o corredor de ônibus BHLS que corta a Estrada Francisco da Cruz Nunes levando à beira da praia de Itaipu denominado “Transoceânica”, e a abertura do Túnel Charitas-Cafubá que conectam a Região Oceânica às Praias da Baía. Este último, de fato previsto como parte do plano de integração da cidade de Niterói desde o começo da década de 1970. Com essas obras de infraestrutura, realizadas entre 2015 e 2017, se reduz o tempo de trajeto dos bairros da Região Oceânica com o Centro de Niterói e a cidade do Rio de Janeiro. Caracterizando um novo contexto dos conflitos entre a comunidade de Itaipu e o quadro de transformação acelerada da Região, que se manifesta na localidade do “Canto” onde vivem. Momento que traz a necessidade de memorização e narração do histórico desses acontecimentos na comunidade.

O caso mais recente que afeta a comunidade, herdado desse contexto, é o processo de reintegração de posse movido pela Loja Maçônica Cláudia Maria Diz Zveiter contra o Quintal

⁶ Itaipu para a comunidade tradicional se assemelha à extensão territorial originária que remete à fundação da Freguesia de São Sebastião de Itaipu na segunda metade do século XVIII. Monsenhor Pizarro, um observador da época, relata a presença dos sitiantes, -lavradores de legumes e farinha, de açúcar e pescadores -, das sete fazendas onde existiam dois engenhos.

dos Pescadores, onde está a casa de três famílias, referido no loteamento da Cidade Balneária de Itaipu como o “Lote 12”. Com trânsito em julgado a favor da Loja Maçônica e o cercamento do local, a reação da sociedade civil organizada garantiu o tombamento do Quintal dos Pescadores como patrimônio material da cidade de Niterói em 2022, ainda aguardando a publicação no Diário Oficial.

A comunidade está viva na história da cidade de Niterói, e reescreve os sentidos do passado através das suas demandas sobre o público presente. A marca dessas incertezas do tempo histórico transpassa a localidade de Itaipu atribuindo os novos significados ao seu tempo histórico e ao seu espaço geográfico, ao cotidiano, onde se materializa efetivamente o mundo da vida dos pescadores. Esse tempo atribui os novos substantivos que identificam o lugar, ainda que como-se-fosse-um-mesmo, fisicamente, indicando os vestígios coetâneos de linhas de tempo que o diferenciam de seus nomes no presente. Sentidos que são possíveis, e que partem de referências que não são unívocas e que transpassam e atravessam o local como a incerteza do que é ou não é hoje Itaipu, a praia, o Canto, o Bairro, a Região.

Esse aspecto é revelador do contexto em que essas mudanças se inserem. Contextos tornam possíveis enunciados históricos que dão relevância a essa transformação dos sentidos das experiências de um dado lugar, que localmente pode ser identificado nessa pesquisa, hoje ainda, como o Canto de Itaipu. Assim também denominado como o território remanescente da comunidade tradicional, que é legalmente reconhecido como titular dos direitos de manejo e práticas artesanais pesqueiras. Que, como já nos referimos no PD, aparece como AEIP, AEIS E ZUIR. Legalmente desde 2013, a comunidade de Itaipu se caracteriza também através da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu - RESEXMAR-Itaipu. Essas sobreposições institucionais e institucionalizantes das relações humanas com os espaço/tempo da vida cotidiana textualizam na localidade, através dela, algumas das condições de suficiência da contemporaneidade, como dizem autores que recentemente têm estudado o tema.

O fenômeno não é super-localizado e se faz reconhecível na necessidade de institucionalização dos modos de vida dessas comunidades, principalmente na esfera econômica, e que não substitui as tradições comunitárias. Coexistindo ao tradicional - como apontou Canclini (1990) - estão os planos técnicos de gestão de planejamento manifestos pelo mundo moderno. Tornam o cotidiano um feito da esfera do planejamento, um fabrico⁷, que visa intencionalmente gerar e atingir acúmulos consecutivos. Forjam tais experiências, como

⁷ Sem intenções de trocadilhos, o Fabrico é o ato de consertar navios em portos. Navios que fazem conexões entre o local e o global. Portos que dão margem global às localidades, e possibilitam a circulação das ideias.

ideias fora do lugar, e a economia moral dessas comunidades as transgride fazendo delas outra coisa. Um desvio que encontra uma fresta como fala Luiz Antonio Simas (2020).

Essa dissertação tem como título uma expressão: Aqui é Itaipu!?. Por quê? É a textualização de uma sensação de incerteza sobre o lugar em que se está e o tempo da vida artesanal da pesca? Se é ou não é, deixou ou permanece sendo um mesmo, fala de um desenraizamento ou abertura do local a um novo normal que insere padrões modernos e anômalos de relação social, cultural, econômica. Uma outra da realidade pública é refletida sobre o fenômeno que dá sentido histórico ao título da dissertação. Que também surge como uma questão sobre o lugar e o tempo humano contemporâneo. Lugar de diálogos públicos que se transforma a partir de experiências em que o novo é sinônimo da incerteza.

A expressão se fia no saber oral do Mestre Robinho, hoje com 54 anos. Neto de Seu Neneco, pescador mestre arrasto de praia. Técnica mais tradicional na praia de Itaipu. Hoje vista como a pescaria de antigamente. É ele que busca a expressão “Ainda é a praia de Itaipu” aos 14 minutos e 14 segundos no filme etnográfico Itaipu Memórias - produzido com imagens de campo dessa pesquisa e disponível no youtube - para se referir à transformação da praia. O “ainda” como na expressão “quando a gente diz que Itaipu é uma praia só” - analisada no terceiro capítulo - são expressões temporais que se referem a Itaipu como um sentido próprio. São cronotipos da comunidade de pescadores local diante da inclusão do novo em sua história a partir das transformações urbanas ocorridas.

A título introdutório essa dissertação se divide em três capítulos. No primeiro busco conduzir uma reflexão historiográfica e transdisciplinar de cunho teórico e metodológico a fim de definir os objetivos e a abordagem investigativa da pesquisa situando como ponto de partida o fenômeno da ação refletindo a introdução do novo na história e seus significados para as experiências da comunidade de sentido de Itaipu. Para isso não abduco da minha própria subjetividade, sendo eu mesmo criado no local. No capítulo segundo empenho a investigação em aspectos que marcam as transformações urbanas ocorridas em diferentes escalas, materializadas no Brasil em Niterói e Itaipu, a fim de estabelecer os sentidos dos textos e do contexto das narrativas cotejadas nas ações do poder público, do mercado imobiliário e da comunidade de pescadores. No terceiro capítulo abordo as evidências das condições do encontro dialógico, sensível e reflexivo com as narrativas públicas de três pescadores de Itaipu. Através delas as expressões das experiências do tempo são evidenciadas pela doação dos sentidos históricos ao mundo da vida na beira da praia, refletindo com eles os desafios que são colocados pela sociedade contemporânea no tempo presente. A dissertação dá o que pensar. Não quer concluir, mas circular as questões apresentadas. Sugere leituras do fenômeno, vai das

escalas de longa abrangência às particularidades na condução da pesquisa, se utiliza de uma ampla gama de fontes e abordagens. Visa a produção de uma hermenêutica da consciência histórica traçada por uma necessidade decolonial e teórica que responda às questões da nossa realidade brasileira, que fale sobre a construção atual dos sentidos da brasilidade e se presente como possibilidade de superação. É a necessidade de pensar um ser como desvio, contra o desterro (Simas & Rufino, 2019. p. 73).

1 Comunidades de Sentido - diálogos teórico metodológico

Aspirando uma interpretação através do mundo da vida da comunidade de pescadores de Itaipu, assumimos uma abordagem da oralidade de viés micro-histórico⁸. Ao reduzir o horizonte da investigação a um estudo de caso não se deprecia a relação com fenômenos sociais mais amplos que, por exemplo, aqui investigamos através da translocalidade de Itaipu. O potencial da abordagem micro-histórica está em considerar como eixo na investigação historiográfica as ações da comunidade de pescadores, interpretando o sentido local dessas ações no contexto histórico em que se inserem (Levi, 2020). O foco na ação, na narração, e na produção de uma comunidade que expressa um sentido histórico do lugar (Meihy, 1995; Torre, 2020) abre à percepção de como os acontecimentos transpassam escalas e contextos.

A intersubjetivação do sentido das ações se constitui como parte da vida cotidiana evidenciada através da realização da comunicação oral e gestual. Esse fenômeno supõe a capacidade humana de intuição sensível de espaço/tempo, a condição fundante da realidade dos sentidos. Isto é: também nos habilita a exercer metodologicamente uma interpretação através da expressão de sentido da ação humana atrelada ao horizonte histórico do lugar (Portelli, 1992; Silva, C. 2014; Andrade, 2014; Torre, 2020; Levi, 2020).

Defendo que tematizar o atravessamento da experiência histórica local, postulando a observação sobre os sentidos das ações conduz a historiografia ao acesso das vivências de temporalidade, através da expressividade dada pela comunidade às suas próprias ações contidas no espaço/tempo, que se torna lugar habitado, narrado, compreensível. Por uma questão de definição para a teoria do conhecimento⁹ que sustenta essa investigação tal acesso ocorre, tão

⁸ Segundo José Carlos Reis a “micro-história, a construção estética do texto histórico se confunde com a própria produção do conhecimento. A narrativa não é exterior ao conhecimento. A forma estética confunde-se com o próprio conhecimento [...]” REIS. 2012. p.167.

⁹ Como explica Abrahão da Costa Andrade, a Teoria do Texto em Paul Ricoeur, enquanto uma teoria hermenêutica, compõem a interpretação da realidade em arcos interrogativos referentes ao texto a fim de descobrir, dentre os vários elementos por ele articulados, a “coisa” que ele esconde-e-mostra e que é, na maioria das vezes, menos uma resposta do que uma pergunta para uma questão. É “retomar” o caminho do pensamento aberto pelo texto. É retomar o sentido do texto rumo a aquilo que esse sentido abre.

somente, a realização propedêutica das tarefas: a) crítica - estruturação do objeto ; b) metodológica - interpretação. Visando estabelecer nessa dupla tarefa a própria noção de investigação historiográfica que fundamenta o conhecimento de evidências¹⁰ do tempo vivido (Ricoeur, 2007). Que é a condição de possibilidade formal para a operação historiográfica se fundamentar como ciência¹¹.

A dupla tarefa parte do princípio fenomenológico-hermenêutico segundo o qual toda ação contém um sentido dado a nível do seu ser. Ela é um atravessamento/expressividade, que estão implicados na própria discursividade do real. O sentido é o aparecimento desse ser, dessa discursividade, a saber: estruturada como a ação - atravessamento -, que possibilita o alcance da interpretação do seu sentido - expressividade -, que diz algo sobre alguma coisa. Isto é o atravessamento de uma experiência já expressa algo. Sendo o ato de narrar um ato de síntese, a ação, que estrutura formas possíveis para a interpretação da discursividade do real, do mundo da vida, logo implicando a via reductiva que dá acesso crítico, não-ingênuo, a evidência dessa discursividade do mundo temporal (Ricoeur apud Andrade, 2014):

Encontramos um acesso privilegiado à estruturação e compreensão da experiência humana, e é neste ponto que o texto se consolida como uma “forma de ação”. Ricoeur sabe que seria ingenuidade pretender conhecer essa experiência sem o esforço prévio de estruturá-la, de torná-la inteligível (fazer ciência não é outra coisa senão a tentativa de realizar esse esforço), e sabe que tem que efetuar essa exigência “crítica e metodológica”. Isto é, pelo texto temos acesso não-imediato (logo não-ingênuo) ao mundo da ação como objeto de pesquisa. (Idem, p. 49).

Finalmente, é possível colocar em um denominador comum as escalas dos projetos de urbanização de Niterói e as memórias dos pescadores sobre a transformação de Itaipu. Lidas, como ações/textos que expressam os sentidos, com termos próprios, reveladores da existência dos diferentes contextos temporais vivenciados na produção histórica da cidade de Niterói. Tal realização crítica e metodológica também se encontra a par da concepção dialética da cultura nas “Teses Sobre o Conceito de História” de Walter Benjamin, em que o acesso à reflexividade da narrativa dos grupos historicamente oprimidos é uma necessidade presente, capaz de “escovar a história a contrapelo”, no qual o ponto de vista dos vencidos - que se vê ocultado em oposição a história oficial do “progresso” (Löwy, 2011) - marca a textualidade do mundo contemporâneo com a cisão geracional entre a vida como arte, de se moldar as relações humanas, em um cotidiano vivido em seu próprio tempo; e a inscrição das novas gerações na

¹⁰Para saber mais Cf. ANDRADE. A. C. Si-mesmo como história: ensaios sobre identidade narrativa. São Paulo. Loyola. 2014.

¹¹As evidências possibilitam exercer a estruturação crítica e interpretação dos fenômenos, que se fundam nas expressões narrativas como descrições plurívocas dos sentidos dos acontecimentos que são, por assim dizer, históricos.

vida moderna como parte da lógica da reprodutibilidade técnica, dos padrões de consumo e do tempo do mercado de trabalho. Que faz a ideologia da modernização o solo espiritual, público e histórico, e das crises e incertezas compartilhadas.

Na dissertação essa concepção textual crítica-metodológica salta de considerações explicativas à análise de elementos mais compreensivos que exigem maior ou menor atenção ao serem descritos, a depender das escalas e contextos em observação, presentes em cada um dos três capítulos. Dando forma a uma exposição característica da micro-histórica:

A escrita não é inseparável da pesquisa. A própria exposição já é a inteligibilidade do objeto. A escolha de um modo de exposição participa da construção do objeto e da sua interpretação. A forma é heurística e convida o leitor a participar da construção da pesquisa. (Reis, 2012. p. 167).

Assim, a investigação desdobra em seu plano de fundo uma investigação que justifica na tarefa crítica-metodológica, a evidência dos sentidos das experiências do tempo presentes na praia, na expansão urbana, nas ações do poder público e do mercado imobiliário, focalizando, paripassu, às narrativas locais. Quando o novo e os sentidos do novo aparecem através das ações e narrativas orais da comunidade de pescadores sobre o período, indicam paradigmas e nuances para a interpretação da produção de Niterói como uma “Cidade Nova”. Fazendo dessa dissertação uma obra historiográfica que visa interpretar esses sentidos, como, tout court, sentidos de experiências do tempo histórico contemporâneo.

A interpretação desse recorte cronológico parte dos próprios Pescadores de Itaipu, isto é: visualiza com o testemunho e através dele a expressão das experiências vividas nesse passado, que dão forma e sentido às suas memórias, desdobrando a nível político a moral e a relevância do tempo na história que nos contam. Aqui se apresentará uma abordagem interpretativa da presença dos sentidos do passado no presente relacionados coletivamente ao lugar. A comunidade de sentido, focalizada na investigação historiográfica, constitui-se no texto através dos seus atos, a partir do significado dado ao presente, em suas narrativas¹² sobre o seu lugar, Itaipu. Sendo ele um mesmo já como outro!?

¹² As narrativas contêm a produção de sentido a ser interpretada, e elas demonstram a relação entre atos de consciência que podem ser corrigidas, criticadas e interpretadas. Albieri diz: "A correção carrega as marcas da interpretação [...] O recurso à consciência histórica permite fundamentalmente filosoficamente a passagem da história da acadêmica à história pública. Trata-se de uma visão teórica, que reconhece na condição humana o pressuposto histórico: pensamos e falamos historicamente, e esse é o modo pelo qual nos posicionamos na cultura. Assim identificamos o mundo ao nosso redor, assim construímos nossa identidade: sempre com a consciência do tempo, sempre elaborando algum tipo de narração que envolve o passado e remete ao futuro. Para saber mais cf. ALBIERI. Sara. História Pública e Consciência Histórica. in: Introdução à História Pública. Org. Juniele Rabelo de Almeida e Marta Rovai. São Paulo. Letra e Voz. 2011. p.19-27

Essa investigação historiográfica realiza essa aspiração com base nas entrevistas de História Oral (Acervo LABHOI-UFF), que sugerem as interpretações para os acontecimentos do ponto de vista de quem teve participação na transformação do cotidiano, e possui laços diretos com a cultura e a tradicionalidade da pesca local de Itaipu

Acervo LABHOI-UFF

- Robson Dutra Santos. 54 anos. Mestre do Arrasto. Segurança de Condomínio. Entrevista realizada na praia de Itaipu, Niterói-RJ. 27/2/2018.
- Jairo Augusto da Silva. 53 anos. Liderança da Comunidade. Entrevista realizada no Quintal dos Pescadores. 9/11/2017 e 27/10/2018.
- Mauro de Souza Freitas. 64 anos. Mestre do Arrasto. Liderança da Comunidade. Apoiar projetos científicos que acontecem na beira da praia. Entrevista realizada na praia de Itaipu. Niterói-Rj. 9/11/2017.

Sendo assim a história oral é a via estruturante da interpretação historiográfica como uma investigação que acessa a produção de sentido das narrativas da comunidade de Itaipu de um ponto de vista micro-histórico. Ela compõe o processo crítico de construção e do acervo de fontes orais cotejando outras tipologias de fontes históricas. A tradição oral faz referência a um passado dinâmico, de certo modo ainda presente, e sugere sentidos para o passado. O lugar da narrativa oral opera de modo semelhante ao método do historiador, na medida em que busca fazer da referência a certos critérios que dão coesão e evidência de que algo “ocorre tal como se diz”. Ao apelar a essa evidência da discursividade do real, que se dá de modo próprio, se quer dizer humanamente algo sobre alguma coisa a alguém.

Em linguagem fenomenológica a experiência do tempo dada através da expressão oral é aberta para todos mas fechada para cada um. É uma vez se referindo originariamente à experiência do mundo da vida, a ação/narração se estabelece através de expressões que dão consistência ao tecido histórico como uma comunidade intersubjetiva superior.¹³ Seguindo a

¹³ Esse tempo humano, portador de sentido, fundamenta e significa uma relação efetiva com o mundo, expressando-se no conteúdo que é relativo a cada um dos seus termos. Um termo é assim correlato a um vestígio, que pode ser tomado também nos termos de um ato de pensamento. Um vestígio pode ser assim adequado ao conteúdo da lembrança, que por vezes nos traz à mente coisas pensadas no passado. Durante esse trajeto refletimos sobre nossa percepção da temporalidade, do que é passado, e o que se foi no passado e o que se apresenta no agora, intuitivamente. Da apreensão intuitiva desse tempo vivido efetivamente emana a relação entre a fenomenologia e a historicidade, “considerando que essa dimensão histórica não é exterior, mas interior à consciência.” Desdobra-se, e se atravessa para o seu sentido, na apreensão do próprio conteúdo íntimo do que se tem como referente. É tomado o conteúdo perceptivamente se atualizam as condições de orientação que posicionam sujeito no mundo. Nos entre-termos das relações estabelecidas nesse atravessamento, os seus sentidos possíveis, favorecem a ordenação de quadros semânticos e de contextos em que a expressividade narrativa própria da facticidade humana, e suas variações possíveis, possam a ser indícios da existência de uma “*mimesis poética*” que envolve a enunciação de uma identidade.

leitura de Husserl sobre a questão da intersubjetividade do sentido na V Meditação, a História não pode ser vista como fenômeno exterior à consciência, ela é sentida interior ao fluxo transversal das consciências intencionais que a produzem. Sendo assim, se é possível afirmar que a história é por natureza um fenômeno coletivo a dissertação denuncia a ingenuidade de se considerar o tempo histórico como fluxo linear.

A abordagem da temporalidade do testemunho, em sua escala cotidiana, soma-se na construção da interpretação histórica de outras fontes, em outras escalas de observação. Essa leitura torna assim possível considerar a modernização um fenômeno no tempo transversal. Visa-se a temporalidade contemporânea como uma multiplicidade sensível e subjetiva que se constituem nessas experiências de incerteza, globais e cotidianas. Sendo assim, o sentido do passado não é inerte na construção do próprio texto historiográfico. Envolve transversalmente temporalidades e espacialidades.

De tal modo, é uma inversão no modo natural de se pensar o conhecimento histórico que justifica a tomada da abordagem desta dissertação. Pois é a própria enunciação da superveniência do porvir humano como histórico, de tom intempestivo, a um dado sentido intersubjetivo que justifica esse texto reivindicar seu lugar no campo historiográfico. Não é o saber-fazer historiográfico que consagra o modo de existência de algo como um ser-histórico. A historiografia é um modo do ser-histórico. Por outro lado, para se fazer ciência da história (Rüsen, 2007), isto como um discurso sobre o conhecimento histórico, isto é do sentido das experiências do tempo compartilhadas intersubjetivamente, deve-se expor a crítica da razão, as condições suficientes e formais, realizada no texto-conhecimento como verossímil a duração do tempo histórico, isto é, como: historiografia.

Do mesmo modo, esse texto historiográfico é uma forma da ação, e a micro-história, juntamente com a história oral e a história pública em uma abordagem cultural do sentido do tempo, formaliza o ato e a abordagem da dissertação. Essa, por sua vez, como uma obra de síntese, aspira realizar-se como uma expressão da consciência histórica do seu próprio tempo. Consciência, isto é, de sentido intersubjetivo, compartilhado pela consciência da comunidade. Consciência é no linguajar fenomenológico intencionalidade. Intenções que expressam e atravessam o mundo da vida para se tornar histórica ao ser atingido “fora” dela mesma, no próprio sentido da ação, que se torna na identidade narrativa uma consciência histórica. Que é identidade e consciência na medida em que se manifesta como experiências do tempo através do ato de narrar. Como define Paul Ricoeur, a narrativa torna o tempo cósmico coisa humana. Aqui, essa consciência histórica, presente no ato historiográfico, na abordagem dos sentidos públicos e das condições da produção do histórico como processo na narrativa dos pescadores

de Itaipu, é como “fazer cavalo verde”, uma ação humana capaz de dar sentido e vida ao novo, como fala Juniele Rabêlo de Almeida (2018) ao retomar a linguagem poética de Manoel de Barros, para falar da relação entre História Pública, História Oral e o mundo da vida. Esse novo, que está presente no mundo da vida contemporânea, é uma forma de narrar o encontro público com os desafios do tempo contemporâneo. A busca pelo reconhecimento das comunidades de sentido, através do trabalho participativo, sensível e reflexivo do historiador diante desses modos narrativos de se contar a própria história, de se fazer a história viva - que se envolve com a consciência das demandas do tempo presente e urgência dessas comunidades. Uma história que visa um retorno a sua questão norteadora, ao domínio prático e público da vida da Pólis, para tratar dos sintomas de crise de um momento da humanidade, o mundo contemporâneo, que tem como sua evidência e sinônimo a incerteza.

1.1 O presente contemporâneo e a modernidade anômala na historiografia

A historiografia de transição, entre as décadas de 1970 e 1990, deparou-se com a tomada de consciência de um novo mundo. Expressão das crises vividas nesse contexto, no qual emergiram dúvidas em relação ao passado, ao presente e ao futuro. Crises, dúvidas e incertezas tornaram-se um solo espiritual comum das civilizações ao redor do mundo. A Guerra Fria e suas variantes. As guerras de libertação nacional no continente africano. O choque do petróleo na economia global. A ascensão das ditaduras na América Latina. As greves nacionais. As desigualdades que se propagavam. A internacionalização do mercado financeiro e do neoliberalismo. A globalização dos desastres ambientais e consciência da crise climática que se avizinhava. A emergência dos passados difíceis, os passados presentes. Eram todos esses fenômenos que marcavam a incerteza e a descrença como evidências do esgotamento do regime de historicidade moderna e a ascensão do presentismo como novo cronotipo da contemporaneidade (Hartog, 2015). Fenômeno que significou para a ciência das humanidades uma disposição investigativa sobre as origens dessas incertezas na sociedade, e resultou na reformulação de suas bases epistemológicas e abordagens, críticas metodológicas, científicas e filosóficas.

Essa reformulação significa um acréscimo, necessário aos olhos dos historiadores da época, que se sintetiza enquanto uma *Nouvelle Histoire*, - célebre obra de Jacques Le Goff e Pierre Nora (1974) - que proclamava ser, para a ciência da história, uma reflexão renovadora de seus paradigmas, abrindo a possibilidade de lidar com outras metodologias de pesquisa, abordagens, objetos e fontes. Neste horizonte, as incertezas do mundo da vida se fundiram ao

saber-fazer historiográfico, gerando crises profundas quanto ao estatuto científico de suas proposições e narrativas. Elevadas à consciência individual pela presença do passado através do testemunho e das memórias, esta renovação fez das mentalidades uma fértil e perigosa seara, a todo momento ameaçada pela dúvida cética. Quais são os fundamentos do conhecimento histórico? E será possível falar de um conhecimento histórico fundado? A superação do relativismo cético, quanto à possibilidade de abordar as subjetividades humanas constituídas historicamente exige a dupla tarefa - crítica e metodológica - do historiador.

A tarefa, tão minuciosamente descrita por Paul Ricoeur nos três tomos de “Tempo e Narrativa” (1983-1985), e em “A Memória, a História, o Esquecimento” (2001), assim como na trilogia da Razão Histórica (2001-2007) de Jorn Rüsen, parte do princípio de que o conhecimento histórico é um tipo fundamental de evidência de experiências do tempo. Melhor dizendo, dos sentidos da experiência de duração. Isto é, a partir da vivência do tempo antes desconsiderada pela ciência histórica, mas presente na abordagem cultural se conduz a:

[...] a visão originária de uma dimensão fenomenológica fundante, universal e elementar da vida humana. E que, enquanto uma experiência, precisa ser de tal modo apropriada mediante a interpretação de seus sentidos e significados históricos. (Rüsen, 2014. p. 255)

De certo, em outros termos, a perspectiva antropológica da experiência do tempo, inscrita na semântica histórica de Koselleck (1979), já havia demonstrado a possibilidade de interpretação, “através da superfície da linguagem”, das relações peculiares de experiência do tempo passado, presente e futuro. Mas tratando-se da experiência viva do tempo através do testemunho, das memórias e narrativas, estaria a história se aventurando num lugar entre a ciência e a ficção?

Se, por um lado, esta reflexão é fundamental e persistente até hoje (Hartog, 2020), permeada de incertezas, que se acrescentaram à formulação de uma nova epistemologia, por outro lado, representa também uma resposta aos grandes paradigmas da década de 1960. Momento em que vigorou um ideal segundo o qual a ciência histórica lidava, tão somente, com modelos econômicos, estatísticos e macro-explicativos fundados na longa duração. Como resultado deste movimento surgiria a possibilidade de uma nova síntese. Isto é, a história como evidência de experiências de duração e da duração dos fenômenos humanos, vistos através da prova documental e do testemunho. Em que as micro-abordagens apesar de muito criticadas se tornam possíveis e dialogam com reflexões clássicas do métier.

Um exemplo da nova síntese resultante deste horizonte de incertezas está voltado diretamente para a compreensão do “papel do consumo na sociedade pós-moderna a partir do

universo simbólico conectado às aspirações sociais” (Arruda, 2014. p. 84). Para a explicação desses fenômenos, a tradicional abordagem da história econômica se soma de forma positiva e definitiva com a abordagem da nova história cultural. No espaço ampliado da realização explicativa da grande história, abre-se à compreensão das experiências do tempo nas perspectivas locais, das sociedades e culturas humanas. Recuperando, a um só tempo, as relações sociais de produção em diferentes escalas, bem como ao nível mental e simbólico, as diferentes dimensões da temporalidade histórica.

Do ponto de vista simbólico, o horizonte de incertezas é marcado com a emergência do passado individualizado em testemunhos, que antes desconsiderados do arcabouço das fontes e reflexões dos historiadores, hoje, com os estudos sobre a memória, torna-se um paradigma central. Isto significa sobretudo, teórica e praticamente, uma mudança profunda da posição dos historiadores em relação ao uso da categoria de temporalidade. No eixo da historicidade, a presença do tempo humano vivido, do simbolismo e sua possibilidade de interpretação, através das fontes, é potencializada pela difusão do gravador de voz portátil.

A história oral e a micro-história italiana, surgem e definem suas abordagens e metodologias em meio a esse momento. Alessandro Portelli, expoente dessa geração de historiadores, influenciado pela Antropologia Interpretativa de Clifford Geertz, afirma que, a história oral, mais do que descrever um evento, diz respeito “ao lugar e o significado do evento dentro da vida dos narradores” (Portelli, 2016. p. 12) e além disso, ela nos leva a compreensão não só do momento quando um evento se dá, mas de um amplo contexto que possibilita ele efetivamente acontecer. O historiador deve considerar tanto as expressões orais que dão sentido peculiar a tal evento quanto às condições materiais e as relações com o passado que estruturam o mundo da vida dos narradores. Entre essas duas dimensões há a relação entre a vida pública e a privada. Nessa relação está o lugar habitado, o pertencimento à comunidade, ao bairro, a cidade. E se constitui a consciência e a identidade histórica.

Para a noção de historicidade, as incertezas vividas desde os anos 1970 em diante representam, sobretudo, processos de ruptura gradual e dilatação do espaço de experiência histórica vivido na atmosfera presentista (Hartog, 2015). Essa dilatação da forma de experienciar o tempo se fez notável através do impacto dos acontecimentos sobre as estruturas materiais e simbólicas, creditadas até então como imutáveis no curto espaço de tempo. A inclusão do “novo” na vida humana torna-se um ponto fundamental das abordagens e explicações históricas. Mais do que as continuidades, importava agora responder como as rupturas acontecem, e cada vez mais, de forma acelerada junto à globalização.

A inclusão da simultaneidade e do novo em um espaço global, desde a década de 1980, se acelerou com a expansão intensiva dos mercados globais e o diagnóstico da tendência da homogeneização dos padrões de consumo e dos modos de vida (Paulet, 2009). O contexto de ascensão do “novo regime de historicidade” (Hartog, 2015), marcado pelo presentismo, converge com a articulação de um “novo regime econômico”, mundializado (Carlos, 2020). A fragmentação das experiências locais do tempo e das identidades, nas metrópoles conectadas aos fluxos globais de mercadorias e consumo gera a forte tendência da reprodução de um meio urbano orientado para este fim (Zibechi, 2015). Homogeneizado no cotidiano das cidades por relações financeiras. Marcio Abreu, em texto recém-publicado sobre a geografia da memória das cidades, seguindo a esteira de autores como David Harvey, Anthony Giddens, e Milton Santos, apontou que: “o tempo tornou-se uma categoria de análise fundamental para a compreensão do momento atual” (Abreu, 2020. p. 20). Essa valorização atual do passado tem relação direta com o fim do otimismo em relação às certezas de ganhos futuros, propagandeadas como as ideologias do progresso e pela modernização, e desenvolvimento planejados.

Esse momento, permeado pelas incertezas do tempo e as rupturas aceleradas pelo presentismo, tal qual o mal-estar da pós-modernidade, descrito por Bauman, encontra o seu solo fértil nas metrópoles, nas cidades globais com a continuidade-fragmentada e anômala do meio urbano das sociedades periféricas. O desenraizamento local das comunidades, das identidades tradicionais e entre as gerações é ponto de análise significativo e tema necessário para se compreender a peculiaridade dos sentidos das experiências do tempo histórico no mundo contemporâneo. No contexto das décadas de 1970-1990 as incertezas socialmente distribuídas em um sistema-mundo interconectado e desigual, o fenômeno ocorre nos países periféricos e emergentes, como o Brasil, simultaneamente ao êxodo da população rural para as cidades, industrialização e consolidação da urbanização.

As novas culturas urbanas, os contatos culturais, que fazem coexistir experiências de tempo híbridas vivenciadas nesse processo entre a chegada do novo permeado pela modernidade em escala global, através das formas econômicas orientadas pelo consumo, e as formas de vida tradicionais e localizadas, geram uma vivência dilatada da escala da vida cotidiana, que se torna fragmentada e difícil (Martins, 2021). Também como uma caracterização da modernidade, ela traz um tom paradigmático que compreende além da visão da possibilidade do futuro como um sentido do presente linear. Dando indícios da sua forma anômala, enquanto parte de diferentes níveis de transitoriedade e incerteza.

É característico que se alinhe a ascensão da economia capitalista e dos fluxos de mercado em níveis abstratos, especulativos e de alcance global. A ascensão da modernidade como consciência do novo, isto é, consciência do mundo moderno (Idem, 2021), está atrelada à ideologia do progresso aplicada ao tempo da sociedade da informação. Ela se acirra com as incertezas das relações entre o tempo passado e futuro, em diferentes parâmetros que são estabelecidos pela hegemonia do padrão de consumo neoliberal. Ideologia na qual o espaço e o tempo habitável e vivido tornam-se um lastro das acumulações, que inserem no tempo/espaço os parâmetros estabelecidos e traduzidos como lucro.

Por outro lado, diversos textos clássicos, interpretam que o fenômeno da modernidade e a modernização, como em Milton Santos e José de Souza Martins, caracterizados em sua inconclusividade, do ponto de vista da qual faz parte a realidade dos países periféricos e latinoamericanos. Por sua vez, Abrahão Costa Andrade sugere como ponto de partida para essa abordagem da inconclusividade expressões narrativas sobre o Brasil contemporâneo, em que a questão sobre a modernidade ou a modernização pode ser caracterizada e refletida de um ponto de vista peculiar, como consciência histórica que as identifica também com o fenômeno da violência, que produz uma identidade narrativa à brasilidade. Devemos nos perguntar assim, qual a relação estabelecida entre a caracterização da inconclusividade com a violência? Como ela se expressa nas narrativas que identificam o Brasil contemporâneo?

Para essa realidade conflituosa ser um mundo habitável é preciso reconhecer que modernidade e tradição coexistem no tempo histórico contemporâneo. Não são moralmente polos adversos, e de modo algum podem fora do mesmo conjunto de acontecimentos e estruturas que fazem parte da construção da realidade histórica brasileira. Ora, o que se manifesta nessa perspectiva é que a leitura da noção de acontecimento e dos acontecimentos recusa o determinismo do moderno sobre o tradicional na construção dos lugares, da vida cotidiana, o mundo habitável onde os fenômenos de sentido histórico se expressam e podem ser interpretados criticamente. Nessa perspectiva é possível considerar a imbricação de uma e outra através da presença histórica de sujeitos concretos, que textualizam suas relações com os lugares através desses acontecimentos. Esses sujeitos podem fazer parte de comunidades tradicionais de pescadores artesanais ou camponeses que vivem em vilarejo afastado, e que de uma hora para outra passam a se ver inseridos em um território de intervenção urbana pensada por arquitetos e engenheiros que trabalham para uma grande companhia imobiliária, com apoio do poder público, e que visa implementar as diretrizes e padrões mais modernos estabelecidos pelo capitalismo internacional. O comum e o espanto se esbarram.

Essa tensão, que se anuncia como a chegada do novo, é uma face da atmosfera de presença geradora do acesso aos novos bens de consumo que tornam o mercado de trabalho uma referência para a manutenção da vida cotidiana. Essa realidade de uma modernidade anômala que visa inserir as relações do cotidiano na lógica da mobilidade social pela crença da sua função isonômica através da organização do trabalho formal se manifesta contraditoriamente de modo violento e excludente. Na medida em que produz a necessidade de valorização das tradições locais e suas culturas as insere no contexto do discurso das instituições de poder modernas. Sendo desse modo, modernidade e tradição não são pares de oposição, constituem na concretude do mundo habitável da sociedade periférica brasileira e latinoamericana uma unidade tensa e contraditória. É uma violação de direitos. Unidade unificada como imposta. Imposto sobre os corpos, um controle sobre o dever ser dos territórios, e pelo processo de institucionalização da vida, da arte e da cultura que já precisam de fomento. Processo que se dá de modo violento através da coerção sobre esses grupos sociais minoritários, aquilombados. A exploração é sentida de permanência do carrego colonial, é a permanência do poder, que é falado branco contra os silenciamentos negros. Não é um jogo de luz e sombra, é o espelho da segregação como o sinônimo do planejamento e do desenvolvimento. Sobreviver é um hábito que se veste de trabalho.

No contexto da consolidação da urbanização brasileira, orquestrada aos moldes da modernização capitalista conservadora dos militares, essa característica se evidencia. Mesmo a seu caráter excludente e violento - com características só respondidas pela reflexão fundada na longa duração - é vista como promotora de resultados benéficos que fazem da chegada do novo, através da bandeira da ordem e do progresso, um motivo de gracejo momentâneo por pessoas que vivem e compartilham o cotidiano tradicional. Pode-se ouvir de um filho de pescador que virou dono de um comércio na beira da praia, sem espanto, que largou a pesca para trabalhar na construção dos loteamentos, pois desejava comprar cigarros para sua namorada, que o progresso, mudou a vida dessas comunidades para melhor, dando acesso a renda e a um novo padrão de consumo. Ou então ouvir, hoje, de uma senhora mãe de pescadores tradicionais, ao ver emocionada as fotos antigas da sua comunidade, que o progresso fez muito bem para a vida do pescador, mas que acabou com a praia, com o seu lugar. Simplesmente querendo dizer que a chegada do novo ressoa no hoje, como algo que fala de um mesmo lugar que não se vive mais como antigamente. Essa dualidade, essa unidade tensa e contraditória, conduz a um acesso mediado crítico e não ingênuo à ação dos indivíduos inseridos nesse contexto. Potencializando a escuta e a interpretação metodológica desses processos e contextos.

A trajetória individual, dos atores sociais envolvidos neste processo, representantes de comunidades tradicionais, indicam os sentidos e os motivos dos conflitos que passam a permear o espaço urbano entre o tempo da produtividade do mercado e o tempo da vida na cultura local. Nessa investigação junto aos pescadores artesanais em Itaipu, Niterói-RJ, essas incertezas, vividas desde meados da década de 1970, decorreram da expansão urbana desta cidade, promovida pelo mercado imobiliário. Diversos acontecimentos e eventos deste processo ficaram marcados como identidade narrativa dessa comunidade. Em 2018 realizei uma entrevista com um reconhecido mestre da tradição local da pescaria de Arrasto de Praia, nascido em 1969, que descreveu as transformações ocorridas desde a década de 1970 com um tom de “esvaziamento” do sentido da tradição local, como uma ausência do Pescador da beira da praia e uma mudança no seu modo de vida. Ele diz:

- Não tem mais o pescador. Pela dificuldade que a gente enfrenta aqui na praia, os pescadores tradicionais vão saindo para trabalhar em condomínio, trabalhar em jardinagem, trabalhar em supermercado, entre outras coisas. Você vê, uma pescaria dessa aqui, que trabalha com 6 homens, hoje trabalha com 3. [...] Existe a dificuldade, com muitas embarcações, muitas pessoas no final de semana, ponto final de ônibus, isso atrai muito turista, entre aspas. Turista regional. Mas ainda é a praia de Itaipu.

Robinho, o Mestre, hoje é segurança de um condomínio de luxo em Itacoatiara.

O conteúdo simbólico que dá sentido à narrativa - conclui: “Mas ainda é a praia de Itaipu” - cuja referência se faz presente enquanto síntese do lugar do narrador, e traz uma perspectiva peculiar, com a percepção do fluxo de acontecimentos que separa a vida entre o cotidiano local e o mundo do trabalho. Este duplo sentido, questiona e afirma, a existência de um momento de ascendência do moderno sobre o que há de vital na experiência histórica local. Lançando no tempo presente a necessidade de ver Itaipu enquanto um mesmo lugar.

Nesse momento, já se faz necessário deixar claro que esta dissertação se trata de uma investigação empírica com uma vocação teórica. Seu objetivo é fazer uma descrição bruta do aparecer do tempo, através da narrativa, para demonstrar a produção dos sentidos do regime de historicidade local, que se tocam e se comunicam com a transformação da cidade.

Hartog diz que devemos olhar para o regime de historicidade, como um instrumento holístico. Capaz de aludir à existência do ritmo de eventos. Sendo ele mesmo a capacidade humana de engendrar passado, presente e futuro e de compor aquilo que Jorn Rüsen chama de uma quarta dimensão da temporalidade: o sentido. Um regime de historicidade também só tem sua razão de ser para a sua comunidade de sentidos, para quem age em conjunto num determinado cotidiano e compartilha sua consciência histórica e produz a identidade da

historicidade dos lugares. Nessa linha de argumentação, se faz necessário pontuar o peso do instrumento, a fim de compreender o seu papel na fundamentação do tempo historiográfico:

“Historicidade”, por quê? De Hegel a Ricoeur passando por Dilthey e Heidegger, o termo remete a uma longa e pesada história da filosofia. Pode-se enfatizar seja a presença do homem para si mesmo enquanto história, seja sua finitude, seja sua abertura ao futuro (como *ser-para-a-morte* em Heidegger).” *Ele pede* (sic). Retenhamos aqui que o termo expressa a forma da condição histórica, a maneira como o indivíduo uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo. (Hartog, 2015. p. 12)

Assim, a atmosfera de presença do novo no regime de historicidade presentista dá sentido aos processos de ruptura na atualidade que se aceleram provocando a dilatação no tempo vivido e no espaço habitado. E a investigação histórica, através da realização crítica explicativa, abre-se à compreensão das experiências do tempo nas perspectivas locais, das culturas humanas. Essa dilatação da forma de experienciar o tempo entre os pescadores de Itaipu, se fez sob notável influência dos acontecimentos da urbanização da cidade de Niterói. A inclusão do “novo” na narrativa torna-se um ponto fundamental das abordagens e explicações históricas sobre esse momento. O significado do que é novo sugere questões para se explicar como e por que essas rupturas acontecem no tempo histórico contemporâneo, o tempo das incertezas violentas, cada vez mais, de forma acelerada.

1.2 O retorno do narrador: um paradigma para a investigação histórica

Essa investigação histórica começa muito antes que ingressasse na universidade. Começa no próprio solo do meu lugar de criação, posso dizer, de Itaipu. Não muito atoa. Comecei a me questionar sobre o tempo. Desde cedo a questionar como os significados vividos ao longo do tempo estavam relacionados. Isto é, se relacionando a eles na sua passagem, não somente física, cronológica, mas vivida, através dos sentidos subjetivos da presença do passado, no presente, e de percebê-los, hoje, já como um futuro.

Um pensamento que ainda permanece constante. Mudou-se sua estética, o formato de textualizá-lo. Os modos de dizer. Começou não nesse vocabulário, mas através dos vocábulos dos caminhos, nas brincadeiras de rua, da escuta, do espaço vital em que me criei, pensava Itaipu. Investigava, ouvia também os mais velhos falando sobre o lugar. Em casa e fora dela. Como se tudo ali fosse novo. E por que não poderia ser? A questão era “mas o que se tornou novo?”. Falavam dos nomes, de lugares ou de vivências. De coisas e seus tipos, antes, hoje, amanhã. Asfalto, terrenos baldios, placas de “vende-se”. Pessoas que os conheciam ressaltaram o mesmo fenômeno. A localidade de Itaipu, que hoje corresponde à Região Oceânica da Cidade

de Niterói, havia se transformado, havia se modernizado. Nela chegou o desenvolvimento do progresso. Tornando-se parte da cidade. Passou a ser um lugar novo.

Foi o princípio de uma escuta sobre o tempo. Sim, também físico, descritivo, traduzível, cronológico. Mas que significa, sobretudo, a subjetividade sensível da escuta sobre o tempo vivido na passagem dos dias, da sobrevivência das pessoas. Das ações cotidianas. E se falo de um tempo existente, inerente à própria existência das coisas, ressalto que o tempo é, também, os modos possíveis de dar sentido ao mundo nas vivências. É nesse lugar descrito por Walter Benjamin que o narrador se insere. O narrador que é sujeito simples, um “camponês sedentário” ou mesmo um “marinheiro comerciante”, que revela em sua trajetória o sentido e os vestígios da tradição oral que foi legada. Ao narrar não se retira daquele mundo que possibilitou e deu relevância às coisas que serão por ele narradas. Produz a narração como um ato realmente significativo, que dá sentidos ao mundo da vida, próprio e alheio, comunica para ele e os outros, a expressão de um tempo da vida que foi compartilhado. Fundante à realidade histórica em que vive, das suas rugas e vestígios.

Por essa ordem é imperativo que o momento exige uma tomada de posição. Uma forma de narrar própria, sobretudo entre os historiadores. Deve-se colocar em curso uma narrativa histórica mais espirituosa que compreenderá a duração do momento histórico em curso no planeta, o Antropoceno.

Na escala cotidiana, - onde esses impactos podem ser nomeados e visíveis - as ações humanas, mesmo localizadas, e individualmente identificáveis, têm assumido a tendência de se caracterizar publicamente em um cenário de incertezas. O cenário das incertezas é presente em outras escalas: as previsões da UN-HABITAT para o ano de 2030 prevêm que até lá 81% da população mundial estará vivendo nas cidades. No Brasil 92% da população vivia nos centros urbanos do Sudeste, já em 2006. No Estado do Rio de Janeiro a população vivendo em áreas urbanas passou de 15.989.929 em 2010 para 17.463.349 habitantes em 2022. Sendo que, somente na capital, segundo o IBGE, atualmente, vivem 6.755.561 de pessoas. O professor Cezar Honorato tem demonstrado em artigos que esta é uma tendência que demanda a atenção dos estudos históricos no alvorecer do século XXI (2013. p. 84).

Assim como ele, outros estudiosos das questões urbanas da atualidade reivindicam a necessidade de assumir perspectivas holísticas, que sejam capazes de compreender o fenômeno das incertezas da vida urbana contemporânea, o que José de Souza Martins chama de “modernidade anômala”- em sentido ampliado e através das vicissitudes do cotidiano. Ou ainda, de um ponto de vista teórico, essa “modernidade anômala” expressa a necessidade apontada por José Jobson de Arruda Andrade, de, entre esses dois extremos, estabelecer a

“mediação criativa, como o faz Jorn Rüsen, capaz de recriar a história-conhecimento [...] que enlace micro e macro-história” (Andrade. 2014. p. 94). Essas condições são:

[...] uma estrutura cognoscitiva que represente uma renovada aproximação com a experiência histórica e que abarque, ao mesmo tempo, a unidade do gênero humano em seu desenvolvimento temporal e o movimento coetâneo da complexa variedade cultural. Equivale dizer, criar uma hermenêutica que incorpore renovadas estratégias de aproximação em relação ao passado, assimilando o valor inextricável da subjetividade humana, sem perder de vista os fenômenos estruturais, as classes, os grupos e as formas coletivas de vida, integrando a descontinuidade, a quebra de relações entre autoconhecimento e autointerpretação das pessoas e circunstâncias de suas vidas, ruptura essa que deveria ser observada e interpretada pelos historiadores transcendendo o horizonte cultural do passado. (Idem).

Ao considerar essas novas demandas para a constituição das narrativas da história-conhecimento, é visível que, atualmente, os estudos históricos mais avançados, abordam as emergências do fenômeno urbano considerando-o do ponto de vista holístico, que condiz com os aspectos da ascensão de fenômenos mais amplos como o Antropoceno, o Presentismo, o Neoliberalismo. Sobretudo a partir das experiências históricas localizadas, as formas alternativas de viver na presença do passado, encarnadas nos narradores.

As relações entre o espaço-tempo global e o local mantém tendências que anunciam a presença do novo no mundo da vida e que se evidenciam cada vez mais como experiências de incerteza. O novo tempo pode significar a próxima tecnologia, em sua próxima versão mais atual, ou próxima zona de expansão de uma cidade, ou ainda próxima catástrofe climática local, regional, a próxima crise econômica, e que se aproxima de sucessivas e incessantes crises do sistema político democrático ao redor do mundo. Nas cidades o crescente ceticismo e as narrativas negacionistas convencem facilmente a massa da população desejosos da manutenção da sociedade do consumo. A oferta da incerteza, do ponto de vista do mercado, é útil para justificar e preservar o sistema de desigualdades, que se refaz com a expectativa da chegada do novo. Que se expressa nos sentidos do vivido social como diferenciação de status. A chegada desse sentido do novo, contemporâneo, incerto, atravessa a intenção humana de reproduzir um meio social cativo do atual mais frequente. O atual que chega a nós contemporaneamente assevera a diferença, incentiva a ruptura com o passado como desejo, e faz desse desejo o motivo dos valores sociais que produzem um mundo desigual. Por essa razão viver num mundo desigual é também um ato de leitura das diferenças do tempo presente das coletividades humanas. Para se reconhecer as diferenças como positivas requeremos um olhar próprio para cada uma delas, sem pretensões universalistas para definir o tempo e a escrita dos fenômenos históricos que os envolvem.

O retorno dos narradores - traz consigo outro mundo possível para que se adie o fim do mundo, anunciado pela ascensão do Antropoceno - como diz Ailton Krenak, é necessário. As palavras que dão sentido às histórias que sobrevivem através de corpos, encarnadas, dizem respeito à existência de um tempo que lhes é próprio. Constituem tradições que não sobrevivem por si mesmas isoladas. Através delas, ele, o narrador em sua sociabilidade comum, ao dizer, produz a intencionalidade dos atos que significam o mundo e conduz a uma relação histórica entre a sua existência e a de outros narradores possíveis.

O retorno do narrador¹⁴, o seu reconhecimento, a potencialidade da sua sobrevivência histórica, como diz Benjamin, é própria “de uma forma artesanal de comunicação”, que se desvela como possibilidade de realização de outra abordagem da teoria do conhecimento do tempo histórico e sua filosofia. Pontuar essa abordagem sobre a narrativa histórica é abrir passagem para suas potencialidades através de fenômenos do mundo da vida *lebenswelt*, considerando a existência de historicidades outras, que se distinguem daqueles que a vida contemporânea determinou e naturalizou como legado histórico do progresso da técnica pela lógica universalista de mercantilização da vida. Assim Walter Benjamin conduz a visão de superação dessa tendência em outra abordagem:

A narrativa que durante tanto tempo floresceu em um meio artesão - no campo, no mar e na cidade - é ela própria em certo sentido uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com a descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir [...] Assim, seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata. (Benjamin. 1985. p. 205).

¹⁴ Aqui é necessário pontuar que o retorno do narrador é o convite do reconhecimento da preponderância da sabedoria da vida como uma sabedoria construída sobre o tempo. Na história viva o histórico é apenas mais uma das formas de se falar sobre o tempo. O narrador histórico é o seccionador do tempo, é o que doa sentido. Sua presença sintetiza a relação do homem com o mundo da vida, e por isso mesmo a própria fundamentação do saber que é escrito sobre as coisas humanas existentes no tempo. O narrador é aquele que a princípio se reconhece no tempo do que passou. Vive a historiologia antes de pensar os temas historiográficos. É capaz de dizê-lo, e por isso todo historiador é um narrador. Pois todos os humanos narram algo, atravessando o real na transitoriedade das suas expressões. Logo o saber histórico é uma capacidade da existência humana. Firma-se a centralidade desse fenômeno. É ingênuo tecer considerações adversativas ao discurso histórico como conhecimento. Importa mais adentrar ao caminho que o tempo conduz, isto é, na relação do narrador com a construção das narrativas. Com o modo de explicar o mundo em que se vive. Como ela ocorre? O narrador pode fazer parte da narrativa histórica? Em que condição? Na condição de autor? A teoria do texto, da filosofia fenomenológica-hermenêutica da história dirá que, esses mundos possíveis, o do “texto” e do “autor” e do “leitor” são fenômenos com modos de expressividade e atravessamentos que lhes são próprios. Se o narrador é aquele que carrega a sabedoria histórica, como experiência do tempo, o que é o historiador? A primeira constatação que sobrevém a essa questão do “como ela ocorre?” nos indica então que: o texto historiográfico conduz a abertura de um outro mundo na vida do leitor.

A história vivida por quem a relata emana com a transformação necessária e incessante da vida material transcendendo o porvir em algo que permanece através das ações humanas como sentidos vividos. Esse porvir é expresso como a meditação sobre o que se atravessa como sentido histórico, ao qual me refiro - e que tanto Benjamin quanto Ricoeur, Rüsen nos mostram como acessível na narrativa histórica - nada mais é que a realização do transcórre da vida, do transcórre que dá evidência do que se passou com as pessoas. Isto é, no tempo: o atravessamento de evidência de que o mundo da vida tem duração. Onde é possível falar e ver com as narrações as relações entre acontecimentos, onde é possível ainda ir além e ver através delas a formação e passagem da tradição entre gerações num cotidiano.

1.2.1 História Pública Participativa: reconhecendo os percursos

Uma narrativa espirituosa exige desse historiador uma tomada de posição pública que visa ser coerente com o próprio mundo que habita. Desde criança, quando ainda meu avô e minha avó eram vivos, ouvia dentro de casa algumas lembranças da chegada da família em Itaipu. Suas histórias, desde que tiveram três filhos em Caxias, na Baixada Fluminense. A família se mudou definitivamente para Itaipu no ano de 1972. Meu avô do sertão da Bahia, e minha avó da zona da mata de Minas Gerais haviam adquirido as terras de um sítio ainda na década de 1950, pensando em um dia ter terra para plantar.

Meu avô deu a esse lugar o nome de Sítio Itamaracá, de onde escrevo sobre a história de Itaipu. Minha mãe, Ana Vitória, a filha mais nova da família, tinha apenas 8 anos na época em que chegaram aqui em Itaipu. Minha escuta e a própria visão das coisas enquanto crescia no Sítio formaram um solo espiritual das brincadeiras de pensar o tempo passado. Tudo encarnado e encantado nas pessoas e nas prosas. Acontecimentos, personagens que frequentavam a nossa varanda se acrescentavam nas histórias desse lugar. E muito se falava de como Itaipu havia mudado. Minha casa foi uma das primeiras da rua. Essa antiga casinha de pau-a-pique construída com barro do próprio lugar, virou a cozinha. Ao redor ainda existem os pomares, na floresta ao fundo os bambuzais, pés de abacate e platôs de pedra dos canteiros de horta. Minha família assistiu outras casas sendo construídas, a chegada dos vizinhos que davam ao lugar outro sentido.

Uma outra estória muito contada me chamava particularmente a atenção. A lagoa vista do parapeito da varanda havia mudado. A que existia no passado, eles falavam “era muito maior!”. Diziam que “chegava a beirar a rua de baixo”. E eu via, vejo, que o seu espelho d’água está a mais de 1,5 km de distância. Contavam que havia muito peixe. Nela meu avô saía para

pescar, e empurrando a canoa com um bambu “a caraúna na época de cheia chegava a pular para dentro aos montes”. Ela era de areia com água salobra. Tornou-se mangue salgado. Eu via que havia mudado. E ouvia não só ali. Em outros lugares conseguia perceber. Me perguntava intimamente o que acontecia à minha volta imaginando uma lagoa do passado. Ia até ela ao redor, observava do alto os seus detalhes

Lembro a sensação de nas noites observar no extremo oposto da lagoa, entre as árvores, a luz do ônibus que passava indo em direção ao ponto final, logo à beira da praia de Itaipu. Lembro que ele passava com uma frequência silenciosa. Poucas luzes amarelas saídas das janelas das casas piscavam ao redor. Meu avô fez sua apologia ao progresso em certos momentos, falava gratificado sobre aquele jeito novo de se viver mais moderno. Próximo da cidade, da vida urbana. Contraditoriamente era produtor rural local registrado no INCRA e um corretor imobiliário. Trabalhou para a empresa Mara Construções S/A, que fez o loteamento das antigas fazendas que existiam na localidade de Itaipu. Essa era uma entre outras várias empresas do setor que atuaram ali durante a década de 1970 projetando e realizando planos de estruturação urbana. Deixavam para trás, com a venda das melhores localidades e o encerramento das operações, uma massa falida de terrenos para seus antigos corretores. Como meu avô. E por esse motivo já ouvia e via a questão imobiliária como uma das chaves do quebra cabeça que falava sobre aquelas mudanças. A transformação, o progresso local da cidade e sua modernização. Tudo estava relacionado.

Talvez por esse impulso que vinha através da vivência tenha decidido cedo, ainda na escola, cursar a faculdade de história. Escolhi a Universidade Federal Fluminense. Mas passei primeiro na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2015. Cursei apenas um semestre em São Gonçalo. Cidade vizinha a Niterói. Lembro de me deparar com aquele cotidiano, de uma cidade maior que a minha, em uma localidade em que a urbanização ocorreu desordenadamente, e perceber ali, em comparação, ao longo do trajeto, que Itaipu havia sofrido um tipo de urbanização distinto. E aquele progresso que meu avô falava já parecia pertencer a algo que foi mais planejado.

No primeiro Seminário Internacional de Participação na América Latina, que ocorreu ao final daquele primeiro semestre de 2015, na UERJ, fui encaminhado para a sala 203, como monitor, onde a professora geógrafa Cátia Antonia da Silva mediava uma mesa com vários pesquisadores que estudavam a questão da pesca artesanal e a urbanização do litoral. Naquele momento, ouvindo os pesquisadores, tive uma forte intuição sobre Itaipu. Um lugar já presente nas pesquisas daquele grupo de pesquisadores. A paridade das questões que envolviam o grupo sobre as condições de existência das comunidades pesqueiras do litoral fluminense, incluída a

de Itaipu, me fez produzir a seguinte questão: quais eram as condições da transformação do lugar, as suas vivências marcadas nesse processo, as condições da própria existência dos pescadores e da comunidade de Itaipu?

A morada tradicional dos pescadores que chamam a si mesmos como “de Itaipu”, se via naqueles textos e apresentações, assim como em outros lugares do litoral, já diante desse fenômeno de transformação do progresso da modernidade, que eles diziam vir “de fora”. Que ao mesmo tempo que recobria todo o território também mudava os nomes em uso no cotidiano. O que era Itaipu para eles, passou a corresponder ao território administrativo da Região Oceânica de Niterói. Itaipu, como lugar, passou a ficar restrito ao entendimento da delimitação geográfica do canto da praia ou do bairro que contorna a lagoa. Decidi então pesquisar mais e ir até aqueles pescadores em Itaipu, ouvi-los.

Entrei na Universidade Federal Fluminense no final de 2015. Ali experimentei três ou semestres antes de me dispor a começar o trabalho de campo desta investigação. Me aprofundi mais nessa época, por interesse pessoal, em um estudo amplo e transdisciplinar tematizando o fenômeno da experiência do tempo histórico, do tempo humano, do cotidiano. Muitos aspectos relacionados a esse fenômeno surgiram espontaneamente e eram sugeridos ao longo dos primeiros esboços de investigação, como derivações que partiam daquela mesma intuição originária que me levou até Itaipu para realizar um trabalho de campo. Que começou, posso assim dizer, no contato com o próprio ambiente universitário.

Trilhei os primeiros passos, pouco a pouco, até chegar a ter contato com uma ampla gama de autores que ressaltavam novos aspectos à essa intuição sobre Itaipu. Esbocei um primeiro projeto em 2017. Ali me baseei primeiramente na obra “Pescadores de Itaipu - meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Rio de Janeiro”, uma etnografia de um renomado antropólogo da UFF, Roberto Kant de Lima. Ela me foi a primeira indicada justamente pelo teor das minhas inquietações. Inquietações que possuíam uma historicidade marcada. Justa ao contexto em que foi produzida essa etnografia, durante a década de 1970. Nessa obra a noção de tempo e a relação com o meio ambiente entre os pescadores é ressaltada como um ponto nodal para a realização da vida cotidiana e dos seus significados. Das experiências cotidianas transbordam a transmissão dos saberes e a sociabilidade do pescador de Itaipu relacionados à prática da pesca tradicional local, o Arrasto de Praia.

Os conflitos da década de 1970 em diante são sintetizados na obra pela chegada de uma Companhia Imobiliária: A Veplan Residência Empreendimentos e Construções S/A. A empresa fez o loteamento no entorno da Lagoa de Itaipu em 1973, inclusive a área úmida, oferecendo casas de alto padrão para o seu projeto de Comunidade Planejada - Cidade

Balneária de Itaipu. Nesse processo o canal aberto para o projeto em 1979, dividiu a praia de Itaipu e transformou a lagoa permanentemente. Para os pescadores o impacto dessas obras e o conflito resultante transformava não somente o lugar, em sentido geográfico, mas as próprias possibilidades de sociabilidade e o sentido das suas ações no cotidiano de Itaipu. Cotidiano moldado na profundidade das relações humanas capazes de dar forma ao próprio tempo da praia, para afirmar que são “dali”, “pescadores de Itaipu”.

Em 2017, me tornei estagiário no Museu Arqueológico de Itaipu. Localizado na beira da praia, no seu canto esquerdo, a poucos metros de onde rabiscaram a areia os pescadores com suas canoas. Foi dentro do espaço do museu que certa vez me dei conta e ouvi os nomes de quem são hoje os pescadores de Itaipu. O MAI realizou o projeto de Inventário Participativo de Pessoas e Memórias de Itaipu, com um total de 40 entrevistas de história oral ali na beira da praia. A proposta de pesquisa foi conduzida por Bárbara Primo e Mirella Leite, em conjunto com uma equipe técnica e os estagiários, na qual pude me integrar. Esse foi um momento sem igual para o envolvimento das questões da pesquisa com o cotidiano da comunidade de Itaipu. Naquele momento percebia o atravessamento daquelas histórias no lugar, encarnado nas pessoas e encantado por suas palavras na existência daquele tempo literalmente no mundo da vida. As referências eram ampliadas, excedendo os próprios limites da praia e do bairro, em menções entrecruzadas, que se somando em uma miríade de pontos de vista, abrigavam, no lugar, o modo de vida que todos reconheciam como um mesmo, e chamavam “de Itaipu”. Assim como também fui ensinado a chamar um dia.

Essas entrevistas, algumas que transcrevi, falavam desse lugar de um ponto de vista muito íntimo. De dentro das casas das famílias. Sobre o nascimento e morte dos seus. Sobre coisas pequenínimas que enchiam o lugar de um sentido muito próprio. Um mundo da vida local em que se somavam nas visões de suas próprias histórias. Deu partida a um ato de imersão. Pois a partir de então me dispus mais ainda a produzir minhas próprias entrevistas de história oral. Naquele mesmo ano de 2017 fui ao encontro de algumas daquelas pessoas que foram entrevistadas pelo Museu. Na beira da praia encontrei com Maurinho, pescador. Filho, sobrinho, neto, primo e tio de pescadores. Maurinho foi muito generoso comigo. Acolheu minha chegada na sua pescaria.

1.3 O que se passou: o percurso, o encontro e a narrativa - um campo da historiologia

A vida do narrador, seu mundo, através dele, as expressões, palavras e gestos dão sentido ao lugar. É necessário pontuar, participar do que se passou é tomar parte ao que

pertence, isto é: fazer um retorno ao mundo histórico que o historiador também habita. O retorno, dado no encontro com interlocutor - nas entre-vistas da vida - é a valorização das ações e dos gestos em sentido público e compartilhado do que é narrado, que se sintetiza na obra da investigação histórica. Que é aquilo que se encontra casualmente no cotidiano, dando sentido a que se vê e se ouve e também aquilo que passa despercebido durante os momentos do encontro. E que só vai fazer sentido algum tempo depois. A espontaneidade da identidade dos gestos e das narrativas públicas dos pescadores de Itaipu é uma síntese humana do nosso tempo, incerta, difícil, partida, moderna e ainda assim tradicional, anômala. É própria da complexidade das intenções envolvidas no próprio processo da vida subjetiva de cada um em seu próprio tempo, como influenciado pelo cronotipo contemporâneo - só presentista?

Pontuamos ainda que na exaltação da subjetividade não se deve admitir inconsistência científica. Há antes a necessidade do reconhecimento poética e política da presença do narrador em seu mundo. E esse reconhecimento já é por si mesma exercício da crítica historiográfica, produção científica. Ela é, no texto, o reconhecimento do lugar do autor. Na praia como se fosse o aprendiz. Em um encontro traduzido no texto com o entrevistado, que na praia é o mestre da tradição do arrasto ou a liderança comunitária. Sendo assim, um diálogo, se faz como presença no texto só pode ocorrer de um ponto de vista ético a partir da noção de autoridade compartilhada. Que é uma condição do exercício da crítica, da existência do gênero público das narrativas. Visto que são públicas, intersubjetivas, compartilhadas na comunidade de sentidos. Onde o público é nesse sentido já a consciência de algo compartilhado. Intersubjetivo, portanto, elas transitam como uma comunidade superior, assumindo uma outra função dentro do sentido do mundo do leitor a saber: o reconhecimento.

O retorno do narrador, do testemunho, assume o lugar da evidência. E desloca o ponto arquimediano para uma epistemologia histórica que sustenta a construção do texto como historiográfico e historiológico¹⁵. Começa por uma hermenêutica de si, pelos gestos e pelas

¹⁵ Heidegger diz que a historiografia é uma “meditação histórica” sobre o tempo e a historiologia uma “consideração” que significa o que passou na medida em que se apresenta como justamente isso, a saber: o que passou. Algo que é percebido na presença do que é expresso como esse objeto temporal. Afirma que tudo que é tornado objeto que passou e assim, expressado, é uma forma de consideração historiológica. Isso é a própria forma de pensar o que é o “presente”, que se torna um modo de existência do passado. O que se passou é tudo aquilo que caracteriza o enlace do tempo do porvir, a forma dos acontecimentos humanos, que precisamos a partir dela meditar para encontrar o sentido “nos voltar para o sentido” desse enlace. Sendo esse porvir que emana através da meditação histórica a origem da história. Pois ele é capaz de estabelecer o início da ordem das razões, uma intuição histórica originária, que é a consciência de um objeto

narrativas, até alcançar através do seu sentido a expressão da obra de síntese de um corpo que é capaz de agir, se movimentar e dizer através dos sentidos que são dados ao seu mundo da vida, da comunidade humana que se instaura e se desenvolve no tempo. Que é a manifestação da consciência histórica do tempo que só pode ser narrado pois tem espessura sensível, atravessada, expressada como vivência de duração. É um tempo humano. Que reverte as aporias, para trazer a expressão do tempo narrativo a evidência que ele pode ser narrado pois é contado (Ricoeur Apud Grondin, 2015 p. 94).¹⁶ E sendo por sua vez um tempo contado, fala de um tempo efetivamente existente. Que supera a dúvida cética e se expressa na narrativa como se fosse o acontecimento relevante em evidência, é verossímil a ele em certo sentido, na medida em que compreende poeticamente o que já passou e ainda dura.

Essa consciência histórica do que passou, se expressa na capacidade de contar alguma coisa a alguém, que exerce a partir de então uma tarefa de escuta sensível e reflexiva, estabelecendo nessa relação um sentido comum, uma comunidade subjetiva superior que se comunica com algo passado. Isto é compartilhar o tempo em sentido público. Sendo assim a consideração historiológica que é um ato da consciência de tornar objeto “o que passou” se faz presente como ideia forte da hermenêutica da consciência histórica. Ela consiste:

[...] menos em uma hermenêutica metódica, que se interessa de modo privilegiado pelas distintas operações do arco interpretativo, do que uma filosofia geral da nossa condição histórica que toma a forma de uma hermenêutica ontológica. (MHO, p. 449 [tradução, p. 357]. [...] Essa hermenêutica parte da ideia de que a compreensão que temos de nós mesmos provém das narrativas que nos constituem e da qual nos apropriamos. Elas dão corpo ao que Ricoeur denomina nossa identidade narrativa: responder a questão de “quem?” é contar a história de uma vida. (TR, p.321 [trad. 368). (Idem. p. 98.)

A passagem da fenomenologia da ação à hermenêutica ontológica da consciência histórica está fundamentada na mudança de posição quanto ao modo de consideração sobre o aparecimento do tempo humano. O fenômeno “que passou” torna-se um estado de coisa da consciência, cuja análise intencional da ação, seu aparecimento bruto, é atravessada como expressão narrativa. Essa dimensão fenomenológica fundante que Rūsen denomina sentido, que perpassa as vivências de duração, significa toda a presença originária do que permanece

que já passou. Para saber mais ver: Martin Heidegger. Primeiro Capítulo - A questão fundamental acerca da essência da verdade como meditação histórica. in: As questões fundamentais da filosofia. Martins Fontes. 2015. p. 54-59.

¹⁶ Como dizer o tempo do porvir? Como manifestar a consciência desse tempo? A intuição originária que vem da consideração sobre “o que passou” se desdobra na meditação sobre o porvir, aquilo que pode ser tempo contado porque é narrado humanamente. É um tempo com sentido. O círculo hermenêutico do texto à ação, e da ação ao texto se fecha assim na narrativa sobre si. Essa hermenêutica parte da ideia que a nossa compreensão que temos de nós mesmos provém das narrativas que nos constituem e da qual nos apropriamos.

entre o passado, o presente e o futuro. No qual a expressão como consciência histórica é uma via redutiva, que constitui a uma comunidade subjetiva superior, como consciência de vestígios de tradição que são narrados. É um modo de aparecimento do tempo preenchido de intuições e evidências historiográficas sobre isto e aquilo que já passou. A consciência do presente - o desconforto diante do novo - abre os sentidos do ser-afetado-pelo-passado a necessidade da iniciativa. Isso muda o estatuto ontológico da coisa a ser visada por uma hermenêutica na qual a ação não seja uma consideração apenas sobre o que é presente. Ela nos dá acesso, como texto, a uma abertura: nos torna consciente sobre um sentido histórico do passado e do porvir. Configura-se a atualização do passado no presente, com a introdução do novo na história, sem um estado de coisa futura, mas como um modo de abertura da consciência do tempo. Momento em que a história reivindica do historiador o seu papel e sua caneta, como um antropólogo ao relatar seu trabalho de campo.

Assim a pergunta “quem narra?” é envolvida no arco dessa hermenêutica ontológica. Ela atravessa quem narrou, até a expressão da questão: “quem narrará?”. Relaciona a historiologia do que já passou do ponto de vista do narrador como abertura a consideração inicial do que já passou à meditação no presente intempestivo - incerto -, cuja possibilidade das iniciativas, das ações, a escuta da oralidade e dos gestos, intencionam a tomada de consciência da expectativa do tempo histórico presente, já em seu modo de aparecimento, um estado de coisa verossímil ao passado do futuro. Ela nos faz “nos voltar para o sentido”. Esse é um ato de tomada de consciência, que o tempo histórico se faz como intuição imediata. Reivindica da historiologia do que se passou um início para a meditação sobre o porvir histórico. É consciência do porvir, pois reivindica a percepção da evidência da duração do tempo. Quem se fazer como ciência fundada. Livrar-se da dúvida cética. Permite afirmar-se, isso introduz na evidência do histórico o aparecimento de quem narra.

1.3.1 A resposta à pergunta “Quem narrará?”

Sempre que me via no museu, Maurinho me chamava para pescar. E por esse motivo me chamava de “Menino do Museu”, até lembrar e aprender a falar meu nome. Ele me introduziu aos poucos na sua Pescaria de Arrasto, que eu havia ouvido falar só de longe, e conhecido um pouco mais só através de livros. Ali, na beira da praia de Itaipu, conheci outros pescadores que trabalhavam com ele. Alguns deles, seus parentes. Pude aos poucos entender de dentro daquele cotidiano, de suas rotinas, de seus prazos e afazeres como aquelas histórias eram contadas, como parte de algo maior. Como um sentido compartilhado e particular que

eles davam à Itaipu. Aos poucos, enquanto tudo isso começava a parecer mais familiar, Maurinho, Robinho, Nem, Seu Abelardo, Sidnei seu irmão, e outros de seus eventuais companheiros e ajudantes de pescaria me recebiam, tornavam minha presença mais familiar, passavam a me chamar de Dimas.

Perguntavam “Dimas pra que quer contar a nossa história?”. Para saber o que se passou!? Sempre que buscava me aproximar deles com questões sobre Itaipu, me apresentava como pesquisador e também dali, de Itaipu. E mais do que tudo, na própria vivência, encarnavam o lugar falavam coisas sobre o seu nome, vividas nele, enquanto rabiscavam o mar e a areia com suas pescarias. Fui até a praia, cada vez mais. E até mesmo às vezes sem um propósito de pesquisa. Me deixando levar por aquele ritmo, me deixando levar por já me sentir mesmo parte dali. Essa foi uma posição que certas vezes foi conflituosa. E não saberia dizer até que ponto ela me favoreceu ou me prejudicou. Em cada caso, qualquer que seja, os momentos que estive na beira da praia foram dedicados e sinceros. Ajudava e aprendia com gosto, como escrevo essa investigação. E eles começaram a gostar mais de mim e eu cada vez mais deles. Não recusava, participava, colocava o meu próprio corpo para jogo. A ponto de em certo momento brincarem entre eles, falando que estavam fazendo de mim um pescador.

O paradigma historiográfico da investigação aos poucos, durante os anos de pesquisa e convívio com os pescadores na beira da praia, foi amadurecendo. Passou a ser, em um sentido amplo, uma tarefa de delimitação da investigação focalizada ao lugar dos sentidos históricos dados pelos narradores à sua transformação. Em Itaipu, naqueles anos seguintes, de 2018 até o início da pandemia de Covid no Brasil, em 2020, fiquei na beira da praia pescando com Maurinho. E ainda vou lá. Estar na beira da praia era uma forma de exercitar uma escuta sensível das suas vozes. Das suas presenças. Da dedicação do tempo de suas vidas, a parar e falar sobre elas para mim. Participava e escutava os relatos do passado surgindo em laços de espontaneidade com os afazeres cotidianos. Participar do cotidiano da pescaria de Itaipu me levou a ter ciência dos próprios meios empregados por esses pescadores para dar continuidade a suas práticas e seus saberes. E através deles doar significados à vida na beira da praia de Itaipu.

De dentro na pescaria de Maurinho ajudei na puxada da sua Rede de Arrasto construí aos poucos o entendimento de que se tratava de um verdadeiro trabalho de campo como base para a estruturação temática das primeiras entrevistas de história oral. Um acesso direto às suas formas de experimentar o tempo na beira da praia, de constituir a sua historicidade. Em torno dessa pescaria pude reconhecer vários nomes que os pescadores davam à beira da praia, como marcação dos seus “Pontos de Lanço”, sendo esse um elemento que fez desabrochar a visão

das leituras possíveis para o processo de transformação local. Um aspecto de certo modo intrínseco à diversas falas dos pescadores quando mencionaram os nomes desses pontos geográficos de identificação de toda a beira da praia. Um desses nomes em especial me chamou a atenção ao sair da boca do Mestre Robinho, que também pescava com Maurinho. Seu primo-sobrinho. Robinho falava sobre o “Lanço da Coroa” que “já não existe mais”, pois foi onde “fizeram o canal que dividiu a praia de Itaipu”. Acrescentava que “para o outro lado ficou denominado Camboinhas, por causa do loteamento”¹⁷.

A denominação de Camboinhas como um “outro lado” se fez particularmente interessante não apenas como ponto de reflexão da investigação, mas sobretudo através das vivências que ocorriam sempre que esses pescadores decidiam “fazer um lanço do outro lado”, isto é, em Camboinhas. Como compartilhei esses dias, cabe aqui uma descrição das impressões que tive em um momento já avançado da investigação e do convívio com eles.

Certa vez, no dia 28 de Fevereiro de 2019, presenciei uma manifestação desses conflitos. Já pescava junto com Maurinho a mais de 1 ano. E como de costume cheguei na praia bem cedo, por volta das 3 horas e meia da manhã. Era verão e os pescadores aproveitaram o clarear do dia por volta das 4 horas para cercar os peixes na beira da praia. A expectativa era de uma pescaria certa, visto que no dia anterior a Campanha de outro pescador chamado Lula, também filho de família de pescadores, havia feito seu lanço no mesmo lugar e capturado uma quantidade relativamente grande de sardinhas maromba, contabilizando 7 caixas e mais 2 caixas de mistura. Muito desejáveis no mercado local. A notícia de que o lanço da pescaria de Maurinho seria feito na “Areia Preta” logo começou a se espalhar na beira da praia assim que descemos a canoa para o mar sobre as estivas.

Estavam embarcados na canoa junto com Maurinho - na popa dando a direção do cerco na posição do Mestre - Robinho logo a sua frente com a cortiça da rede em mãos. Eu à frente de Robinho segurava o chumbo da rede. Logo atrás de mim estavam nos remos, Nem e Seu Abelardo. Traçamos a borda da praia lentamente em direção ao ponto da nossa pescaria. A água escura e gelada escondia os peixes, que só davam sinais de som da sua presença. Enquanto os remos acariciavam o espelho d'água. Maurinho deu o sinal para encostar a canoa próximo da Areia Preta. Avisou que iríamos esperar mais clarear para começar a fazer o lanço. Com a expectativa de ter “sardinha encostando aí”, Robinho avisou a Maurinho que era melhor “tirar

¹⁷ O canal artificial, construído com molhes de pedra, abriu a barra da lagoa de Itaipu permanentemente com o objetivo de possibilitar a entrada de embarcações para as marinas do loteamento Cidade Balneária de Itaipu. Seu resultado também pode ser percebido pelos pescadores na reorganização das referências geográficas da praia de Itaipu, e na mudança do equilíbrio ecológico e ambiental da beira da praia e da lagoa.

uma corda” para “cercar o peixe na forcada”, logo na beira da praia. Ficamos ali deitados na canoa esperando um bom tempo, ouvindo os peixes que davam tapas na água. Enquanto os pescadores conversavam entre si, chegavam pessoas na areia já esperando para puxar a rede. Foi quando Robinho começou a falar:

- Antigamente era assim. As canoas ficavam na beira da praia só esperando para cercar o peixe. Eram bem mais pescarias. Às vezes passavam o dia esperando o peixe encostar. Cercavam uma atrás das outras. Mas isso foi há muito tempo. Na época quando chegava a Tainha. Esperava o vigia dar o sinal. Esperava e aí começava a fazer o lanço. Hoje o lanço é a sorte.

Robinho não falava sozinho, em diversos momentos as suas palavras eram atravessadas e preenchidas pelas vivências daqueles pescadores com quem compartilhava a canoa. Eles acrescentavam pontos de vista, uma outra forma de ver o acontecimento. E eu vendo o que acontecia dali, daquela canoa, imaginava sobre esse tempo passado que me contavam. Enquanto aquela história que Robinho contava se desenrolava, os pescadores na canoa ficavam atentos aos sons da água, ao movimento do sol que trazia a luz do dia. Nem e Seu Abelardo entrecruzavam as palavras de Robinho em meio a brincadeiras comuns sobre seus dias na beira da praia, contavam coisas do tipo como e com quem aprenderam a pescar, a remar a entralhar a rede, a limpar o peixe.

Finalmente, os primeiros raios da luz do sol revelavam a paisagem da cidade do Rio de Janeiro, refletindo nas janelas dos prédios de Copacabana na margem oposta, doutro lado das águas da Baía de Guanabara. Nesse momento Maurinho jogou o cabo na beira da praia para um dos companheiros e deu o sinal para os remadores. Identificou na luz do dia a direção do lanço de acordo com o movimento dos cardumes de sardinha que encostaram próximos da beira da praia. Com seu timão direcionou o lanço e fez um arco contornando a Areia Preta. Estávamos no outro lado do canal, em frente a praia de Camboinhas. Robinho e eu durante esse momento lançamos a rede no mar juntos, atendo aos ritmos da remada. Chegamos na beira da praia e começamos a puxada da rede de Arrasto.

A animação era constante. O movimento da puxada da rede envolvia a ondulação e a direção da maré. Nos dividimos entre as duas pontas dos cabos da rede. Fiquei ao lado de Robinho e Nem, enquanto aos poucos chegavam mais pessoas para ajudar. Do outro lado, Maurinho e Seu Abelardo, junto com outros mais que também os ajudavam. Aos poucos, nos revezamos no movimento, subindo com os cabos na areia, avançando sobre a praia. As marcas do movimento deixavam os sinais dos passos e da corda que rabiscaram a areia. Íamos fechando o lanço, até o momento da chegada da rede na beira da praia. Nesse ínterim, rolavam conversas, brincadeiras e estímulos à puxada. Maurinho gritava do outro lado, já se aproximando, pedindo

para pouco a pouco que a gente “entrasse”, cercando o peixe. Naquele momento, com a chegada da rede mais próxima da beira da praia, já conseguimos ver que o cardume era grande, e as sardinhas estavam “malhando nas mangas da rede”.

A preocupação tomou conta de Maurinho. Por quê?

Que já era bem conhecido por seu jeito e nervosismo nessas horas. Robinho brincava com ele, já avisando os demais companheiros o que seria necessário fazer. Em certo momento, quando era necessário puxar a rede que já tocava as nossas mãos com mais empenho, Maurinho pediu para que a puxada diminuísse o ritmo, enquanto ele decidia o que fazer. Foi aí que ele veio até mim.

Maurinho me deu ordem para que pegasse uma embarcação menor, uma baleeira, e fosse com ela de volta até a praia de Itaipu para avisar ao seu irmão, Zeca que além de pescador comprava e revendia peixes na beira da praia, o que estava se passando. Já adiantando a venda daqueles peixes o mais rápido possível. Fui e voltei remando. Assustado, confesso. Enquanto, na volta, me aproximava da Areia Preta, atravessando o Canal, via que a rede já estava quase toda para fora da água, e eles me esperavam.

Gritando da beira da praia, Maurinho me conduzia. Joguei o ferro na água e fui nadando de volta até a areia, não sem cometer alguns deslizes, que foram motivos de chacota dos pescadores. Nem, assim que eu saí da água já me caçoava dizendo “Porra! Você é muito burro, Dimas!”. Robinho e os demais riam, enquanto Maurinho se mantinha em estado constante de nervosismo. A quantidade de sardinhas era enorme. Em certo momento, vendo que seria impossível levar a rede na beira da praia e dividi-los nas caixas, Robinho sugeriu que se colocasse a rede para fora. Para que não corresse risco de perder os peixes e a rede. Robinho colocou em prática uma técnica que ele chamou de “amarrar para fora”, dizendo depois que era algo comum na época da Tainha, e que presenciei ali pela primeira vez. Enchemos a canoa de sardinhas e mais a baleeira. A situação se tornava preocupante aos olhos de Maurinho, o dia avançava e curiosos se aproximavam para entender a situação filmando a sua pescaria.

Ficamos eu, Maurinho e Zezeco - um pescador mais antigo, que sabendo da situação chegou para ajudar - enchendo a canoa com as sardinhas. Enquanto Robinho levava a baleeira com os peixes de volta para Itaipu. Tentamos puxar a rede para cima em vão. Ela estava completamente tomada pelas sardinhas que ficaram suas cabeças nas malhas da rede. Situação que deixou Maurinho ainda mais nervoso. Aparentemente apressado, Maurinho chamou os que passavam na beira da praia para pegar os peixes que ficaram pelo caminho, dando a eles não apenas a quem ajudou na puxada, como de costume. As horas avançavam e ainda assim tentamos puxar a rede para dentro da canoa para assim finalmente voltar a Itaipu. Uma

tentativa, inúmeras vezes frustrada, a ponto de Maurinho decidir levar a rede a reboque, fora da canoa com vários peixes nela, de volta para a beira da praia Itaipu.

Ali mesmo, no avançar das horas, Maurinho decidiu que eu voltaria remando junto a ele e Zezeco. Tentamos nos posicionar normalmente para começar a remada, mas com o peso da rede a canoa começou a “beber água” - se encher de água - assim que começamos a tentar dar intensidade na remada. Maurinho orientou que a remada fosse feita ao contrário, que ficássemos em pé como se estivéssemos dando ré na canoa. O trajeto de volta Itaipu, que naquela posição normalmente levaria apenas 15 minutos com a rede embarcada na canoa, foi feito em mais de 1 hora. E ali, enquanto atravessava o canal começava a entender um pouco de como a pescaria se dava “do outro lado”. Maurinho ao longo do trajeto desabafava da sua preocupação, não só de perder a embarcação que poderia ter afundado, ou a rede que poderia ter rasgado devido a quantidade de peixes agarrados a ela. Desabafava sobretudo com receio de ser incriminado por sua prática, por estar ali na praia de Camboinhas pescando. Por talvez ser filmado e acusado, uma vez que ali moravam muitas pessoas poderosas e preocupadas com o meio ambiente, que não compreendiam o seu modo de vida. Lembrando que em certo momento no passado sua rede havia sido apreendida em uma situação semelhante.

Aportamos na praia de Itaipu por volta das 11 horas da manhã. Em condições normais chegaríamos ali não mais que um pouco depois das 7 horas da manhã. A praia e os demais pescadores nos esperavam cheio de expectativa. A notícia já havia corrido entre eles que estavam ali nos esperando para ajudar a colocar a canoa pra cima. Os mais velhos e mais experientes nos esperavam já próximos da água, alguns pegavam nas estivas, lançando-as na areia, abrindo caminho para a canoa subir. Robinho e Jairo acompanhados de outros pescadores mais parrudos ajudaram a puxar a rede para a água, facilitando o processo. Maurinho só conseguiu se acalmar quando pisou na praia de Itaipu. E logo foi dando novas tarefas para que começassem a retirar as sardinhas que ainda estavam dentro da canoa e outros que ainda estavam com a cabeça presa na rede.

Lembro que ficamos lavando essa rede naquele dia de sol de verão, até às 15 horas. Subi e desci à praia com vários baldes de água, que jogamos dentro da canoa lavando parte por parte da rede para que ela não apodrecesse com o sangue. Nesse tempo pude presenciar a transformação da aflição novamente em descontração. Toda tensão vivenciada ali me falava mais sobre o cotidiano em seus prazos, na construção das experiências daquele tempo quando ainda era presente mais do que poderia supor. Logo que Nem disse que “Maurinho tinha um monte de puxa saco”, todos começaram a rir, visto que os banhistas curiosos do entorno, que lotavam a praia com as cadeiras dos bares, vinham pedir os peixes jogados nas caixas. E

rapidamente as memórias da “fartura de peixes de antigamente” voltaram a brotar. Robinho disse que era comum, várias vezes no dia ter que enterrar peixes. Que na época da Tainha, se faziam pilhas de peixe na areia. E logo os nomes das pescarias e seus mestres voltavam a ser mencionados. E cada um deles se dirigia ao outro, dizendo “você lembra de fulano?”, e as situações do dia a dia convergiam dessa forma com aquela permanente presença do passado que marcava os sentidos do cotidiano vividos na localidade de Itaipu.

Assim que terminamos todo o trabalho exaustos e as maiores dificuldades já eram motivos de riso, decidi voltar para casa. Maurinho me agradeceu, logo dizendo que não iria pescar no dia seguinte, e pediu para que esperasse um pouco na frente do seu barracão. Ele foi em casa e assim que voltou me deu 150 reais. Foi a primeira vez que ele me pagou com dinheiro. Além da relação de amizade, estava ali evidente uma proposta de emprego.

Compreendi de perto, que as condições de realização da pesquisa, se evidenciaram pouco a pouco dentro do reconhecimento da própria dinâmica do cotidiano da comunidade de Itaipu. E, de certo, não poderia ser de outro modo. Se evidenciava historicamente o modo de existência dos pescadores de Itaipu e suas narrativas, como expressão da reprodução do cotidiano da comunidade sob o signo das transformações urbanas ocorridas na localidade de desde meados da década de 1970. Coincidentemente ou não, os últimos pescadores da praia, hoje na faixa de idade dos 50 anos, são todos da geração que cresceu e se socializa na pesca antes das transformações urbanas se concluírem. Uma evidência participativa da investigação com a interpretação historiográfica que deu ensejo às entrevistas de História Oral.

1.3.2 A resposta à pergunta “Quem narrou?” - um retorno ao narrador

Transcrição

Entrevistado: Jairo Augusto de Souza

Local: Quintal dos Pescadores de Itaipu. Rua Max Albin. n° 12

Data: 22/10/2018 Horário: 16:00

Ademas: Jairo da última vez a gente conversou sobre a questão do território pesqueiro, a questão da tradicionalidade do pescador que tem que ser preservada. E hoje em dia se tem um contato mais forte com as instituições que favorecem isso. Mas queria saber um pouco também como você começou a pescar, qual a sua relação com a pescaria. Quais são seus familiares e o que é Itaipu dentro disso?

Jairo: Primeiro, eu sou remanescente de famílias tradicionais de pescadores. Tanto por parte do meu pai como da minha mãe. Meu pai, meus avós por parte de mãe e por parte de pai eram todos de famílias tradicionais de pescadores aqui de Itaipu. E uma relação com o pessoal de Maricá também. E eu comecei na vida da pesca muito garoto. Porque naquela época também a principal atividade econômica local era a pesca. E tem dois fatores aí: um é que a gente tinha o estímulo de tá na pesca. A gente se encantava também com a atividade da pesca, era um encanto para qualquer garoto na época a gente remar, tarrafejar, puxar uma rede, toda aquela técnica que os pescadores faziam nos atraía muito. E a gente queria ter essa habilidade e conhecimento dos mestres; independente de a gente ter nossos sonhos ou não, outras profissões que sempre o sangue de pescador correu nas nossas veias. E é um atrativo muito grande para qualquer filho ou neto de pescador que conviveu intensamente. Aqueles momentos ricos da atividade do pescado e de toda uma tradicionalidade, uma cultura. A gente conviveu muito com o fator natureza. A simplicidade de um lugar meio rural e isso pra gente é um verdadeiro parque de diversão. Quer dizer, não tinha nada. A gente não tinha uma vida urbana então a gente brincava e sobrevivia de uns fatores muito naturais. O Parque hoje, que era o morro das andorinhas, a gente brincava, a gente caçava, ia ver as belezas naturais. As dunas, os costões, a praia. A gente ia pras praias, fazia piquenique em Itaipuaçu. A nossa vida foi uma vida regrada de diversões junto com a natureza. A natureza me proporcionava esse convívio muito harmônico com ela. E na época era o que a gente tinha e muito bem explorado pela gente de uma forma sustentável. Sempre a gente respeitando. Não tinha noção do contexto ambiental mas como a gente éramos comunidades tradicionais que não explorava como fonte econômica a questão da caça essas coisas todas nunca abateu o meio ambiente.

Ademas: Jairo, como você começou a pescar? Os seus pais começaram... e como esse saber era passado também? Eu tenho muito interesse em saber disso.

Jairo: Voltando no início da pesca, foi um interesse. Eu me interessar pela arte, principalmente da tarrafa, que é minha especialidade. A tarrafa que pesca camarão e meu pai foi um grande pescador de camarão. Ele tinha uma grande habilidade de fazer tarrafa e eu, muito novinho, aprendi isso. Eu com 9 anos já sabia fazer os nós e com 12 anos eu fiz a minha primeira tarrafa. E 12 anos, 10 anos comecei a aprender a tarrafejar. E comecei a pescar com o meu pai em um bote que ele tinha, em um caiquinho, com ele. E depois eu engrenei na pesca, no arrastão. Foi aqui na pescaria do Seu Neneco. Eu, muito jovem, né? De 12 pra 13 anos eu comecei a trabalhar de ponta de cabo. Você conhece essa posição dentro da pescaria de arrastão, é o iniciante da

pescaria. E ali eu aprendi também; aprendi a pescar de arrastão, a remar, a todas as técnicas de arrastão. Mas nos dois anos seguintes eu fui pescar com a rede de emalhe, que hoje é minha especialidade. Eu comecei com o Toti, na pescaria do pai dele. Na canoa pequena dele, ali fui aprendendo as coisas. Era uma escola, né? A pescaria em Itaipu era uma escola porque tinha muito mestre. Todo mundo era muito habilidoso nas suas técnicas e a gente se encantava, também dava muito peixe. E era fonte econômica do povo aqui. E foi assim. Quase, da minha geração para baixo, 90%, mais de 90% teve a pesca como sua principal atividade. Depois de algum tempo, outros empregos foram surgindo. Alguns largaram a pesca com 30 anos, alguns com 20 e poucos mais muito pouco. Aí passado o tempo, já na década de 90, na década de 80 o pessoal, como surgiu muito trabalho. Como porteiro, motorista e outras funções. Aí o pessoal foi porque tinha carteira assinada. A pesca nessa época não tinha um fomento. Dava até peixe mas não tinha uma estrutura muito... como que chama? Que mantivesse esse grupo aqui. Ficaram alguns pescadores como, no caso, o Cambuci. Ele manteve a tradição do pai, comprou lá o barracão eo pai dele e manteve toda a tradição da pesca de arrastão. E conseguiu sobreviver muito bem, com bastante esforço. Ele, a família e a esposa se esforçaram muito. A pescaria ajudou muito ele a ter filhos formados. Hoje tem uma boa casa, uma boa pescaria. Ele resistiu a todo esse impacto, é um exemplo né? Acho que ele é um exemplo pra gente que pescaria dá sim, tem que levar a sério.

Ademas: Eu tinha conversado uma vez com o Robinho e ele disse que começou a pescar com o Seu Neneco, que era avô dele. Só que ele disse que existe uma diferença da pescaria que era feita naquela época de arrasto do que acontece hoje em dia. Você poderia explicar isso para mim também?

Jairo: O que acontece: no arrasto tem a pescaria de cerco e a pescaria de lançar sorte. O que é cerco? Tinha umas espécies que tinham toda uma preparação. A Tainha e o Xaréu, principal pescaria de cerco. Mas também tinha o Parati e o Xerelete, que dava no meio de setembro. No meio de setembro dava muito Xerelete e o pessoal cercava também. Então a técnica usada pro cerco geralmente era rede a barcada e redonda. E na Tainha tinha o vigia. E tinha duas épocas de Tainha no ano; a Tainha de Baixo e a Tainha de Fora. A Tainha de Baixo era que começava no mês de maio e ia até o final de agosto. E a tainha de fora a gente, chamava a que vinha do norte para o sul, ela era mais no meio de dezembro e janeiro. Em dezembro também fazia muito o cerco do Xaréu. Aqui foi um lugar que deu muito Xaréu, então dezembro dava muito Xaréu. A rede já tava preparada para cercar o Xaréu. A rede da Tainha, que cercava a Tainha e Xaréu,

era uma rede que acabava o período em que eles guardavam. E depois, no próximo ano, em janeiro, já em março eles começaram a dar aquela revisão na rede. Preparava a rede pra começar a safra da Tainha e depois o Xaréu. Mas o Xerelete, quem não tinha rede de Parati, cercava com rede de lanço, barcava redondo também. Só que toda essa técnica era uma coisa muito profissional. Os donos das pescarias se identificavam, levavam muito a sério em tratar do material. As técnicas, a organização da pescaria... muito diferente de hoje.

Ademas: Ele tinha falado também que por conta das modificações que foram acontecendo aqui na região a Tainha tava começando a desaparecer por causa dos impactos ambientais. E você chegou inclusive a falar que tinham pescadores saindo, e foi uma coisa que ele também chegou a comentar. Como você consegue relacionar isso com as questões dos incentivos pra pesca?

Jairo: O problema da Tainha foi o crescimento urbano, num geral. Quer dizer, o crescimento industrial, crescimento urbano no litoral, a questão da especulação imobiliária. Todo o crescimento nesse geral, né? O crescimento urbano no litoral afetou com certeza assim muito grande a questão dessas espécies. Igual a Tainha e o Xaréu, porque teve bastante impacto. Segundo os estudos da UFF, que o emissário ali que sai em Ipanema, acho que é Ipanema. Se não é Ipanema, é Leblon.

Ademas: Aqui na frente, né? **Jairo:** O canal, se não me engano, é por ali. Não tô com certeza agora. Mas, segundo pesquisa, aquele emissário prejudicou muito a chegada da Tainha aqui para as praias oceânicas. Mas não é só isso. Isso deve ser um dos pontos mas a gente sabe que a dominação e todo o contexto urbano no litoral. Sem falar da falta de saneamento, as indústrias, acho que tudo soma! A questão do agronegócio, que acaba tudo indo pros rios, e dos rios tudo acaba desembocando no mar. As fábricas de tecelagem, a indústria petrolífera. Isso tem um impacto muito relevante dentro dessa parte aí, a questão de várias espécies marinhas. E tem a sobrepesca. A sobrepesca contribui bastante. Mas ela vem assim, segundo as pesquisas, ela vem em uma escala 10º, 12º. Nessa questão mais sobre pesca, nem influi muito.

Ademas: Você diz sobre pesca industrial?

Jairo: Sobre pesca industrial

Ademas: Você nunca chegou a pescar na pesca industrial em algum momento?

Jairo: Não, eu nunca embarquei num barco industrial. Eu pesquei nuns barcos pequenos, em barco de 12 metros. O máximo que eu pesquei foi em barco de 12 metros. Mas não era pesca industrial, hoje é considerada artesanal.

Ademas: É aquelas de Jurujuba né?

Jairo: É, umas embarcações menores! Barco industrial eles trabalham com equipamento mais apurado, redes maiores, embarcações. Hoje o barco industrial está acima de 20 ap.

Ademas: Qual a relação de vocês com esse pessoal que também é considerado pescador artesanal mas não pratica a mesma modalidade que vocês?

Jairo: A gente sempre, diante do convívio como pescador, o pessoal de Itaipu sempre saiu, foram pescar em Jurujuba. Temos uma relação boa com os pescadores. Mas, devido ao aumento tecnológico da pesca industrial, a questão do sonar, as redes maiores e toda essa escassez do pescado. E como Itaipu é um lugar muito rico em peixe, você vê os barcos tão sempre aqui em Itaipu. Você é testemunha disso. Itaipu é um lugar muito rico e muito atraído por esses barcos industriais. Devido a essa questão, nós criamos a reserva. Não só pela pesca industrial, mas por todo o impacto que a gente sofreu nas últimas décadas. O crescimento urbano desordenado, a indústria petrolífera, todo impacto. Todo grande impacto sobre a pesca também. Então a gente criou a reserva para discutir ordenamento. Nesses, acho que são 24 mil e poucos hectares de resex. Que não é muito grande ? Comparado às outras RESEX.

Ademas: mas assim, que localização?

Jairo: Ela tem uma faixa, se eu não me engano, são 5 milhas da ponta do veado para fora da Ilha do Pai e mais 3 milhas na ponta do Itaipuaçu. Não sei se dá 25 milhas de uma ponta a outra. Não é uma reserva muito grande não. É uma reserva pequena mas que atende a demanda dos pescadores aqui de Itaipu. Porque a gente geralmente pesca mais nessa área. A gente vai pra outros setores pesqueiros, outros lugares como Maricá, mas que tá muito fora da reserva. Mas a gente atua mais na área da resex tem até um estudo técnico --- principalmente a pesca de arrasto e na sua maior parte a rede de malha. Dificilmente a gente vai lá fora, só quando dá muita corvina lá fora. E muita anchova. Mas é uma pesca que, realmente, é muito arriscada para as nossas embarcações. Então a gente vai, mas realmente é um risco grande, a gente se

arrisca. Aqui não, aqui sempre teve muita corvina aqui. Nesse espaço que a gente marcou a Resex.; Só que hoje a pescaria teve uma decadência a nível mundial **Ademas:** A artesanal? **Jairo:** Não só a artesanal, toda a pesca. A produção pesqueira teve uma queda muito grande.

Ademas: Por que que você vê isso? Quais são os fatores?

Jairo: Os fatores são tudo isso né? Crescimento desordenado não respeitando as questões ambientais, que impactam muito sobre a pesca. Mas a tendência, infelizmente, nesse modelo econômico é a pesca cada ano que passa piorar. É a pesca do extrativismo.

Ademas: Eu lembro que eu estava pesquisando em alguns jornais, no site da hemeroteca você faz algumas pesquisas que a gente consegue encontrar as referências. Eu estava pesquisando sobre Itaipu especificamente, e eu encontrei o processo que foi a construção de Camboinhas pela Veplan. A colônia, que na época era chefiada pelo seu Hildo.

Jairo: Isso, ele era o interventor. A colônia, à época, ele era interventor. Ele trabalhava na SUDEP, ele era agente público e era o interventor aqui da Colônia de Itaipu.

Ademas: E aí eu lembro que dentro dessas reportagens que eu achei, ele tava reivindicando para a Colônia o controle ali, ou a administração da lagoa. Porque a lagoa era considerada território - território não - mas terreno edificável e que tava sendo vendido. E a Veplan na época estava aterrando para construir. E isso estava impactando diretamente.

Jairo: Na verdade, o que aconteceu. Segundo o depoimento dos antigos - Cambuci passa muito isso pra mim - antes de ser criada a colônia aqui em Itaipu, dos pescadores fazerem o pleito na tribuna. Tinha um senhor que dizia que era dono da lagoa, que era o João Mendes... Então todo mundo que pescava na lagoa tinha que dividir a partilha com ele, aquela coisa toda. Aí os pescadores em 1920, - 21, parece. Ou 20 - os pescadores fizeram o pleito da colônia. A Marinha veio aqui, analisou. Inclusive, a Colônia, na época, o escritório era aqui. Ai ordenou né? Teve um ordenamento. Em 1948, teve uma empresa que comprou Itaipu. Isso era uma grande fazenda, então não era urbanizado. Comprou Itaipu e urbanizou. Em 48 urbanizou aqui e a urbanização de Camboinhas, que eu me lembro, ela veio mais a frente. Ela veio na década de 60, mais ou menos, que a Veplan Residência organizou Camboinhas. Tinha até uma empresa, a Tratex, que fazia as obras onde os pescadores até trabalhavam nela. E começou a questão da indenização dos pescadores. Na época o valor não era muito alto porque os terrenos aqui eram muito baratos. Não era visto, não tinha nada. E como não tinha infraestrutura na praia, muitos pescadores, não tinham outro jeito. Aceitaram, alguns pegaram dinheiro, foram pra cantagalo. Outros trocaram por imóvel, por terreno. Pegaram dinheiro e construíram a casa. Foi uma parte para o Cantagalo e uma parte ficou aqui, na região oceânica, nos bairros. Nos lugares que

chamam Maravista, Engenho do Mato, Cafubá. Então muitos escolheram terreno num valorzinho para construir sua casa. Outros optaram ir para Cantagalo, que é um lugar que não era urbanizado, era posse. Eles preferiram construir a casa e ficar com o dinheiro. Parte do dinheiro, que fosse. Isso se iniciou no final de 60 e terminou em 90 e tal. O último pescador a sair foi o Manezinho, que mora em Cafubá. Ele é de Camboinhas, né? Ele resistiu até quase 80 e poucos. E, por fim, ele teve que negociar mesmo com a empresa e foi pra Cafubá. Esse processo começou mais ou menos assim. Mas a Veplan, ela indenizou os pescadores dessa forma, fez a dragagem da lagoa. Onde houve a intervenção da colônia em 79, parece. Em 79 houve a intervenção porque tava prejudicando. Porque a ideia era aterrar parte da lagoa e fazer um grande empreendimento imobiliário na lagoa. E eles fizeram um fundo pra passar as embarcações de recreio, a marina lá dentro. E isso inviabilizou a pesca de tainha, teve toda uma dificuldade. Houve todo um impacto e a colônia, na época que houve essa intervenção. E de lá o estado não tomou providência diante essa intervenção e a lagoa foi assoreando, assoreando e projeto para dragagem... draga ou não draga... discussão aqui e ali... o tempo foi passando e a lagoa só foi tendo as erosões. De um lado e do outro ela foi assoreando e assoreando. E a região oceânica cresceu desordenadamente e a lagoa só foi... Prejudicando a lagoa, muita poluição, aterro, tudo ia pra dentro da lagoa. Aí veio o tratamento da Águas de Niterói, deve ter uns 15 anos que se instalou. Mas a gente não sabe as condições reais da Águas de Niterói. A qualidade, muitos pescadores desconfiam que impactou. Mas ainda não foi feito um monitoramento adequado pra dizer que a Águas de Niterói impactou os recursos naturais ou não. Mas existe essa ligeira desconfiança. É complicado fazer um estudo, né? Então eu acho que tem que fazer um monitoramento. Toda o sistema. O sistema natural, que é ver como tá a poluição do rio e mais no tratamento. Os esgotos clandestinos, tudo tem que ver. Tem que fazer um monitoramento bem planejado, estudado. Ver onde tá os principais fatores que poluem a lagoa. Antes de fazer a dragagem hoje. Acho que merece uma dragagem mas a gente sabe, que pra fazer uma dragagem de qualidade, a gente sabe que vai precisar de muito dinheiro. **Ademas:** Mas foi nesse momento que vocês começam a pleitear a reserva? Por conta desses impactos, não? **Jairo:** A reserva, o pleito dela começou na década de 90. Em 90, a equipe da UFF trabalhou muito tempo em Itaipu. A Biologia, a Antropologia, que tem um trabalho bem intenso em Itaipu desde o final da década de 60 pra cá faz muita pesquisa em Itaipu. Muita pesquisa em Itaipu. Então a primeira RESEX-Mar a ser ativista foi feita em Pirabundia, lá em Santa Catarina. Em 90, 95 começou a discussão de criar uma reserva em Itaipu e em Arraial do Cabo que tem as mesmas características de pesca, a pesca do arrastão, do arraial é muito similar à Itaipu. E a UFF, junto com pescadores e uma liderança aqui em Itaipu, o Chico era a principal

liderança aqui na época, também lá em Arraial o Chico também de Arraial e o grupo de pescadores de Arraial. A gente começou a ideia de criar uma reserva pra fazer esse ordenamento pesqueiro dentro dessa unidade. Considerando as questões culturais, o modo de vida e todo esse ordenamento de pesca. Como pescar de uma maneira sustentável: a ideia de RESEX era essa. Ordenar a pesca e ordenar em todos os sentidos: ordenar na questão da fiscalização ambiental, da produção, dos direitos sociais do pescador, todo o ordenamento pela pesca. Tudo que ordena a pesca; o papel da RESEX seria esse, é esse. Ordenamento da comunidade, fiscalização, monitoramento, parceria com os setores públicos... para reserva funcionar de uma forma no campo ideológico que a gente enxerga.

Ademas: Você viu alguma potencialização desse... **Jairo:** Não. **Ademas:** Mas também por conta da construção do Parque? Porque teve um movimento ambientalista em cima que veio antes... **Jairo:** O que acontece é que o Parque foi criado antes da RESEX, o Parque foi um pleito da sociedade. É interessante a criação do Parque porque ele tem o seu papel dentro do conceito ecológico. O Parque é um divisor de águas, faz parte da biosfera Mata Atlântica então são questões que a gente tem que proteger. Ali no bananal onde vai o Parque, onde pega a parte Marinha, foi um pleito de um grupo social. Que eu não sei esse grupo que pleiteou ou quem fez aquele estudo técnico que hoje os pescadores até questionam e a gente não sabe quem fez aquele estudo técnico. É uma coisa que eu me pergunto porque houve um conflito com pescadores, o que não teve nada haver com a reserva. Na época a gente até fazia parte aí da ALPAPI, que eu e o Chico temos uma cadeira nossa. Onde o Chico é presidente, é titular...

Ademas: O que é ALPAPI? **Jairo:** A ALPAPI é a Associação Livre dos Pescadores de Itaipu. Nós entramos no parque pelo conflito da comunidade do Morro das Andorinhas. Então houve um processo de desalojar do morro. E a gente, - Chico era a principal liderança da época - com as portas abertas com a UFF e a gente com alguns mandatos de esquerda, como o PSOL. O PSOL ajudou muito; o Marcelo Freixo, a UFF, ajudou muito o Paulo Eduardo... Ajudou muito em defesa da permanência da comunidade do Morro das Andorinhas. Lá em cima do morro o Chico da Jaqueira. **Ademas:** Você acredita que se eles não tivessem feito isso, a especulação imobiliária teria... **Jairo:** Com certeza! Na época, o promotor Marcelo Boratto já tinha feito uma denúncia que eles estavam fazendo tráfico lá em cima. Uma maldade muito grande com a família do Chico (da Jaqueira). E foi feito todo um reconhecimento da comunidade, que fez a árvore genealógica da comunidade com o apoio da UFF. Com o Direito, a Antropologia mais os mandatos do Paulo Eduardo, mandato do Marcelo Freixo. Conseguimos (reunimos) força para resistir lá. Por essa razão que nós entramos no parque. Então quanto tava o pleito, como

eu falei, ali do Bananal, que é uma Reserva Marinha biológica que entra de mar adentro... Uma coisa que a gente também não pode muito questionar é porque um conselho é consultivo né? Então é muito complicado isso. Mas já tava todo preparado anteriormente um estudo, uma coisa que fez um pleito da sociedade. Entenderam que aquele lugar era um lugar de criadouro, de reprodução. Bom, esse estudo aí eu não conheço muito, eu não posso... **Ademas:** É, eu tinha visto que era também uma plantação. **Jairo:** Perguntei até ao Cassiano... **Ademas:** de laranja, de café que existiam ali... **Jairo:** O cafezal era antes, isso aqui era tudo cafezal no século XVI... No XVI não, no XVII, segundo a história, isso aqui era um cafezal. Isso é uma fazenda e aqui produzia café. Até pouco tempo tinha pé. Tens uns pé de cafezinho espalhado nessa mata ai. E foi modificando né? E quando acabou o ciclo do café e as fazendas, que tinha as fazendas de Engenho do Mato que era da Irene Lopes Sodré, devia ser do café também a produção. Depois que os sitiantes começaram a plantar banana, a Reforma Agrária foi feita. A primeira Reforma Agrária do Brasil foi aqui no Engenho do Mato. Então, o sítio do Bonfim, que é o exemplo do Quilombo do Grotão, que é o Renato que é um líder lá. E as outras famílias que têm sítio ali né? E depois foi urbanizado né? Derrubaram lá e depois urbanizou também. A história é mais ou menos essa aí. **Ademas:** O que eu tinha visto, pelo menos nas reportagens, é que também rolou uma pressão do movimento ambientalista lá na década de 80 por causa do assoreamento da lagoa. **Jairo:** A gente também já participou de muito movimento, jovem. O Chico sempre me chamava para participar, na época eu estava com 20 anos. Eu não participava muito do quadro da diretoria executiva, mas ele me chamava porque eu pescava na lagoa. Eu achava interessante. Na primeira reunião que ele me chamou sobre a lagoa - que eu pescava na lagoa - eu tinha 18 anos. A Secretaria ainda estava lá em São Francisco. Que já estava se discutindo a dragagem, aquela coisa toda da recuperação da lagoa. E teve muitos projetos que... **Ademas:** Isso foi na década de quê? **Jairo:** Isso foi no final de 80. Teve muito projeto para cuidar da lagoa, mas os projetos foram todos de água abaixo. Muito questionamento, num fizeram estudo... quer dizer, fizeram vários estudos. Mas todo mundo sabe como é que é né? A verba pública vai e acaba... Como foi na Baía da Guanabara. Entrou dinheiro e até hoje a Baía de Guanabara vive naquele caos lá né? Assim foi com a lagoa de Itaipu. **Ademas:** E foi assim que você começou a se envolver com a parte política da pescaria **Jairo:** Um dos fatores foi esse. Eu pescava na lagoa e a lagoa foi o território mais afetado. Porque lá foi um crescimento desordenado. E depois veio a pesca oceânica. A pesca oceânica na década de 80 para cá, principalmente com a prática do Atum, começou em 80. No final dos 80 ela foi muito forte. A pesca de Atum capturava muita sardinha. Então houve, assim, uma onda da pesca de Atum. Atum não, do Gaiado né? Mais Gaiado. Só que eram vários barcos de Atum rodando a

enseada de Itaipu, pegando a Sardinha pra fazer isca pra Atum. Impactou muito. Foi um dos maiores impactos que teve aqui em Itaipu, na época foi esse. Aí depois o Atum foi diminuindo também, aí veio o crescimento da pesca de traineira, que é aqueles barcos do sul, que é a instalação do sonar - que é um aparelho muito aplicado para pesca deles hoje. Que tem um potencial muito grande, o sonar. E aumentaram os barcos e eles davam cada bordoadada no peixe assim de, num cerco, matar 250 toneladas... 300 toneladas... 500 toneladas. Chegava a dar cercos de 300 toneladas de peixe ou mais. Mas isso num barco, um cerco só. Se um barco desse aí carregar, matar 200 toneladas de anchova, o peixe é muito maltratado. Arrisca perder a escama, é uma perda relevante aí. Perde a qualidade. Se o cara pega umas 20 toneladas, uns 5% perde a qualidade. Igual a gente, no barco, você pega uma tonelada, você dá um tratamento adequado. Ou na pescaria de linha. Então o peixe tem mais qualidade. Um dos fatores é esse também é a desvalorização do preço. E quem leva vantagem são os frigoríficos, as grandes redes como os grandes supermercados que compram o barco fechado. Bota no freezer lá e bota num valor abaixo, faz as suas promoções. E a gente que é do dia a dia, no produto mais saudável, que pega numa escala com consonância com o recurso natural e com a natureza, é prejudicado. A pesca industrial atende mais a questão do valor do capital. Obedece mais ao capital que à sustentabilidade, ao próprio recurso.

Ademas: A abertura do canal você viu também como um impacto na pesca? Um impacto social também, como a questão dos pescadores que moram saindo de lá? Como foi essa abertura no canal? Que é algo que eu queria entender melhor

Jairo: Tem dois viés aí. O canal é acesso. As lanchas, aquela coisa toda. E do ponto de vista de algumas lideranças é do canal da vergonha que o Chico fala. O Chico acha que realmente foi uma divisão social. Itaipu já tinha, que a colônia já tem o seu marco regulatório, que então não tinha como tirar o pescador daqui. Em 61 foi feito um marco ali que definiu uma área pros pescadores, que tem 9 mil centímetros quadrados, hoje eu não sei como está aquela situação ali. Agora parece que várias gestões se passaram e não conseguiram, depois que a colônia deixou de ser uma autarquia federal, aí ficou complicado né? Não sei como está a situação real dali. Eu não tenho acesso às informações precisas sobre esse assunto não. Eu sou sócio da colônia mas não faço parte do quadro diretor.

Ademas: Em questão de urbanização das construções da Veplan, que eu estava conversando com o Robinho, ele falou que ele entende Itaipu como uma praia só. Apesar de ter sido construído lá em Itaipu, pela construção que ele teve ali dentro daquele espaço pescando, e tudo mais, nessa tradição, pra ele é uma praia só.

Jairo: Eu também considero. Eu considero Camboinhas um território pesqueiro. Então pra mim, não só Camboinhas como Itacoatiara. Itacoatiara, Camboinhas e Piratininga são territórios, hoje demarcados pela reserva,

de ações de pesca. Principalmente da pesca de arrastão. Tem os lanços que estão lá considerados; os lanços de Piratininga, os lanços de Itaipu. Tá dentro. Lá o pescador tem direito de explorar esses lanços. Então, pra mim, é um território de prática como a gente defendeu no passado. Dentro, na resex, tá lá. Não mudou a prática, a prática da pesca. Mas mudou sim a retirada, o deslocamento do pescador. Como foi a Veplan, se apropriou. Ela comprou, indenizou daquela maneira que foi o que os pescadores aceitaram numa época. O problema foi a retirada das famílias e não ter um terreno. Principalmente das Andorinhas. **Ademas:** Além disso, como você vê Itaipu hoje em dia, a partir disso que aconteceu? Como foi impactado a pesca? **Jairo:** É o que eu falei, eu acho que Itaipu, por todas essas questões que a gente fala do crescimento. Do crescimento desordenado, do mercado imobiliário, das fábricas. E a indústria petrolífera, que impacta muito. É o modelo econômico. A gente foi muito afetado pela dragagem dos portos do Rio de Janeiro aqui em Itaipu. Foi quando dragou os portos do Rio, jogou muito resíduo sólido aqui na nossa área, ali por trás dos bares. Então a gente aqui era um pesqueiro muito rico, aqui dava muita Espada, muito robalo, pargo, cação-anjo, esses peixes de fundo. Pescada, lula, cavala. Então a gente foi muito afetado pelo bota fora. Isso aí já a muito tempo, sempre teve dragagem. Mas só que, com o crescimento do país e de exportação, essa coisa de exportar soja. Tudo, tudo. Mas só que a dragagem foi feita não respeitando os critérios ambientais; todo mundo sabe que é lei internacional não jogar lixo, resíduo sólido no mar. Tem que jogar o lodo. É comprovado, que está vindo nas nossas redes, resíduo sólido. Todo tipo de material na rede dos pescadores. Infelizmente acontece isso. Foi um grande impacto pra gente daqui de Itaipu, da rede de malha e rede de linha o bota fora. A gente perdia a rede, o navio largava. Não tinha como reparar. Aí você só aproveitava as cordas. As tralhas, como a gente chama, e as boas pra comprar outro material. Às vezes nem dava, que enrolava tanto que não dava. Foi um grande impacto para mim as dragagens dos portos. Com esse crescimento da produção da monocultura no Brasil, a gente tá botando nessa coisa de grande escala. Soja e outras monoculturas. Isso impacta muito a pesca artesanal. Muito. Não só a artesanal como a industrial. Você impacta o ecossistema, o sistema lá do mar e também os parciais que têm nos oceanos. Se você não tem lá os parciais, você não tem os criadouros que são os corais. Então, se impactar todo esse ecossistema, a produção, a tendência é você exterminar o grande berçário. Então esse crescimento desordenado vai na contramão da produção natural.

1.4 Políticas da Pesca, Estado e seus efeitos: história e meio ambiente no litoral sudeste

Fazer uma história da pesca nos exige uma postura crítica em relação à análise da extensa gama de saberes necessários e acumulados ao longo do tempo, constituídos e realizados nas formas de organização e no desenvolvimento dos instrumentos de captura do pescado e suas variações, que caracterizam o pescador no exercício de suas funções. Como nosso objetivo não é listar¹⁸ os elementos empíricos da prática de pesca, basta-nos apontar que essas variações revelam a sua complexidade em um âmbito do seu sentido histórico e sociocultural. Sendo este o primeiro desafio nos deparamos ao situar nossa análise sobre o extenso litoral brasileiro. Luiz Geraldo Santos da Silva esclarece este aspecto:

[...] subsiste, no entanto, o problema histórico mais geral do tratamento macrorregional, particularmente ao se procurar dar conta das populações ligadas ao meio marítimo. Em outras palavras, a percepção precisa da tradição local de um dado grupo humano que cria conhecimentos sobre manejo e apropriação dos recursos oriundos do mar passa pelo entendimento das linhas históricas mais gerais que conformam o processo de criação e desenvolvimento posterior, não apenas das comunidades marítimas e litorâneas em si mesmas, mas também das sociedades mais amplas em que estas se inserem.¹⁹ (Silva. C. 1998. p. 209.)

No litoral sudeste brasileiro encontram-se diferentes modalidades e variações da prática de pesca com suas respectivas tradições e visões de mundo. São pescadores artesanais de arrasto, caiçaras, marisqueiros etc. Persiste em certo nível semelhanças quanto à caracterização dos seus elementos naturais, onde se destacam as condições do mar e dos ventos e a circulação de grandes cardumes de peixes pelágicos como a tainha, o parati, a anchova e a sardinha entre outras espécies. Na macrorregião sul-sudeste é possível encontrar em algumas praias as conhecidas companhas de arrasto, um tipo específico de pescaria que se estende do o litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, desde as praias de Arraial do Cabo, até parte do sul do Brasil

¹⁸Defendida em História recentemente, a seguinte pesquisa apresentou um inventário das transformações da Do ponto de vista desses três personagens a comunidade com a transformação urbana e a chegada dos novos moradores vive os conflitos ambientais e a invisibilidade de suas demandas. Esse cenário refletiu o plano nacional das discussões da Constituinte em que o movimento ambientalista e as comunidades tradicionais disputavam discursos sobre esses territórios. Ao passo que a questão da cultura popular passa a garantir acesso à solução de parte das demandas dessas comunidades, como as de pescadores, que passam a reivindicar a identidade tradicional. Em Niterói esse contexto ocorreu principalmente ao longo da década de 1980, com o fortalecimento do discurso do movimento ambientalista no cenário público da cidade e sua assimilação, em razão dos impactos ambientais causados às lagoas de Itaipu e de Piratininga com a urbanização, e os conflitos pela regularização fundiária nas encostas da Serra da Tiririca, com os sitiantes e assentados nas áreas antes consideradas rurais. A institucionalização das demandas ambientais limitou a margem de ação dos pescadores, que então tiveram que justificar suas práticas dentro da legalidade produzida pelos marcos ambientais e das legislações das comunidades tradicionais pesca artesanal no Litoral Paulista, cf. AFONSO, Marcelo. História de pescador: um século de transformações técnicas e socioambientais na pesca do caiçara do litoral de São Paulo (1910-2011). Dissertação USP. 2013.

¹⁹ SILVA, Luiz Geraldo. História e meio ambiente: a pequena pesca marítima no Brasil. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 10/11, 1998, p. 219

sendo encontrada no litoral de Santa Catarina. Essas pescarias são associações de trabalho familiar e comunitário. Segundo Diegues, o modelo de companhia foi introduzido no Brasil por imigrantes açorianos durante o século XIX. Com algumas características da pesca Ibérica este modelo de associação de trabalho conduziu essas comunidades à formação das associações de pescadores que se consolidaram no início do século XX, a partir da intervenção do Estado, como Colônias de Pesca ou Zonas de Pesca.²⁰

Uma parte considerável da ocorrência dos registros sobre a pesca no Brasil deriva da sua produção sob a influência dos órgãos do Estado. O processo de institucionalização da pesca no Brasil, reestruturado na Primeira República, teve dentre os seus principais objetivos o reconhecimento das características, integralização e controle do litoral brasileiro pela Marinha, bem como o estímulo progressivo de transformação da pesca artesanal para o eixo da produção industrializada. Alberto Toledo Resende - membro do NUTEMC orientado pela professora Cátia Antônia da Silva - ao dissertar sobre este assunto apontou que este reordenamento conduziu também ao reconhecimento das características naturais e das dinâmicas sociais presentes na extensão do litoral brasileiro. Fato que se apresentou durante muito tempo no próprio modo de abordagem sobre a História da pesca no Brasil. Seguindo as implicações do decreto n° 16.183, de 25 de Outubro de 1923 o autor realça a ideia de que:

pela primeira vez na história nacional regulamentava e organizava de fato a atividade pesqueira, não somente voltada para a produção industrial ou em larga escala, mas a atividade praticada individualmente pelos pescadores, que de acordo com Artigo 3° passaram a organizar-se em colônias de pesca segundo estrutura estatal que prometia *organização e serviços* essenciais para esse grupo da sociedade.²¹ (Resende, 2010, p. 64)

Tais instituições, ainda que produzissem influências e coerções concretas de acordo com a política de Estado e suas aspirações modernizantes²² não podem ser consideradas como completamente bem-sucedidas em seus projetos, nem determinantes no respeito à vida desses pescadores. Ao considerarmos essa influência em profundidade veremos que a possibilidade de produzir transformações sobre o seu cotidiano era limitada ao seu ordenamento e se realizava como parte de uma classificação abrangente da prática pesqueira. A professora Catia

²⁰ DIEGUES. Antônio Carlos. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. Revista Etnográfica, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375

²¹ RESENDE. Alberto. A origem da institucionalidade da pesca Artesanal. In: Pesca Artesanal e produção do espaço. Org. SILVA. Catia Antonia. Rio de Janeiro, Consequência, 2014. p. 64

²² O “caudal dos ideais modernos” foi conduzida pela doutrina positivista do Estado. cf. NEVES. Margarida. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX In: O Brasil Republicano. Orgs, FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia. 8 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2016

Antonia da Silva nos lembra e esclarece que “pesca artesanal” é uma categoria de Estado²³ e de fato torna-se mais aceitável refletir levando-se em conta as suas implicações efetivas e não apenas as perspectivas e aspirações políticas que se projetavam sobre a pesca, tendo em mente que ao longo das décadas seguintes as variações da prática se mantivessem articuladas na composição dos elementos tradicionais, nas leituras específicas do *saber fazer*, que se relacionavam de maneira dinâmica com a natureza local, em que essas mesmas leituras produzidas através da tradição da pesca seriam atualizadas.

Este apontamento crítico conduz pontualmente a duas reflexões. Primordialmente, em um plano histórico, nos deparamos, no passar das décadas, com a amplitude contextual das transformações vivenciados pela sociedade brasileira em processo de modernização, que entre as décadas de 1960 e 1970 caracterizou a reestruturação das formas de organização da sociedade, a exemplo da transição do perfil campesino ao urbano do modo de vida da sua população e inclusão no mercado capitalista internacional. Por conseguinte, alguns dos modelos explicativos considerados clássicos à época buscavam esclarecer a existência dessas comunidades de pesca, a partir do ponto de vista do momento histórico em que escreviam, às quais passavam a ser incluídas sob os ideais de modernização da sociedade brasileira. Fazendo assim com que a organização do trabalho e a sociabilidade na pesca estabeleçam referências e critérios fundamentais para a sua condução explicativa.

Se é provável que tal modernização ocorreu e adquiriu este direcionamento, sendo algo que se afirma na necessidade de reconhecimento de parte deste processo no percurso da nossa investigação, tomar uma posição apenas afirmativa e unilateral, de fundo generalista, nos conduziria apenas a tecer uma série de observações sobre desenvolvimento das dinâmicas da sociedade mais ampla a juízo das categorias de Estado. Tal posição seria possível, mas não é desejável, tendo em vista que nossa investigação micro-histórica estrutura a crítica, sendo necessário reafirmar que o presente capítulo possui uma outra intenção a ser sublinhada nesse posicionamento crítico, em relação ao estatuto de algumas generalizações ingênuas feitas sobre as comunidades de pesca. Dentre as quais está a da própria aplicação indistinta da categoria de *Pescador Artesanal*.

Parece ser este o percurso reflexivo que levou Diegues a segmentar sua análise nos anos 80 na qual as estruturas das técnicas produtivas de subsistência, artesanais e industrializadas, estavam inseridas em linhas históricas que se expressavam na seguinte proposição:

²³SILVA, Catia Antonia. Política Pública e Território. Passado e Presente na efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro. Consequência. 2015.

A reprodução da força de trabalho, dos instrumentos de produção e das relações sociais de produção próprias a cada uma das formas passa pelo crivo da articulação existente *atualmente* entre as várias formas de organização pesqueira - pequena produção de mercadoria, pesca empresarial-capitalista, etc. (Diegues. 1983. p. 167)

De fato é incontestável que no contexto em que Diegues escrevia a proximidade com os centros dinâmicos da economia brasileira no eixo Rio-São Paulo fez com que algumas dessas comunidades passassem a conviver com processos modernizantes que se refletiam no modo de vida do sitiante-pescador ameaçando a sua continuidade.

Doutro modo o deslocamento crítico estruturante para o interior do fazer cotidiano vivenciado por essas comunidades de pescadores nos permitiria acrescentar outras visões sobre o mesmo processo, visto que nada nos autoriza a predicar de maneira indiscriminada os seus costumes e o modo de vida como sendo representados de forma adequada tal como se imaginou ao utilizar as categorias analíticas de “*Camponeses*” e de Estado como “*Artesanais*” para inseri-los nas análises da Sociologia, Antropologia ou até mesmo comuns à Historiografia. Esta representação sócio-antropológica ao visar classificar os elementos constituintes da prática de pesca projetou uma determinação conceitual e explicativa que assumia a premissa do seu desenvolvimento temporal se realizava de forma linear, onde a pesca estava em vias de modernização, eclipsando a profundidade da auto-constituição dessas comunidades a partir da experiência e do tempo dos seus representantes. Assim a sociedade abrangente e suas relações eram interpretadas a partir dos elementos da organização do trabalho e da sua diferenciação econômica que assumiam o protagonismo em desfavor de elementos subjetivos que também estavam implicados, ainda que os mesmos fossem considerados de algum modo.

Há exemplos de análises diacrônicas que têm revelado a existência de outras interpretações possíveis sobre a pesca no Brasil. Com atenção às dinâmicas internas dessas comunidades, somava-se interpretações sobre a vida cotidiana que passava a ser permeada por influências modernizantes. Ao considerar essas interpretações essas análises passaram a corresponder a outras temporalidades onde as perspectivas dos pescadores sobre tal modernização preenchem suas histórias de um sentido peculiar. Um exemplo interessante pode ser remontado às observações etnográficas acumuladas durante 20 anos por Marco Antônio Mello e Arno Vogel na comunidade de Zacarias, litoral de Macaé, Rio de Janeiro. Em “*Gente das Areias - História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro Maricá-RJ, 1975 a 1995*”²⁴ as implicações da modernização sobre a pesca lagunar e de suas variações dão o tom da narrativa que perpassa a história da comunidade, em que a centralidade dos recursos naturais

²⁴ MELLO. Marco Antonio. VOGEL. Arno. *Gente das Areias - História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro Maricá-RJ, 1975 a 1995*. 2 ed. Niterói-RJ. Eduff. 2017

e da manutenção da vida cotidiana fora impactada pela a *abertura da barra* de areia que recortava a lagoa ligando-a através da praia ao mar e a chegada da *Companhia* que urbanizou a região “em vista do turismo, com sua estrada litorânea...”. A narrativa etnográfica sobre o *drama social* encontrava-se com a profundidade do saber fazer cotidiano na expressão do seu sentido para a comunidade como a “luta do tostão contra o milhão”.

Em sua abordagem as relações com passado da pesca da Vila permitiam também considerar o *recordar* transmitido pela *tradição oral* de um passado que se apresentava como o “*Tempo da lagoa antiga*”, que envolvia na sua imagem recordada a ação social e suas vicissitudes frente às transformações modernizantes que tiveram origem no transcorrer da década de 1970²⁵. Percebemos que em seu fundo é possível vislumbrar a face mais humana desses pescadores, sugerindo a existência de uma margem narrativa em que a profundidade da auto-constituição de sua identidade pudesse ser apreendida na manifestação do seu *saber* devidamente apropriado à prática de pesca local. Com isso o horizonte particular, constituído na sociabilidade da pesca, era considerado no interior da pesquisa em comunhão à ação dos pescadores, no sentido do fazer cotidiano, constitutivo dos rituais de sociabilidade e das suas relações sociais. *Gente das Areias* ao se alinhar às ações e experiências dos pescadores de Zacarias abria caminho à compreensão das implicações naturais e históricas dentre as quais tanto a identidade, quanto o sistema de relações da comunidade dependiam.

Gente das Areias instiga a considerar outras visões de mundo que são sugeridas no fazer de uma história da pesca e dos pescadores. Onde o lugar do saber na vida não se limita à classificação das formas de organização do trabalho e suas variações, penetrando na evidência da significação constituída na vida social da comunidade de Zacarias e de sua visão da natureza como pertencimento a um tempo local. As questões que acrescenta nos colocam diante da vivência do cotidiano como objeto de conhecimento histórico e das formas de se relacionar com os elementos naturais que compõem a identidade e a prática da pesca local. Em resumo:

²⁵ A década de 70 parece ser um momento chave em algumas das posições assumidas em relação ao modo de vida da pesca foram revisadas principalmente entre os antropólogos. Raymond Fifth - entre 1946 com “*Os Pescadores Malaios*” e 1970 com “*Social Structure and Peasant Theory*” - refletia em relação à incorporação do modo de vida da pesca ao universo da economia camponesa, passando a levar em consideração a distinção em relação ao tipo de acesso aos recursos naturais. Em pesquisas feitas no Brasil, por exemplo, Kottak constata a existência de redes familiares que conduziam a organização do trabalho solidário que tornavam a comunidade auto-suficiente apesar do seu isolamento. Nas décadas de 70 tornam-se notáveis as transformações no cotidiano da comunidade provocadas por obras públicas associadas ao processo de modernização do “milagre econômico”, como a presença crescente de turistas que chegavam às praias pelas estradas recém-abertas. A exposição dos efeitos da modernização para os pescadores neste contexto parece assim deixar implícita na observação de Kottak a variação da prática de pesca em relação a condição dos elementos naturais e da organização da vida em comunidade que já apontam para mudanças na forma de se relacionar em comunidade e interpretar as ações no seu cotidiano. Para saber mais cf. Antonio Carlos Diegues Op. cit 1999, p. 365-370

nos dirigimos com Mello e Vogel a pensar historicamente sobre a diferenciação interna do saber na cosmovisão e na produção da identidade viva, preenchida por formas de relação com a pesca em suas vivências e representações de natureza.

1.4.1 Modernidade Anômala entre os Pescadores de Itaipu

A delimitação esquemática da pesca admite que entre as variadas modalidades existem aquelas de subsistência, artesanais ou industriais. Sua distinção se dá em relação aos meios de reprodução do saber e da técnica e os fins sob os quais se encerra a captura dos recursos naturais. Com atenção ao que já havia realçado na parte anterior, o aspecto artesanal da pesca, ainda que caracterizado como referente a um modelo de política de Estado, tem em seu fundo elementos concretos que sugerem tal diferenciação. A respeito da temática aqui esboçada, a *Pesca Artesanal* está caracterizada então de acordo com a forma de captura, de diferentes espécies em que associações de familiares, individuais ou coletivas não-assalariadas, que se utilizam de pequenas embarcações movidas a remo ou motor que transitam próximas à faixa litorânea. Sua produção destina-se sobretudo ao abastecimento local através da venda do seu excedente, atendendo-se assim a uma finalidade mercantil da prática artesanal. Sendo o seu saber definido da seguinte forma:

Os pescadores artesanais mantêm contato direto com o ambiente natural e, assim, possuem um corpo de conhecimento acerca da classificação, história natural, comportamento, biologia e utilização dos recursos naturais da região onde vivem. Para Posey este *conhecimento local* sobre o mundo natural não se enquadra em categorias e subdivisões científicas precisamente definidas.²⁶

Através dessa passagem podemos extrair duas informações relevantes que serão somadas ao exercício da crítica em nossa investigação histórica nos aproximando das narrativas e ao mesmo tempo do saber da pesca: 1) As comunidades de pesca se transformam historicamente e suas distinções se acentuam regionalmente expressando nas tradições seus significados relacionados à natureza; 2) A visão de mundo dessas comunidades nos permite visualizar os processos históricos de acordo com o sentido das suas narrativas e representações culturais, incluindo a própria noção que os mesmos constituem sobre o que é a natureza, o tempo e o espaço. A pesca artesanal como temática se assim considerada se realiza como consciência histórica e memória nesses dois sentidos. Nessa aproximação entrecruzam-se as temporalidades apresentadas enquanto na leitura dos elementos constitutivos dos horizontes da pesca - transmissão da tradição e existência da comunidade - e a natureza - imponderabilidade

²⁶CLAUZET, M., RAMIRES, M. & BARRELLA W. Pesca Artesanal e Conhecimento Local de duas populações caiçaras (enseada do mar virado e barra do una) no litoral de São Paulo. in: Multi Ciência. v.4, maio de 2005 p. 1

e aparecimento do novo. Que possibilita constituir noções de simultaneidade e sucessão entre as gerações no espaço e no tempo. O saber preenchido na visão de mundo evoca o que se passou, sugerindo a sua inclusão nas escalas de análise da modernização promovida a partir da década de 1970 e da sua linha de construção do progresso. Delimita-se assim, aqui, a breve tarefa explicativa do presente sub-item.

No contexto da década de 1970 a modernização dava-se de diferentes modos, marcada pela abertura econômica ao mercado de capitais, em investimentos de infraestrutura e pela construção de “estranhas catedrais”, dentre os quais estavam, como vimos, a abertura de estradas e empreendimentos imobiliários que estavam afetando diretamente cotidiano da pesca no eixo litorâneo Rio-São Paulo. No porvir histórico da modernidade do Estado Ditatorial estavam também as iniciativas de industrialização de diferentes setores considerados estratégicos para a economia nacional, dentre os quais figurava a pesca. Um dos exemplos está na reformulação estrutural da Superintendência do Departamento da Pesca - SUDEPE em 1974, e o seu Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (PNDP). No Art. 2º do decreto nº 73.632, de 13 de Fevereiro de 1974 encontramos dois vestígios paradigmáticos da forma como a *Pesca Artesanal* foi apreciada na História do Brasil. O primeiro vestígio remete ao contexto das pesquisas acadêmicas produzidas na época, dentre as quais encontra-se a de Mello. Vemos exposto em seu segundo inciso:

II- Realizar pesquisas, objetivando a avaliação, a preservação dos recursos, o conhecimento da biologia e ecologia dos seres vivos aquáticos, *os métodos e técnicas de cultivo* nas águas territoriais, e *modernização de técnicas* de captura, industrialização e comercialização do pescado.

Esta iniciativa diretamente ligada ao crescimento de pesquisas sobre a pesca entre sociólogos e antropólogos, possibilitou descrever a vida das comunidades e as variações das técnicas de captura que seriam empregadas. Outra face do PNDP diz respeito à realização das intenções de industrialização das pequenas unidades produtivas que possuíam características de pesca artesanal e que eram incluídas no horizonte da modernização. A esse respeito estavam expressas as iniciativas de assistência à prática de pesca artesanal, cujo objetivo maior já esclarecido, era a sua industrialização. Como vemos no seu terceiro inciso:

III - Prestar assistência técnica aos empreendimentos de pesca, oferecendo-lhes informações pertinentes às *modernas técnicas de captura, conservação e industrialização do pescado*.

Nos encontramos diante de um limiar político institucional que expressa a um só tempo o momento histórico de crescimento no número de pesquisas²⁷ destinadas a refletir a situação da pesca no Brasil e o acirramento do ideal de modernização do Estado Brasileiro que provocou transformações substanciais no cotidiano das comunidades de pesca.

Através dessas pesquisas foram visualizados elementos peculiares e significativos das vivências desses grupos, incluindo às suas práticas os elementos da sociabilidade excedem os limites estabelecidos por predicções conceituais pré-estabelecidas. A identidade da comunidade de pescadores de Itaipu, por exemplo, estava oportunamente inscrita no horizonte das pesquisas antropológicas desenvolvidas no âmbito do Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCAART). Averiguando o resultado apresentado por Elina Pessanha e Roberto Kant de Lima durante a década de 1970.²⁸ É possível considerar as observações da dinâmica vivida pelos pescadores na beira da praia e do modo de realização dos seus saberes, inseridos na densidade da memória desses sujeitos e do passado da comunidade de Itaipu, a transmissão dos saberes, a formação e reprodução da sociabilidade em relação à natureza e o aparecimento do novo que os transforma.

Segundo Castro Faria esses aspectos correspondem à Fase III das pesquisas sobre pesca no Brasil, marcados pela expansão da produção acadêmica com a fundação de programas de pós-graduação, que proporcionam abertura ao trabalho de campo por parte dos antropólogos que se debruçaram sobre as condições locais da pesca, tais como suas representações de Tempo e Espaço. A atenção refinada de Elina Pessanha almejava introduzir os elementos que davam sentido às relações entre indivíduos pertencentes à comunidade de Itaipu no processo de apropriação dos recursos e dos meios de trabalho através das *Campanhas de Arrasto* caracterizando tais elementos através “do discurso dos próprios pescadores”. Roberto Kant de Lima centrava suas reflexões junto à comunidade através da dinâmica da Pesca da Tainha e da sua reprodução ritual da identidade dos Pescadores de Itaipu. Inclui-se a partir daí a problemática do conhecimento dessas comunidades:

O sistema de classificação da natureza, de complexidade imensa, transmitido pela prática e pela observação, *pelas histórias contadas e pela tradição*, se constitui no

²⁷ Reconhecida por Diegues “A partir do final da década de 60 e meados da de 70, alguns trabalhos de sociólogos e antropólogos ganharam densidade metodológica e teórica, enfocando sobretudo a questão das mudanças sociais entre os pescadores litorâneos. [...]” Antonio Carlos Diegues. Op. cit. 368

²⁸ Elina Pessanha e Roberto Kant de Lima estavam integrados junto à Marco Antonio da Silva Mello ao PESCAART, em um convênio institucional encabeçado pelo Ministério da Agricultura que tinha como objetivo promover o desenvolvimento da pesca artesanal no Brasil. KANT DE LIMA, Roberto & PEREIRA, Luciana F. Pescadores de Itaipu: Meio Ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 1997 p. 13. - PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu. Niterói, RJ: Eduff, 2003 p. 10

repertório disponível a ser combinado de forma a obter a previsibilidade, que é a finalidade máxima da pesca. (Ibidem. 1997. p. 36)

Em resumo: neste percurso inscreve-se a possibilidade de uma investigação histórica do conhecimento da pesca conduzida através das vivências de seus representantes. Em que o seu destino historiográfico deve se aproximar da memória e da oralidade dos pescadores.

1.5 Pescadores de Itaipu - Companheiros de Arrastão

Nosso percurso investigativo fixou até aqui a seguinte ideia: ainda que tenha sido feito o uso de conceitos analíticos e predicções sobre as variações da prática de pesca, o seu sentido vivo excede tais definições. Tal sentido se realiza na condução das ações e das relações humanas entre os elementos naturais e dinâmicos e os saberes devidamente adequados à sua realização. Tais saberes se dilatam no fazer cotidiano de seus representantes. Podendo ser transmitidos oralmente, cristalizam-se como parte elementar das tradições de grupos ou comunidades e correspondem a modos de vida bem específicos, sendo portadora de um sentido histórico que liga as gerações e é originário de suas identidades.

1.5.1 A vida em Itaipu

Na segunda metade da década de 1970 a extensão e a velocidade das transformações já incidia no plano de fundo do cotidiano da pesca, apresentando o um futuro inesperado e incerto em que a riqueza do lugar tomou proporções diferentes das que estavam acostumados. A fartura de peixes, a natureza exuberante vivida na tranquilidade da beira da praia e das ondas do mar junto à simplicidade dos seus dias começava a ser contrastada com o maquinário, fumaça, cimento, devastação e ganância. A chegada da Companhia Imobiliária Veplan-Residência S/A cristaliza nesse cenário os sentidos da modernização regional do Segundo Distrito de Niterói que era então Itaipu. Anos antes da conclusão da ponte Rio-Niterói em 1973, até aquele momento às margens da praia de 3,700 metros eram ocupadas circunstancialmente por famílias de turistas que nos fins de semana vinham de outras regiões de Cidade ou do Estado Rio de Janeiro. Era um lugar comum de veraneio que reservava um espaço de tranquilidade para o lazer. Não iremos crer no acaso de que neste momento a SUDEPE buscava aplicar medidas de instrução junto às Colônias, para que as famílias de pescadores fossem capacitadas a explorar turisticamente a praia.²⁹ Fica evidente o sentido do interesse que o Estado brasileiro possuía

²⁹ PLANO propõe integração dos pescadores de Itaipu a projeto urbano e turístico. Jornal do Brasil 16 de novembro de 1975.

naqueles anos de milagre econômico. Não só a empresa e a indústria os afetavam. Aos pescadores restou o deslocamento e capacitação para exercer funções que atendessem demandas que eram externas à determinações primeiramente construídas no seu próprio cotidiano, em referência às suas tradições. Mas na cidade de Niterói dava-se início a um remodelamento urbanístico.

Os registros etnográficos desenvolvidos no âmbito do PESCART muito enriquecem o olhar sobre as suas práticas, revelando diversas modalidades existentes em Itaipu e os significados pertencentes à tradição da comunidade.

Etnografias sobre Itaipu começaram a observar as condições da pesca na região nos anos 1970 e desde então tem oferecido leituras sobre alguns dos elementos fundamentais para a reflexão que será desenvolvida junto às narrativas orais dos pescadores de Itaipu. Destaca-se as relações cotidianas em suas trivialidades e resquícius de tempo. Cabe dizer que em História existem poucos trabalhos sobre tais grupos³⁰. Em razão disso, aqueles que existem recorrentemente classificam a prática de pesca como parte de uma vida de perfil campesino, classificação esta que os próprios representantes pescadores de Itaipu pareciam não endossar:

Pescador sempre dá impressão de ser mais rico, porque o peixe tem mais fatura. No modo de vestir, de calçar, comer o pescador é mais limpo mais chegado à cidade. Em tudo isso é diferente do camponês, que anda com o chapéu mais roto, tem cheiro de corpo, sapato rasgado.³¹

Nós dividimos o ano em matéria de pesca, sobre o verão e o inverno. No verão a pescaria é diferente. É uma pescaria mais calma. Mais mansa, só de *Lanço à Sorte*. E no inverno é tainha, de *Espera*, a gente descansa um pouquinho mas trabalha mais.³²

Do interior dessas narrativas podemos interpretar os sentidos que emanam à margem do cotidiano dos pescadores de Itaipu. Com elas somos iniciados no horizonte das distinções que possibilitam aproximar os elementos exteriores e interiores à comunidade de pescadores de Itaipu. Também nos chama à atenção a exemplificação da forma de emprego do saber e da atuação dos pescadores nas *Campanhas de Arrasto* em diferentes momentos do ano, caracterizando também as modalidades de captura adequadas à previsibilidade dos ganhos na pescaria. Sendo esta uma expressão do seu sentido de viver como *Pescadores de Itaipu*.

³⁰Encontramos trabalhos de história social sendo desenvolvidos por antropólogos e geógrafos, explicitando uma “defasagem” dos historiadores. cf. SILVA. Cátia Antonia da. “História social da pesca e da modernização espacial do Rio de Janeiro. A árdua tarefa de periodizar eventos” Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 11, n.1, págs. 2-19, jan/jun. 2015. Encontramos uma dissertação defendida na usp no ano de 2013 como uma exemplo desta preocupação em refletir historicamente os elementos da pesca artesanal. AFONSO. Marcelo. Um século de transformações técnicas e socioambientais da pesca caçara no litoral de São Paulo (1910-2011) Dissertação. São Paulo 2013. 261 p.

³¹Pescador em entrevista concedida à Kant de Lima na década de 70. Cf. Kant de Lima. Op.cit 1997 p. 55.

³²Pescador em entrevista concedida à Elina Pessanha na década de 70. Cf. Elina Pessanha. Op. cit. p. 37

Outrossim, essas pesquisas também nos conduzem a uma reflexão expansiva que liga em primeiro lugar o seu texto à uma ação estabelecida no cotidiano³³, onde também podem ser apropriadas como fontes. Em linhas gerais esses trabalhos apresentam interpretações sobre a importância da modalidade da Pesca de Arrasto e da presença das suas Campanhas para a coesão da comunidade em torno da identidade do Pescador de Itaipu. Em justaposição, essas etnografias dão margem a um elenco de pontos de análise, tracejando as referências de um momento específico da comunidade de pescadores já que focalizam os elementos representativos das suas tradições no contexto das transformações regionais que tiveram início na década de 1970 com o processo de loteamento e urbanização. Adquirimos com isso um plano onde as observações se alinham com o marco inicial das problematizações que estão determinadas para esta investigação histórica.

Retomando a etnografia de Roberto Kant de Lima, por exemplo, esses caracteres do cotidiano envolvidos na prática de pesca seriam como componentes distintivos, que permitiam a leitura de prognósticos de Tempo e Espaço da praia, essenciais para a orientação do saber naturalístico desenvolvido sobre a compreensão da pesca de Itaipu, e reprodução ritual da identidade dos pescadores. Tal saber estava cotidianamente em disputa pelos indivíduos no processo de formação da sociabilidade entre as gerações de pescadores envolvidos na dinâmica do Arrasto e da Pesca da Tainha. Contudo, tais elementos não se realizavam apenas como parte da coletividade bem estabelecida e sublimada que os ligava ao passado da comunidade. Torna-se necessário notar que as ações individuais eram distintivas entre os próprios pescadores e os fazia assumir perspectivas envolvidas com a manutenção dos seus saberes em uma relação intrínseca com a natureza, a captura e a produção de sentido para a experiência do local. De uma forma dinâmica, visualiza-se junto à vivência da prática da pesca não só as convergências, mas sobretudo as distensões possíveis de seus significados.

As convergências e distensões entre as representações individuais e coletivas tornam-se necessárias para a depuração desta reflexão histórica na medida em que elas se adequam e redobram a atenção sobre as ações e a temporalidade inscrita na reminiscência dos acontecimentos. Inscrita neste tempo, a narrativa alinha o passado ao presente e suas vivências realizam as orientações possíveis do agir, presente e cotidiano.

Inscrito nos significados da pesca de Arrasto em Itaipu constituem-se as referências de memória que expressam e justificam também as extensões das ações no mundo e suas

³³ O cotidiano se apresenta como um horizonte para as ações, onde se constituem as temporalidades e os seus sentidos para saber mais consultar: FÚMERO. Érico. A Poética do Tempo: uma aproximação da filosofia fenomenológica hermenêutica de Paul Ricoeur na obra Tempo e Narrativa. São Paulo. Edições Loyola 2018

expectativas que preenchem um modo de *pensar historicamente*. Que é propriamente a realização da consciência histórica da comunidade que se expressa como uma identidade narrativa. Assim, uma questão é apresentada nos prognósticos da pesca na etnografia de Kant de Lima e sugere encaminhar esta observação identificando a relação entre suas narrativas e o passado da comunidade nos sentidos do que designam ser a sua tradição junto à forma de representação do seu tempo:

O "tempo ecológico", então, é ao mesmo tempo interior e exterior ao grupo social, que dele se apropria, interpretando-o e classificando-o na infindável tarefa de sobrepor a cultura a natureza. [...] A visão cíclica da pesca em Itaipu divide o ano em duas estações que se caracterizam por morfologias distintas do grupo. "Inverno" e "Verão" são assim mais que duas estações do ano. Constituem-se em verdadeiros pólos de atração de significados sociais. O inverno organiza, e aglutina o verão desorganizada e dispersa. (De Lima. 1997. p. 121)

Através deles acessamos em parte a dimensão temporal da subjetividade e o sentido das ações cotidianas entre os pescadores de Itaipu. Segundo Kant de Lima esses elementos correspondem a “classificações utilizadas como representações que orientam a reprodução.”³⁴ Assim tais saberes se apresentam em diferentes dimensões classificadas pela realidade dos pescadores, oferecendo um padrão ordinário a observação dos eventos, entre os ventos, marés, luas, espaços, espécies e estações e outras dinâmicas que poderiam passar a influenciar suas vidas. Assim as disputas por estes elementos e a disposição dos prognósticos, descritos a partir da observação da natureza, compreenderam os componentes que pertencem à tradição do grupo, nos laços de sociabilidade envolvidos na prática artesanal de pesca de Arrasto.

Mas como essa experiência de mundo, própria aos pescadores, poderia ser expressa em suas narrativas? Como as relações entre as gerações foram impactadas por tais transformações? Que sentido histórico esses acontecimentos possuem para a comunidade?

³⁴ Idem. p. 121.

2 A consolidação da urbanização brasileira e seus aspectos translocais

A consolidação da urbanização brasileira ocorreu em meados da década de 1970, contemporânea à formação das primeiras metrópoles e expansão das cidades médias. O censo³⁵ do IBGE, divulgado no início daquela década, demonstra em números o acréscimo significativo da massa populacional que dava nova forma e função a esses centros urbanos (Santos, 1993. p. 16). No horizonte das iniciativas e projetos de futuro para um Brasil moderno, a urbanização era um passo necessário. Rumo estabelecido em promessas políticas, à esquerda e à direita, com a alcunha de nacional desenvolvimentismo, rumo este que, em paralelo a industrialização, se fez enquanto um sinônimo da pura realização do progresso.³⁶ Neste processo, os trabalhadores pobres, de diferentes origens, se concentravam nas franjas dos grandes centros urbanos industrializados, como Rio de Janeiro e São Paulo. Motivados por promessas de um futuro melhor, alguns deles sucediam verdadeiras peregrinações, vindos de diferentes estados, com o objetivo de se fixar nas áreas em que a diversificação e dinamização da economia oferecia melhores condições de sobrevivência.

Os precedentes históricos e desafios à consolidação da urbanização no século XX refletem aspectos típicos da organização da sociedade brasileira. Bem como, em seu plano de fundo, remetem ao contexto geopolítico internacional do pós-guerra. Internamente, de forma concomitante ao processo de urbanização, no Brasil, permaneceu insolúvel a concentração da terra em propriedade de poucos. Aspecto reproduzido no meio rural, inerente ao exercício do poder político, através do mandonismo local, desde o período colonial.³⁷ Para se ter um exemplo, a permanência dos conflitos no campo, acirrados desde a década de 1950, manifestará as inúmeras contradições envolvidas no processo de modernização da sociedade brasileira

³⁵ IBGE. Censo demográfico Brasil. VIII Recenseamento Geral. Ano 1970. Série Nacional. Volume I.

³⁶ Para saber mais sobre projetos de desenvolvimento nacional anteriores à década de 60 ver: NETO. José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. in: O tempo do liberalismo excluyente - da Primeira República à Revolução de 30. org. Jorge Ferreira e Lucila de Almeida Neves Delgado. - 8 ed- Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2016. LEOPOLDI. Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): política econômica em tempos de turbulência. in: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. org. Jorge Ferreira e Lucila de Almeida Neves Delgado. 7º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2015. MOREIRA. Vânia Maria Losada. JK: industrialização e o modelo oligárquico de desenvolvimento rural. in: O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964. org. Jorge Ferreira e Lucila de Almeida Neves Delgado. 6º ed. -Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016. VIZENTINI. Paulo G. Fagundes Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente (1945-1964). org. Jorge Ferreira e Lucila de Almeida Neves Delgado. 6º ed. -Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016

³⁷ Sobre o mandonismo local no contexto brasileiro cf. MOTTA. Márcia Maria Menendes. PICCOLO. Mônica. O domínio de outrem. Propriedades e direitos no Brasil (séc. XIX e XX), volume 2.- São Luís: EDUEMA; Guimarães: Nósporcatudobem, 2017.

como um todo.³⁸ Proprietários rurais e sítiantes arrendados confrontavam seus interesses. Com o fortalecimento das organizações de trabalhadores do campo, conhecidas como ligas camponesas, a *pax* agrária até então estabelecida de modo tácito rompeu-se. Setores conservadores viam o movimento como um sinal do avanço dos ideais políticos do comunismo, não sem razão, uma vez que membros do PCB atuavam na promoção dessas organizações. Se difundiu cada vez mais na sociedade um olhar crítico, que reforçou a dicotomia entre esquerda *versus* direita.³⁹ O breve governo de João Goulart (1961-1964), pode ser compreendido como uma síntese dos conflitos e contradições deste processo, acendendo um estopim para uma crise política que teria consequências profundas nas décadas seguintes. Para compreender melhor as nuances envolvidas, iremos insistir em desvelar aspectos do cenário político que precedeu a virada e orientou a consolidação de nossa urbanização.

Após tentativas da oposição de impedir a sua posse, Jango consegue assumir a presidência em 7 de setembro de 1961, um momento de radicalização, crise militar e crise das contas públicas.⁴⁰ O parlamentarismo implantado às pressas visou conter a insurgência dos setores golpistas da sociedade civil e dos militares, esses insatisfeitos com a posse do ex-ministro do trabalho de Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que, por outro lado, tolhia o poder presidencial de Goulart de propor reformas de caráter estrutural. Para restabelecer parte de seus poderes, Goulart necessitou abrir espaço para concessões ao centro, incorporando Tancredo Neves do PSD, e líder do partido no Senado, em seu eixo de alianças. Atitude que fez vocalizar em sua base de apoio uma profunda insatisfação, refletida também entre os setores organizados da classe trabalhadora e nas camadas populares. Desconforto estendido às relações com seu cunhado, então governador do Rio Grande do Sul, um dos principais nomes do PTB, Leonel Brizola. Ainda assim, a tentativa de se manter coerente com seus princípios, através de uma política externa independente - manifesta na aproximação com países do bloco socialista, crítica aos embargos dos EUA à Cuba, e uma série de desapropriações- tornou factível para a oposição a ideia de que estava em curso um processo revolucionário (Ferreira, 2016). O

³⁸ Sobre ligas camponesas e conflitos no campo e ligas camponesas cf: MONTENEGRO. Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. in: O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964. org Jorge Ferreira e Lucila de Almeida Neves Delgado. 6º ed. -Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016. SANTOS. Ana Maria dos Santos. Desenvolvimento e Reforma Agrária no Brasil (1950-1964) in: Tempo, Rio de Janeiro. nº7, p.29-45.

³⁹ Para saber sobre a dicotomia entre esquerdas e direitas e o sentimento anticomunista socialmente distribuído no período precedente ao golpe militar cf: SÁ MOTTA. Rodrigo Patto. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese de Doutorado. USP. São Paulo. 2000.

⁴⁰ Para saber mais sobre o governo de João Goulart e a crise que deu ensejo ao Golpe ver: FERREIRA. Jorge. O governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. in: O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964. org Jorge Ferreira e Lucila de Almeida Neves Delgado. 6º ed. -Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016.

distanciamento dos militares dos ministérios do seu governo agravou a crise, e esses por sua vez logo passaram a conspirar.

Só em 1963, após o plebiscito para a volta do presidencialismo, que João Goulart estabiliza o seu governo. Uma semana antes ele havia anunciado o Plano Trienal, formulado por Celso Furtado, seu Ministro do Planejamento. O objetivo do plano era conter a crise econômica e fiscal, estabelecer metas para a superação do déficit do Tesouro Nacional e equilibrar a balança de pagamentos, possibilitando ao Estado brasileiro reverter o quadro de crises e começar os investimentos em setores estratégicos. Não bastava oferecer reformas monetárias, uma vez que a questão se encontrava fundada em um problema estrutural, o desequilíbrio da distribuição de renda. Propor uma reforma agrária era fundamental e um caminho incontornável. O plano se mostrou insuficiente para a estabilização econômica e moveu, em diferentes setores da sociedade, reações contrárias às medidas adotadas.⁴¹ Encontrava-se oposição entre empresários, industriais e trabalhadores assalariados, que demonstravam descontentamento com os planos de estabilização da moeda, que limitavam o crédito e de quebra depreciavam o reajuste salarial (Ferreira, 2016). Entidades industriais e sindicais, com visões dissonantes, impossibilitaram a estabilidade política necessária para a execução do plano de governo de Goulart. E enquanto a extrema-esquerda pregava um caminho revolucionário buscando acelerar as reformas prometidas, negando a conciliação, os liberais criticavam este tipo de intervencionismo estatal na economia.

No contexto da Guerra-Fria, a conspiração em germe entre civis, políticos e militares para derrubar Jango, significará sobretudo um alinhamento ao bloco hegemônico no ocidente, o capitalismo e seus ideais de modernidade.⁴² Políticos da UDN, alguns do PSD, Institutos como o IPES e IBAD, associações como a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA), pautavam a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro difundindo críticas às ações do governo. Pretendendo uma reforma agrária, Jango apontava à raiz histórica da desigualdade: o acesso à terra. Articulados em defesa de interesses comuns, para esses grupos, as propostas e posições do presidente manifestavam deliberadamente o seu apoio às bandeiras do socialismo, atitudes que estremeciam diretamente os “valores tradicionais” da sociedade brasileira. Qualquer ameaça à

⁴¹ Para saber mais, cf: BASTIAN. Eduardo F. PAEG e o Plano Trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo. in: Estudos Econômicos, 43 (1). Março de 2013.

⁴² Sobre a Guerra Fria e modernidade capitalista no pós-guerra, cf. HOBBSAWM. Eric. A era dos extremos: o breve século XX. São Paulo. Companhia das Letras. 1995

propriedade era compreendida como ameaça direta à liberdade. Causando um efeito direto sobre a hierarquia do castelo de cartas da sociedade brasileira.⁴³

Preocupado em resguardar sua base, Goulart, após pressões, reforça seus laços com as demandas das camadas populares. Anuncia em comício na Central do Brasil, ao lado de Brizola e lideranças sindicais, que começará a pôr em prática as reformas prometidas. O projeto das Reformas de Base⁴⁴ propunha soluções para o subdesenvolvimento, e ao mesmo tempo expressava um quadro de razões para a mesma, como uma espécie de diagnóstico. Para citar apenas duas das pautas incluídas nas reformas, e diretamente relacionadas à nossa presente investigação, *a reforma agrária e a reforma urbana*, visavam promover direitos básicos historicamente negados à população empobrecida, possibilitando a democratização do acesso à terra nas áreas rurais, e garantindo moradia digna nos núcleos urbanos.

Um conjunto de fenômenos convergia. Dos precedentes históricos ao contexto político, as crises geradas, acompanharam a consolidação da industrialização dos setores produtivos, no campo e nas cidades. Realidade correspondente a realização de anseios de modernização, tanto à esquerda quanto à direita. As contradições inerentes à desigualdade no acesso à terra, pobreza e fome, inspiravam as populações rurais com expectativas de melhores condições de vida nas cidades. E enquanto o campo se esvaziava as cidades cresciam (Hobsbawn, 1995. p. 288) O adensamento populacional, principalmente nas capitais industriais tornava a crise da vida urbana uma realidade incontornável. O futuro batia à porta. O Brasil estava prestes a se consolidar enquanto um país urbanizado.⁴⁵ Contudo, João Goulart, um estadista de esquerda, sabia, ou deveria saber, que para se atingir este estágio as reformas deveriam ser feitas. Uma garantia mínima para um Estado de Bem-Estar Social, que compreendia as necessidades do Brasil e do seu povo, e almejava estabelecer uma relativa equidade entre seus cidadãos.

O incômodo dessas reformas nos setores médios e nas elites, não deixava dúvidas quanto a um caráter de hierarquização amplamente difundido na sociedade brasileira. E que rapidamente mobilizou reações com intuito de preservar os “valores tradicionais” que entendiam estar ameaçados. Movidos por sentimentos de preconceito e aversão às camadas da população empobrecida, dias após Goulart dar início a medidas previstas no pacote das reformas, setores conservadores se articulavam nas ruas. A Marcha da Família com Deus pela

⁴³ Historicamente no Brasil o acesso a terra fundamentou relações hierárquicas na sociedade. As raízes dessa hierarquia remetem ao escravismo, e por sua vez ao período colonial. Para saber mais, cf. Conquistadores e negociantes. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2007

⁴⁴ As Reformas de Base consistiam em 5 tópicos que pretendiam mudar por completo a estrutura da economia brasileira, promovendo políticas de reparação social. Para saber mais, cf. SILVA. Aline Vasconcelos da. João Goulart e as reformas de base. Textos e debates. Boa Vista, n°32, p. 5-20. Jan/Jun 2019.

⁴⁵ Índices de crescimento das cidades obtidos de acordo com a linha histórica apresentada no Censo de 1970.

Liberdade⁴⁶ manifestou o repúdio da classe alta e média urbana, sobre os atos de Jango, que viam como mais uma manifestação da expansão do socialismo no Brasil. No dia 19 de Março de 1964, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, herdeiro de uma abastada família de pecuaristas de São Paulo, em meio à multidão da capital de seu Estado, se pronunciou deliberadamente contra as reformas, dizendo que fossem feitas, mas apenas “pela consciência do povo cristão. Senão não”. Foi necessário pouco mais de uma semana, até que em 31 de Março, os editoriais dos principais jornais pregassem a deposição do presidente eleito democraticamente.

Ainda que diversos setores legalistas entre a sociedade civil e militares buscassem dar garantias do funcionamento das instituições democráticas, o movimento golpista ganhou força motriz. O presidente do Senado, que poucos dias antes se colocava abertamente contrário ao plano de reformas da base, declarou ruptura com a presidência, lançando manifesto à Nação, com solicitação de respaldo dos militares (Ferreira, 2016. p. 391). Agravando a situação, as forças de esquerda dispostas a resistir estavam imobilizadas. Lideranças sindicais e das ligas camponesas foram presas. Jango, preocupado em deflagrar uma guerra civil, não investe suas forças para manter os oficiais do exército que aderiram ao golpe nos quartéis. E o agravante, João Goulart tomou conhecimento, enquanto as tropas do General Mourão se deslocavam para o Rio de Janeiro do envolvimento do Departamento de Estado norte americano, que enviará uma frota de sua marinha para a costa brasileira (Ferreira, 2016. p. 392). Em um impasse histórico, a sociedade dividiu-se (Reis. 2014. p. 36)

O desfecho daquele março de 1964 foi o golpe militar. Até aquele momento, o Brasil se encontrava diante de uma renovação do ciclo de modernização, cujo resultado esperado seria alcançar um novo tipo de sociedade, conciliando desenvolvimento econômico e inclusão social. Entretanto, diante de contradições, aparentemente insuperáveis, a crise política instaurou-se. Os setores conservadores, à direita, compreendiam como ameaça aos seus privilégios as reformas que eram pretendidas. Optaram por tornar o Brasil, uma ditadura, sob influência ideológica dos Estados Unidos no cenário geopolítico internacional.

⁴⁶ A Marcha da Família com Deus pela Liberdade ocorreu nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, e em diversas cidades ao redor do Brasil, mobilizando a classe média urbana entre 19 de Março e 9 de Junho de 1964.

2.1 Transição econômica do Regime Militar e a questão urbana: o mercado de habitação

Com os militares no poder, um novo plano de reestruturação econômica foi posto em curso. As reformas de modernização propostas e realizadas contrastavam com o planejamento do governo deposto. Essas reformas assumem uma dupla face. Liberalizante na economia, garantiu a atividade do capital estrangeiro facilitando a entrada de crédito e atividade de holdings internacionais.⁴⁷ Ao mesmo tempo era conservadora quanto à busca de soluções para as desigualdades sociais.⁴⁸ A modernização conservadora⁴⁹, estava expressa, em síntese, no diagnóstico da crise econômica e nos planos de reformas. Octávio Gouvêa de Bulhões, intelectual liberal influente, associado ao IPES, assume o Ministério da Fazenda, e Roberto Campos o Planejamento, e propõe juntos o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). O plano identificava um cenário de distorções nos setores produtivos e pressão inflacionária em razão da demanda, que somada ao alto déficit público carecia de correção (Luna, Klein, 2014a. p. 93). A fim de reativar a produção e o consumo, as reformas fiscal, creditícia e monetária, visavam solucionar esses déficits nas contas públicas e garantir, via empréstimos condicionados pelo FMI, um incentivo ao desenvolvimento da economia. Em consonância, em função da implementação de políticas neo-liberais, ocorria um enfraquecimento dos direitos trabalhistas, com arrocho salarial, o fim da estabilidade no emprego, alteração da lei de greve, desfavorecendo as camadas populares.

Assim, com a direita autoritária no poder, cercando a oposição e os trabalhadores, põe-se em curso o processo de modernização capitalista. O Brasil, em vias de consolidar sua urbanização, vivia um quadro de crescimento demográfico real que, somado às migrações regionais, provocavam o adensamento dos núcleos urbanos e uma crise habitacional. Fator que ficava evidente com a expansão das fronteiras urbanas e surgimento de zonas periféricas. Atendo a essa questão o governo militar criou o Banco Nacional de Habitação⁵⁰, a fim de gerar

⁴⁷ Sobre as reformas liberais da economia na Ditadura, cf. LUNA. Francisco Vidal. KLEIN. Herbert S. Transformações econômicas da no período militar (1964-1985). in: A Ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do Golpe de 1964. org. Daniel Aarão Reis Filho. Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta - 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar; 2014

⁴⁸ Sobre o aspecto conservador da modernização econômica na Ditadura, cf: A Ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do Golpe de 1964. org. Daniel Aarão Reis Filho. Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta - 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar; 2014

⁴⁹ Sobre o uso do termo modernização conservadora para definir a política econômica do período militar cf. PERLATTO. Fernanda. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. in: Estudos Políticos. V.5 n°2

⁵⁰ O Banco Nacional de Habitação foi criado pela lei n° 4.380 de Agosto de 1964 destinado a promover a construção e aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda”

mecanismos que pudessem garantir acesso à moradia para a população de baixa renda. Entretanto, neste caso em especial, conservou-se práticas da velha tradição corporativista e do intervencionismo de Estado, que intencionalmente incentivou um novo padrão de consumo habitacional para as camadas altas e médias, aproximando o planejamento centralizado dos interesses de grupos da sociedade ciosos de seus laços com o poder (Reis, 2014. p. 56). Um exemplo foi a ampla iniciativa de financiamento imobiliário e crédito à construção civil que moldou o mercado de habitação com a produção de imóveis de alto valor unitário (Mattos; Bastos; Barone, 2018. p. 38). Garantir crescimento econômico potencializando a indústria era fundamental para os militares adquirirem respaldo popular. Este novo padrão de consumo estabelecido foi consonante ao processo de modernização excludente, vivido no momento de consolidação da urbanização brasileira sob a orientação dos militares.

Esta orientação geral de planejamento urbano e da formação do mercado de moradias será também parte do objeto de estudo de caso. Cujo objetivo nesta seção é explicar a relação entre a consolidação da urbanização e o crescimento das cidades brasileiras na Ditadura Civil-Militar. Sendo o contexto das transformações ocorridas na comunidade Itaipu.

O projeto de modernização capitalista dos militares não se realizou de modo linear. Nos planos de ação econômica do governo as características idiossincráticas da sociedade brasileira e dos diferentes setores que apoiaram o golpe se manifestaram. Para tanto, se conciliou no rol das medidas modernizantes, orientadas sob o prisma da economia liberal, do monetarismo ortodoxo, a intervenção e o planejamento do Estado. Neste contexto, o crescimento econômico ocorreu a despeito do controle total da inflação (Luna; Klein, 2014a). Demonstrando a pluralidade ideológica que deu forma e tornou possível aos militares manter o estado de exceção funcional, junto à sociedade e às instituições.⁵¹

A princípio, a intervenção no executivo visou silenciar o ímpeto igualitarista das reformas e erradicar a corrupção e subversão comunista da sociedade.⁵² E o recurso ao uso hediondo da força não foi excluído. Muito pelo contrário, a repressão e a tortura tornaram-se práticas usuais. Mas, na medida que essas práticas ficaram escancaradas, as mídias, liberais e conservadores, sentiram-se desconfortáveis com o tipo de violência praticada pelos militares. E dentro das próprias forças que articularam o golpe não existia um consenso (Reis, 2014. p. 50). A princípio a “Revolução” tinha um prazo final. Logo que a oposição fosse contida, e se garantisse estabilidade, os militares iriam conduzir a sociedade para novas eleições. Outros,

⁵¹ Sobre conciliação do liberalismo com o conservadorismo autoritário, cf. TOLEDO. Caio Navarro. 1964: Golpe contra as reformas e a democracia. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.24 n°47. p. 13 a 28 2004

⁵² Havia um fundo de revolução moral contra a “degeneração e corrupção comunista”.

pensavam em uma permanência sem prazos. Ambos, atrelados a um amplo projeto de modernização capitalista, tinham como objetivo enxugar ao máximo a atuação do Estado, sendo a crença de que esse papel fosse capaz de gerir recursos de modo a promover incentivo ao desenvolvimento econômico.

A primeira junta militar deixou aberto o caminho para eleições indiretas, e fez com que a presidência fosse ocupada por outro general, Humberto Castelo Branco. A articulação do golpe em um projeto político demandou perícia e flexibilidade aos militares (Reis, 2014). Assim o Congresso - já sem a presença da oposição, que foi cassada - elegeu o presidente militar com 361 votos contra apenas 3, indicando o amplo apoio das elites políticas. Pedro Campos, em *Estranhas Catedrais*, demonstrou, na esteira de René Dreifuss, como grupos de classe da sociedade civil adquiriram representação junto ao aparelho de Estado. Nesta linha, as políticas implementadas ofereciam garantias de desenvolvimento econômico, com índices elevados, estabilidade necessária para que os militares continuassem no poder, ao passo que parcela da sociedade civil era beneficiada direta ou indiretamente com este projeto, e os apoiava. Certamente à maioria, pouco importou ou entendiam do cenário e das contradições.

Assim, sob orientação de Castelo Branco, o PAEG planejou e fez executar, incentivos ao desenvolvimento em comunhão aos interesses de empresas dos setores mais ativos da economia, como a construção civil. Ramo que impulsionou e foi impulsionado pelo momento de transição que consolidou o espaço urbano como paisagem comum do povo brasileiro.

A inflação em queda estava em uma taxa de aproximadamente 60% em 1966. O segundo setor, a construção civil, começou a dar os primeiros sinais de crescimento, em 1967, alcançando a marca dos 17% (Reis, 2014, p. 67). Isso se fundamentou através da atuação dos bancos públicos, como o BNDE, a Caixa, o BNH, entre outros, que financiavam obras de infraestrutura e de grande porte com empreiteiras e construtoras nacionais. René Armand Dreifuss em *“1964: A conquista do Estado. ação política, poder e golpe de classe”*, observa que o processo de concentração industrial acompanhou um processo de concentração de terras, reflexo da modernização do campo e das cidades. O ramo da construção civil, se destacou, frente a estes planos de modernização do governo, cujo sentido e a finalidade era garantir a inserção do Brasil no cenário do capitalismo internacional (Campos, 2015). Sem que para isso fosse necessário falar em reforma das estruturas de poder da sociedade. Em outras palavras, militares e sociedade civil compartilharam os mesmos interesses.

Enquanto as cidades brasileiras ganhavam uma nova feição, com a efetivação da vida urbana, o cenário moderno, se transportava para dentro da casa das pessoas. A massa urbana vibrava com o televisor. Vibrava com o automóvel, o telefone, as estradas e os apartamentos.

A elevação dos patamares próximos aos centros, nas capitais, tornou-se algo tão comum em alguns locais que nem chegou a ser tão percebida quanto foram as “obras faraônicas”. Muitos daqueles que estavam nos centros urbanos, possivelmente em 1969 já mais que 50% da população brasileira, buscavam provar do que esta modernidade oferecia. A cidade brasileira da modernização promovida pelo regime militar, ficou marcada pela construção de prédios de apartamentos, por uma nova classe média urbana.⁵³ As cidades se diversificaram aos milhares, consolidando um novo padrão de vida. Nessas cidades tornou-se costume ir às compras no “*supermarket*” e no “*shopping center*”, nas lojas de departamento e concessionárias que se multiplicavam. Orientando a população ao *consumo*.

Wilson Simonal, em 1969, não deixou escapar dos seus versos a “questão social industrial”, que traduzia os anseios de prosperidade e o desejo através desse novo padrão desse consumo realizado nas cidades. Nessas cidades também os jovens, dos apartamentos de classe média ou dos conjuntos habitacionais nas periferias, dos grandes centros como um todo, tomavam a iniciativa de transformação dos costumes e do comportamento.

A formação desse espaço urbano esteve, como vínhamos investigando até aqui, intimamente atrelada ao modelo econômico e ao projeto de modernização capitalista promovido pelos militares. Se comparadas com as empreiteiras das grandes obras, estudadas por Pedro Campos, como Odebrecht, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão entre outras, fica nítido como as construtoras dedicadas ao ramo da habitação eram peculiarmente pequenas, e tinham sua atuação localizada. Elas não possuíam um grande monopólio, e dependiam da disponibilidade de espaço e de terra nos locais em que atuavam. Para isso, elas executavam os empreendimentos em associação direta com as incorporadoras imobiliárias. Em alguns casos, construtores e incorporadores se associavam formando holdings. Como no caso particular da incorporadora de imóveis Veplan e o escritório de engenharia e empreiteira da família Cordeiro Guerra, que se fundiram em 1973. Com a expansão de crédito para o setor, foi impulsionado o movimento de monopolização da oferta local de terras por essa indústria (Luna, Klein, 2014a. p. 97) A realização desses projetos de transformação da paisagem urbana, dependia da comunhão entre interesses específicos para o desenvolvimento da cidade, e neste sentido estava mais relacionado ao exercício do poder no âmbito municipal.

O perfil das construções acompanhava as expectativas da população por um padrão de vida específico. *E muitos deles buscam expressar ares e um sentido aristocrático de*

⁵³ Sobre as classe médias urbanas e a ditadura militar: VELHO, Gilberto. A utopia urbana: um estudo de antropologia social Rio de Janeiro: Zahar, 1973

distanciamento da massa ou ascensão social. As incorporadoras imobiliárias justamente por, isto é, muitas das vezes, ter uma atuação circunscrita ao local, a uma ou algumas cidades, sabia que tipo de produto planejar e oferecer, tendo em vista a sua visão de como a cidade se desenvolveria, orientando também os anseios e o desejo do seu próprio consumidor. E é este capital incorporador, por ser capaz de oferecer terrenos para a expansão urbana, que organiza a especialidade da cidade (Abramo, 1989). Promovendo as habitações, adquirem um lugar privilegiado junto ao poder público para tomar decisões sobre como o solo será ocupado. A associação com as construtoras torna a renovação do mercado mais rápida e fácil. Com o estímulo dos planos macroeconômicos, com a expansão do crédito ofertado pelo Sistema Financeiro de Habitação - SFH, o planejamento urbano das cidades, através das prefeituras, se processou em comunhão aos projetos privados.⁵⁴

Neste sentido, com o acesso à terra é naturalmente limitado, a expansão do setor, e valorização dos empreendimentos imobiliários, dependeu da continuidade e valorização do projeto de modernização capitalista da sociedade como um todo. Projeto que garantiu a reprodução do sistema e o consenso político, pelo controle econômico. Através da produção de bens de alto valor agregado, como apartamentos e casas, a taxa de crescimento econômico era garantida sem que para isso fosse necessário se fazer distribuição de renda. Gerando um padrão típico de urbanização promovido na ditadura militar, principalmente a partir de 1968, momento que ficou conhecido como o “milagre econômico” (Luna e Klein. 2014b. p. 68).

O governo do General Costa e Silva foi o mais breve de toda a ditadura. Começou em 1967 e durou pouco menos de dois anos. Durante o seu poder a economia cresceu aos solavancos, ao final superando os 10%. Delfim Netto, assumiu o Ministério da Fazenda e propôs o Programa Estratégico de Desenvolvimento - PED, que definiu este padrão de crescimento econômico que durou até seu fim. Em suas próprias palavras era necessário “fazer crescer o bolo para depois dividi-lo”. Na prática, para o setor da construção civil isso representava ao menos duas coisas: mais contratos diretos com o governo ou financiamento para empreendimentos privados. Em meio a euforia pelo crescimento que se alcançava, não foi difícil dizer que o Brasil estava se tornando um “canteiro de obras” o “país do futuro”. Observadores da época atestaram que o crescimento acelerado acompanhava o contexto de transformações da economia e uma nova divisão internacional do trabalho. As indústrias

⁵⁴ O Sistema Financeiro de Habitação era o braço que organizava os recursos do BNH a fim de promover o Plano Nacional de Habitação. Para saber mais: MELO. Wanderson de. A Ditadura a questão da moradia e a modernização excludente: Roberto Campos em defesa do Sistema Financeiro de Habitação. in Verinotio. n.17 Ano IX. abril 2013

nacionais e internacionais, as fábricas de carros, obtinham estímulos, com a abertura da economia brasileira ao mercado internacional e a diversificação do sistema financeiro. O SFH abriu espaço para a expansão da oferta de moradias, e acelerou a urbanização.

Com a diversificação da economia brasileira, decorrente da expansão das indústrias e dos grandes centros, as cidades assumiram uma nova aparência. Nelas se diversificou a oferta de trabalho, que em muitas formas se materializou na segmentação da sociedade no espaço da cidade. As periferias e os bairros de classe média se dividiam entre as regiões de subúrbio, afastadas, e as áreas nobres, que ficaram próximas aos centros ou ao litoral. A construção dos imóveis e do acesso ao financiamento era desigual e se destinava a atender uma parcela da sociedade com faixa de renda superior à da maioria da população (Mattos, Bastos, Barone. 2018, p. 42). Muitos autores já apontaram como a consolidação da urbanização brasileira ocorreu nos limites de um sistema que, sob o modelo de modernização capitalista dos militares, promoveu o crescimento econômico através de uma política social excludente.

Talvez seja possível supor que na esteira do milagre econômico e da urbanização se tenha abafado as reações da massa urbana ao endurecimento da Ditadura. Ainda assim, o movimento estudantil foi capaz de impulsionar a mobilização da oposição nos centros urbanos, em sucessivas manifestações que culminaram na Passeata dos Cem Mil. Manifestações duramente reprimidas pela polícia do exército, tornaram o espaço urbano um verdadeiro campo de batalha. Como resposta às manifestações de oposição, o governo militar editou em 13 de Dezembro de 1968 o AI. 5. E então o regime se fechou com a tutela dos militares. No congresso, os deputados tiveram seus mandatos cassados, a cúpula do governo intervirá no executivo dos Estados e Municípios. Mais grave ainda, com revogação do *habeas corpus* o governo militar legalizava o sequestro e a tortura praticado por oficiais nos porões da ditadura.

2.2 Niterói uma “Cidade Nova”: dinâmica urbana e mercado imobiliário (1970 - 1976)

O nome de Costa e Silva não seria esquecido apenas pelo fato de que no seu governo tenha começado o milagre econômico e se editado o AI.5. No início do segundo semestre de 1969, com Costa e Silva afastado da chefia do executivo por motivos de saúde, a expectativa de retorno de um civil ao cargo da presidência circulava na sociedade brasileira. Pedro Aleixo, advogado, então seu vice-presidente, assumiria. Fração dos militares contrários à possível abertura do regime aos civis impediram a sua posse, prevista na constituição. Formando uma junta governativa provisória, por militares de alta patente das três forças, extinguiu-se o mandato de Costa e Silva, endurecendo ainda mais a ditadura e a repressão. A junta consolidava

aquilo que o AI.5 já instruiu “o golpe dentro do golpe”. Em um mês se empossou o General Emílio Garrastazu Médici como o novo presidente, em candidatura sem oposição. Costa e Silva morreu em dezembro daquele ano, e teve seu nome eternizado, sendo doado ao magnífico projeto de engenharia que pretendia ligar a cidade do Rio de Janeiro a Niterói, nas extremidades da entrada da Baía de Guanabara, por 14 km de concreto maciço.

A Ponte Rio-Niterói era símbolo em ordem de grandeza do desenvolvimento econômico planejado e anunciado como um novo padrão pelo regime. Rio de Janeiro e Niterói até esta época eram duas capitais. A primeira do Estado da Guanabara, a segunda do Rio de Janeiro. Nota-se, contudo, uma ausência de pesquisas em história urbana sobre Niterói neste período. No começo da década de 1970, dados do censo do IBGE mostravam uma população de 326.396 pessoas residindo na cidade.⁵⁵ Com estes números, Niterói ocupava o 12º lugar entre as capitais nacionais mais populosas. Comparada ao Rio de Janeiro, que despontava como metrópole nacional, com seus 4.315.746 habitantes, Niterói era uma cidade média. Na divisão territorial do município existiam dois distritos, Niterói com suas zonas e bairros, e Itaipu - anexado em 1943 - que era uma extensa zona verde e rural. A indústria naval era ativa na área norte. Próximo ao centro administrativo funcionava a Universidade Federal Fluminense. Niterói já era na época uma cidade relativamente desenvolvida para os padrões brasileiros. Ainda na fase de obras da ponte, a transformação dos bairros antecede e demonstra a expectativa de chegada de novos habitantes. Em pouco tempo, a população niteroiense, que vivia em um clima pacato, em bairros de palacetes e casebres, viu a sua malha urbana adensada, expandida principalmente no centro e nas áreas próximas ao litoral.

Os anos de transição entre as décadas são marcados pela propagação dos confrontos entre militantes de esquerda e soldados do regime nos centros urbanos e no campo deixou uma incômoda e contraditória memória desse contexto. Neste horizonte político, com o espaço urbano em formação e em crescimento, as leituras da população sobre os movimentos de resistência ao regime podem ter se condicionado em apoio aos valores da “revolução de 64”. No Estádio Caio Martins, localizado no coração do bairro de Icaraí em Niterói, eram executados interrogatórios e torturas. Algo, na época, silenciado pela população da cidade.

Com as obras da ponte o clima da prosperidade econômica se materializou mais intensamente na cidade e o seu principal jornal, O Fluminense, vangloriava os feitos da modernização que se acelerou. A Prefeitura mobilizou com as construtoras e imobiliárias a

⁵⁵ Mesmo informação encontrada no IBGE. Censo demográfico Brasil. VIII Recenseamento Geral. Ano 1970. Série Nacional. Volume I, porém lançada em formato de monografia em razão do 4º centenário da cidade.

elaboração de projetos de urbanização para a cidade. Com o Código de Planejamento Urbano e Obras⁵⁶ do município de Niterói, editado em 20 de Julho de 1970, define as áreas urbanas da cidade, e as passíveis de expansão. Nesse momento tem início a série histórica de anúncios de lançamentos imobiliários. Sendo a maioria deles na localidade da orla marítima da zona sul de Niterói. Respectivamente Icaraí, Ingá, Santa Rosa, Boa Viagem, São Francisco e Charitas. Cujo padrão era dedicado ao acesso de uma parcela minoritária da sociedade. Sendo este inclusive o sentido anunciado nas publicidades dos empreendimentos. Que se localizam em bairros “exclusivos”, “para poucos” e “aristocráticos”. Com o planejamento da prefeitura, esses bairros litorâneos localizados próximo ao centro, e sem a ocupação urbana consolidada como Icaraí, são completamente transformados em função do novo gabarito regulamentado. A zona residencial de Icarai, identificada como ZR-56 no texto do Código de Planejamento - cujo número significava um índice de aproveitamento urbano - acolheu um padrão habitacional de prédios que ocupavam 90% do terreno e possuíam mais de 40 metros de altura. Entre 12 e 20 andares.

O boom imobiliário no momento do milagre econômico, realizou um novo padrão urbanístico para esse bairro de classe média alta em Niterói. Citado nos jornais de inúmeras maneiras, esta expansão do mercado imobiliário aparecia em classificados, que de forma recorrente anunciavam o *privilégio* de se morar de frente para a praia. É interessante notar a qualidade das empresas que atuavam nesta região. Uma entre elas se destaca, a Orcal. No acervo de fontes de anúncios de lançamentos imobiliários mobilizadas para o triênio de 1970-1973, das 124 entradas, aproximadamente 70% eram dessa incorporadora, que atuava com a imobiliária Julio Bogoricin e as construtoras Pinto de Almeida e Wrobel Hilf. A Orcal em 1972 possuía ao todo 15 empreendimentos localizados entre os reservados e caros bairros do Ingá, Santa Rosa e Icaraí, localizados nas proximidades do Centro, sendo que 6 deles estavam no primeiro quarteirão da praia de Icaraí. Um estudo da época analisou o perfil salarial da população enquadrada nas regras de financiamento habitacional, mostrando a existência de um elevado desvio em relação à renda mediana da população, que na época era de Cr\$ 1.148 (Bolaffi apud Mattos, Bastos, Barone. 2018 p. 42). Nesse estudo, a média da renda familiar dos que conseguiam financiamento via FGTS e BNH era de Cr\$ 1.698, em Niterói, na praia de Icaraí, a renda familiar para dar entrada a um apartamento podia chegar em alguns dos empreendimentos na beira da praia⁵⁷ em Cr\$ 2.850.

⁵⁶ O Código de Planejamento Urbano e de Obras foi instaurado com a deliberação nº 2.705, de Junho de 1970

⁵⁷ O Fluminense. Niterói. Domingo 10 e Segunda Feira 11, de Agosto de 1972. p. 11

Todos eles financiados em até 15 anos pela Caixa Econômica, através do Plano de Equivalência Salarial - PES do SFH. Que delimita um prazo e juros fixos para a liquidação da dívida por parte do mutuário. E possibilita as empresas do setor dar início a um novo ciclo de capital, contados o início das obras e a venda, em 1/3 do tempo de financiamento. Acelerando a dinâmica de transformação dos espaços urbanos. Para se ter acesso a uma linha de crédito era necessário comprovar ter a renda fixa desejável e ter emprego estável. Condição que na época dava acesso a essa linha de crédito para apenas 20% da população.

A operação imobiliária nesses bairros, com a construção de prédios, gerou uma pressão sobre o padrão habitacional da cidade. Os terrenos valorizam as áreas já urbanizadas e as com disponibilidade ao consumo do mercado, que dão continuidade ao processo de adensamento urbano. Uma pesquisa feita na época pelo departamento de sociologia da UFF, atesta que este padrão de urbanização, projetado pela prefeitura, iria colapsar o território habitacional da cidade com o ritmo de crescimento estabelecido. E estimou que em 10 anos a cidade poderia chegar a comportar 750 mil pessoas. O alerta lançado pelo professor Ovídio Gouvêa da Cunha, em matéria do jornal O Fluminense, era de que a densidade demográfica se elevaria no restante das áreas litorâneas, expandindo as fronteiras da malha urbana, e gerando problemas sérios para a cidade nesse percurso. Concordavam com ele os arquitetos e urbanistas que viam as áreas litorâneas como o futuro do mercado imobiliário de Niterói.

Em 1973, Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Niterói - AEMIN, se orientou junto a prefeitura a promover o desenvolvimento da cidade impulsionada e comprometida com os resultados alcançados nos anos anteriores. Mas no ápice do milagre econômico, o primeiro choque do petróleo impactou nos anos seguintes os mecanismos de financiamento oferecidos pelo governo brasileiro. O setor imobiliário logo passou a reagir com a escassez de crédito a longo prazo. Escassez que tinha uma de suas razões na deterioração progressiva da dívida externa (Luna, Klein. 2014a. p. 105). Com o Brasil endividado, e o seu principal credor, os EUA, exigindo uma política de austeridade fiscal, a administração de um sistema de subsídios à indústria ficou inviável de se manter em expansão. Isso se manifestou na época através de Mário Rosenzweig, presidente da AEMIN, que propôs ao Banco do Brasil criação de um sistema de crédito baseado em notas promissórias oriundas das vendas de imóveis, requisitando com isso recursos para o financiamento de novos empreendimentos.⁵⁸ Mário foi prontamente respondido pelo diretor da instituição que justificou que o BNH era então o responsável por este tipo de ação. Este exemplo demonstra ao menos duas coisas sobre

⁵⁸ O Fluminense. Niterói. Sábado. 1 de Dezembro de 1973. p. 3

o mercado imobiliário de Niterói: a euforia e dependência do mercado de imóveis local com o crescimento promovido pela modernização capitalista aos moldes dos militares, e um certo desespero das elites locais com a exaustão do sistema de crédito imobiliário e financiamento, que inviabilizou a expansão do mercado.

A abertura da Ponte Rio-Niterói veio no mesmo ano em que assumiu o General Ernesto Geisel como novo presidente, em 1974. Com ele os militares colocavam a meta para uma lenta, gradual e segura volta à democracia. O Regime Militar se desgastou paulatinamente à medida em que não conseguia manter os altos índices de crescimento econômico, nem conter a inflação e a dívida externa. As denúncias de corrupção e a crescente mobilização dos setores da sociedade civil, a esquerda e direita, possibilitou a formação de uma corrente de resistência democrática. Artistas, intelectuais, políticos e empresários se uniram a fim de que fosse restabelecido o poder do povo, que se pudesse determinar os rumos da sociedade pelo voto. A volta de eleições diretas para o congresso ocorreu no ano de 1974 e representou uma derrota para o partido do regime, a ARENA, e os militares. A mobilização da população pelo voto possibilitou eleger um grande número de políticos do MDB, formando relativa oposição. Os problemas econômicos faziam transparecer as contradições do processo como um todo. Assim, nos centros urbanos, o mercado imobiliário com dificuldades de liquidação dos seus produtos, materializou insatisfações nas elites e nas classes médias. Bem possivelmente expressa no pleito daquele ano. Logo que a crise ficou constatada surgiram discussões sobre a atuação das empresas do mercado imobiliário na expansão do espaço urbano em cidades médias e grandes. Anos depois, em 1978, essas discussões resultaram na instauração de uma CPI⁵⁹ destinada a investigar a especulação imobiliária. Alguns se identificavam com a bandeira ambientalista que começava a ganhar espaço entre setores da classe média de Niterói.

Em 1976 Icaraí, certamente o primeiro bairro de Niterói a viver a atmosfera do milagre econômico com o oferecimento de um novo padrão habitacional, já possuía 18.900 habitantes por km². A evidência de problemas no setor imobiliário fez com que as empresas da cidade buscassem soluções. Foi necessário adotar um novo planejamento para reativar o mercado de imóveis, e garantir a sua expansão. As antigas áreas litorâneas, mais afastadas, antes zonas rurais, já são urbanizáveis, agora eram cobiçadas pelo mercado imobiliário, como a Barra da Tijuca no Rio de Janeiro, e o Distrito de Itaipu em Niterói. Processo que ao que indicam as fontes se acelerou sobretudo com a crise do mercado local a partir de 1976. A partir desse ano, era possível encontrar anúncios de lançamentos imobiliários em Icaraí e Santa Rosa que

⁵⁹ O Fluminense. Niterói. Sábado. 1 de Dezembro de 1973. p. 3

aceitavam imóveis hipotecados na região como entrada. A questão passava a ser qual tipo de empreendimento se levaria para a região. As incorporadoras iriam apostar na verticalização? Ao que tudo indica, como hoje se confirma, prevaleceu a habitação em casas, oferecidas para a classe média urbana que chegava do Rio de Janeiro, com promessas de acesso pela ponte em 20 minutos. Para isso acontecer a prefeitura promoveu grandes obras de acesso com o objetivo de interligar definitivamente as regiões da cidade em expansão.

Também nesta época, em 1976, a Caixa Econômica Federal editou a portaria 386 que fixava em 20% o lucro das empresas imobiliárias, e condicionava o financiamento do setor habitacional a áreas em que o terreno custasse no máximo 20% do valor total do empreendimento. Mario Rozencwajg, presidente da ADEMI, prontamente achou necessário lembrar a esses economistas que eles estavam em um sistema capitalista.²⁹ É interessante notar como as convenções firmadas no começo da ditadura, entre setores empresariais e militares, começaram a se esfarelar. Liberalismo e autoritarismo já não conversavam tão bem.

Como vimos, o resultado dessa década para Niterói foi marcado pelo adensamento da cidade, sobretudo com a construção de imóveis de alto valor unitário em sua faixa litorânea. No contexto histórico a expansão para Itaipu só foi possível após a exaustão de financiamento de apartamentos em Icaraí. Com a crise do sistema de financiamento, uma região próxima, pouco habitada, e com qualidades paisagísticas semelhantes a Icaraí como Piratininga e Itaipu foram o local capaz de absorver a expansão urbana.

2.3 Cidade Balneária de Itaipu: modernização e conflito no litoral fluminense (1973-1982)

Nesse contexto, a cidade do Rio de Janeiro ultrapassava o marco de 7 milhões de habitantes. Sendo que 53% dessa população havia migrado apenas nos últimos 11 anos, e entre 1970 e 1980 aproximadamente 1.337.600 de imigrantes ainda seriam acolhidos (Santos. 1993. p. 77). Niterói no início da década de 1970, segundo dados divulgados pelo censo do IBGE, possuía uma densidade demográfica de 2.494, 20 hab/km². Uma cidade modesta, que só passou a crescer mais significativamente após a inauguração da Ponte Rio-Niterói em 4 de março de 1974.

No decorrer da década de 1970 até os anos 1980 Niterói absorveu parte da população das cidades vizinhas e do Rio de Janeiro. Contudo, a mudança na dinâmica migratória em favor do eixo metropolitano da cidade de São Paulo, levou a toda a Região Metropolitana do Rio de

Janeiro a apresentar uma progressiva redução das taxas de crescimento demográfico, e em Niterói a tendência se fez decrescente (Salandia. 2001 p. 14).

Entre 1980 e 1991, a sua população cresceu a uma taxa de 0.86% atingindo um total de 436.155 mil/hab. Salandia, ao realizar uma minuciosa análise dos aspectos locais da expansão urbana observou que, as taxas médias e geométricas de crescimento demográfico anual dos 48 bairros da cidade indicavam o direcionamento da expansão da cidade para o seu então Segundo Distrito, Itaipu. Uma região rural e pouco habitada. Neste aspecto, seu estudo revelou que os bairros que registraram o maior declínio populacional estavam na Região Norte. Uma localidade que foi - historicamente caracterizada pela integração metropolitana, com a presença de indústrias e atividade portuária - diretamente transformada e impactada, em seu padrão habitacional, pelo fluxo de carros na entrada e saída da ponte.

No dia 24 de julho de 1978 uma nota lançada no jornal O Fluminense⁶⁰ se referia ao empreendimento da Veplan em Itaipu, evidenciando algumas das principais expectativas para com as transformações possíveis que ocorreriam na região a partir do desenvolvimento de novos padrões urbanos e habitacionais, da seguinte maneira: “Ninguém tem dúvidas de quantos benefícios o projeto da Veplan em Itaipu trará a Niterói como *cidade de lazer e turismo*”. De fato, essas expectativas correspondiam não apenas às transformações locais, mas também a outro contexto⁶¹, bem específico das escalas da modernização capitalista vivida pela sociedade brasileira ao longo da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), ao qual a própria origem dessa empresa imobiliária põe em evidência as escalas da questão.

A Veplan Residência Empreendimentos e Construções S/A foi uma empresa fundada no dia 31 de julho de 1973 - a partir da associação da Veplan⁶² que era uma antiga incorporadora de imóveis junto ao escritório de engenharia H C Cordeiro Guerra⁶³, mediante a criação de um holding com fusão de capitais⁶⁴. Ambas acumulavam em sua receita números realmente incríveis, e com um patrimônio de 230 milhões de cruzados, o Jornal do Comércio celebrava o nascimento desta que na época era a “maior companhia imobiliária brasileira”. O seu corpo executivo era composto por personalidades proeminentes do cenário empresarial

⁶⁰ “Veplan-Itaipu.” O Fluminense, 24 de Julho de 1978.

⁶¹ Esse contexto se refere à associação entre diferentes esferas do poder público e os interesses dos grupos empresariais. Para saber mais cf. CAMPOS. Pedro Henrique Pedreira. Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Editora da UFF, 2014, p.39-127.

⁶² A Veplan existia anteriormente como uma incorporadora de imóveis, sua origem data da década de 40.

⁶³ O escritório de engenharia de Henrique Christino Cordeiro Guerra fundado em 1939 era reconhecido como um dos mais importantes da cidade do Rio de Janeiro.

⁶⁴ “Cordeiro Guerra-Veplan concluem incorporação” Jornal do Comércio 31 de Julho de 1973. “Assembléia de acionistas constitui oficialmente a Veplan-Residência” Jornal do Brasil 1 de Agosto de 1973. “Veplan-Residência empreendimentos e construções S/A.” Jornal do Brasil 12 de outubro de 1973

brasileiro, formada por juristas e economistas, engenheiros e chegando a contar com a participação de militares em alguns dos seus projetos. A nova empresa era encabeçada pelos irmãos José Carlos Mello Ourivio na presidência, Paulo de Mello Ourivio que com economista José Isaac Peres dividiam a vice-presidência, que dentre todos os demais eram seus os seus principais acionistas.

O Grupo Veplan Residência S/A⁶⁵ também diversificava suas atividades incorporando as outras dimensões econômicas associadas ao desenvolvimento do setor de construção e do mercado imobiliário por meio de empresas subsidiadas que carregavam o seu nome, entre elas estavam Residência Companhia de Crédito Imobiliário, Residência Corretora de Seguros, Residência Planejamento e Investimentos, Residência Distribuidora de Títulos e uma em particular, que chamava a atenção por se distinguir de todas as demais, a Veplan-Residência Companhia Territorial de Itaipu⁶⁶.

Pouco após a sua fundação a Veplan já anunciava os desejos de iniciar os seus empreendimentos que em sua maioria se encontravam próximo a centro urbanos e em áreas litorâneas, totalizando 400 milhões de m², divididos em 20 loteamentos que se espalharam pelo eixo Rio- São Paulo. Contudo, dada a magnitude dos investimentos da empresa nos causa surpresa a evidência de que um investimento em particular deveria ser digno de nota, Itaipu. A aquisição de 89% da antiga CIA Territorial de Itaipu⁶⁷ fez surgir a empresa subsidiária e homônima que iria se dedicar exclusivamente para garantir os interesses de seus acionistas e futuros clientes. Em Itaipu, na mesma faixa litorânea onde os pescadores realizavam suas vidas, lugar em que os horizontes das suas famílias e de tantas gerações e gerações se encontravam,

⁶⁵A sua diretoria era composta por diversos nomes e tinha como seus representantes Maurício de Andrade Ramos ocupando o cargo de superintendente, Paulo Canteiro Vidal ocupando o cargo de superintendente regional, Eslo de Almeida Lisboa sendo diretor administrativo, Bernardo Chaladovsky como diretor comercial, Antonio Orlando Dourado Lopes era o diretor de planejamento e Marcos V. de Albuquerque Soter da Silveira seu diretor técnico

⁶⁶ “CORDEIRO-Guerra-Veplan concluem incorporação” Jornal do Comércio 31 de Julho de 1973
“ASSEMBLÉIA de acionistas constitui oficialmente a Veplan-Residência” Jornal do Brasil 1 de Agosto de 1973
“VEPLAN-Residência Empreendimentos e construções S.A” Jornal do Brasil 12 de outubro de 1973

⁶⁷ Em Itaipu, a antiga CIA Territorial, que possuía o título das terras antes de ser comprada pela Veplan, já vinha desde os anos 40 sendo contestada sobre a validade da posse dos loteamentos, principalmente no que tangia ao problema relacionado aos terrenos submersos no espelho d’água da lagoa de Itaipu a qual vinha recorrendo em processo contra o Estado do Rio de Janeiro. Entre outras questões que causavam dúvidas sobre a sua verdadeira origem fica nítida no contraste entre a nota emitida pela própria companhia atribuía a compra da antiga Fazenda Itaipu de sua proprietária D. Cândida de Souza Guimarães em 1943, a sua propriedade também foi atribuía por um morador local, em depoimento ao jornal O Fluminense no dia 5 de novembro de 1973 à Eugenio Francisco Mendes, apresentando assim referências distintas para o título de compra e a dessas terras. De qualquer forma a Cia Territorial de Itaipu que era de propriedade de Francisco Pinto Pizarro da Gama Lobo, ou simplesmente “Pizarro” como ficou conhecido pelos antigos moradores da região que se referiam a ele como o “Dono da Lagoa” sendo de nacionalidade desconhecida, portuguesa ou espanhola, buscou dar início já nos anos 50 ao processo de loteamento e aos projetos de urbanização para essa área. Fonte: “COMPANHIA Territorial de Itaipu. Em litígio as terras da Fazenda Itaipu” Jornal o Globo 12 de setembro de 1944 “ITAIPU aguarda sem recursos seu futuro de grande bairro” O Fluminense 5 de Novembro de 1973.

entre a areia e o mar a onde a tradição se expressava, surgiria a partir daí outras linhas que delinearão os contornos do cotidiano e do seu modo de vida.

O projeto intitulado *Cidade Balneária de Itaipu* deu início ao que seus urbanistas idealizadores designavam como um exemplo de “comunidade planejada”. As famílias de pescadores e outros padeciam com as influências mais incisivas do clima de transformações. E durante as prefeituras de Ronaldo Fabrício (1975-1977 ARENA) e Moreira Franco (1977-1982 MDB) foram diversas vezes coagidas pelo poder público em razão dos interesses econômicos dessa empresa. Como demonstram as discussões ocorridas na sessão plenária de 27 de Março de 1979, na Câmara Municipal:

Donald Guimarães, em discurso prolongado, solicitou o registro nos anais dessa Câmara, do pronunciamento feito a imprensa em seu gabinete pelo presidente do legislativo Sr João Batista da Costa Sobrinho contra o prefeito Moreira Franco, pelos desmandos que vem praticando em sua administração principalmente no que diz respeito à situação criada pelo Chefe do Executivo deste município, despejando e demolindo arbitrariamente casas residenciais com tratores, colocando risco as vidas humanas dos moradores do local denominado Lagoa de Piratininga, com apoio e garantia policial e associando-se a este pronunciamento, através de fotos e fatos publicados em órgãos da imprensa escrita deste Estado, também criticou veemente a atual administração municipal pela atitude tomada violentamente contra pescadores e pessoas de bem, todos residentes no referido local, uma vez que a delegacia policial que cobre a referida área, em várias batidas realizadas, exterminou definitivamente com os marginais que trafegavam e viviam no citado local deixando bem claro que na reunião vindoura, voltará a abordar este assunto uma vez que, se farão presentes nesta casa os pescadores que ali residiam e que foram despejados violentamente, conforme consta acima, em virtude de não cumprirem uma notificação municipal que no seu entender, não tem nenhum valor jurídico, uma vez que a maioria deles estão munidos de documentações legais provando os direitos a posse sobre os imóveis demolidos, e que segundo afirmou, ingressarão na justiça contra os danos causados pela municipalidade, os quais se encontram fatalmente desabrigados. Prosseguindo, comentou sobre a entrevista dada pelo prefeito Moreira Franco e pelo senhor Augusto Leite em um canal de televisão sábado último, não justificaram a violência praticada contra os moradores residentes que habitam o referido local e que, no Jornal Nacional no dia de ontem na televisão Globo, o Sr Cid Moreira, informou que a prefeitura desta cidade irá demolir mais quarenta e nove casas na Lagoa de Piratininga, conforme nota divulgada e que deu ensejo para o orador baseado no artigo 68 em seu parágrafo 11, requeresse a designação de comissão de inquérito composta de três vereadores para apurar as irregularidades praticadas, solicitação esta, a pedido do autor, somente fosse designado, na reunião viradoura que alegou e justificou na tribuna da Câmara.⁶⁸

Cabe a citação completa da fonte pelo seu valor histórico de evidência. No caso da investigação que encaminhamos, ele possibilita consolidar exemplos sobre como atuavam o poder público e as empresas do setor. No caso da localidade de Piratininga, vizinha de Itaipu, que possui suas lagoas conectadas pelo canal do Camboatá, as obras de estruturação urbana eram realizadas pela empresa MARA. E colocava-se em prática o modelo habitacional de “cidade jardim” similar ao implementado para o entorno da lagoa de Itaipu. A ação da Veplan

⁶⁸ Atas do acervo da Câmara Municipal de Niterói. 1º livro do ano de 1979. 27 de Março de 1979.

em relação ao poder público e os desmandos praticados seguiu a mesma regra. Sendo denunciado em matéria do jornal do Instituto de Arquitetos do Brasil, da 7ª edição, que colocava em discussão a liminar do MP favorável à ação pública movida pela Colônia de Itaipu Z7 contra as obras da Veplan na Lagoa de Itaipu. No informe era anunciado “Paralisadas Obras em Itaipu”. A decisão do Juiz Federal Carlos David Santos Aarão Reis, informada identificou na liminar os interesses conflitantes em razão do início das obras, apontando que:

De um lado, o dos autores, no sentido da preservação da natureza da região, de outro das rés, visando o aproveitamento econômico da área. Ambos são juridicamente protegidos, pois se a Constituição garante o direito de propriedade, também impõe ao poder público o dever de preservar paisagens naturais, digo, notáveis e as jazidas arqueológicas. Como atualmente já começa a ser admitido o meio ambiente é um valor em si mesmo, e deve ser protegido independente do seu eventual valor econômico. Ponderei ambos, inspecionando o local por duas vezes. Acompanhando de peritos quando as partes manifestaram opiniões através de especialistas. Pelas razões enumeradas suspendo liminarmente e parcialmente os atos impugnados, e em consequência determino a paralisação das obras: a) na lagoa de Itaipu e em suas margens, b) no canal aberto entre a referida lagoa e o mar, c) no loteamento nos termos do item II B.3 desta decisão; d) ao sul da região nas encostas da colina, e; e) nos jazimentos arqueológicos. Duna Grande, Duna Pequena e Sambaqui de Camboinhas. Já pesquisado e cercado.⁶⁹

O ano de 1979 é significativo para a comunidade. Nesse momento, o economista João Paulo dos Reis Velloso, ex-Ministro do Planejamento dos governos Médici e Geisel, assumia o cargo de diretor regional do empreendimento da Veplan em Itaipu.⁷⁰ Outro membro da equipe que havia saído dos quadros do governo ditatorial ou estavam associados ao poder do mesmo era o Contra-Almirante Roberval Marques Pizarro, exercendo o cargo de diretor regional do projeto em Itaipu. Ambos assistiam com entusiasmo o início das obras como “um dos maiores empreendimentos imobiliários realizados no Brasil.”

A partir de então o respaldo do poder público ficava cada vez mais claro. Um extenso aterro das áreas alagadas na beira da Lagoa de Itaipu com o tombamento da duna de Camboinhas e a abertura do canal ganham aval da Marinha à revelia das denúncias ocorridas, dividindo a praia permanentemente⁷¹. A terraplanagem feita pelas dúzias de tratores e caminhões acirrou o processo de despejo ou a negociação da saída de diversas famílias de pescadores. As antigas habitações e os barracões de pesca⁷² construídos com a matéria extraída da flora local cediam espaço às casas de classe média alta. O processo de degradação ambiental

⁶⁹ Diário Oficial de 21 de Dezembro de 1979

⁷⁰ “O urbanista Reis Velloso” Jornal do Comércio 18 de Maio de 1979.

⁷¹ MARINHA informa que autorizou obras da Veplan em Itaipu. O Fluminense 20 de Outubro de 1979.

⁷² Na comunidade de Itaipu a colônia z7 que assistia legalmente os pescadores junto ao Ministério da Pesca contabilizava cerca de trezentos matriculados. “EM Itaipu o mar não está para peixe” Jornal do Brasil. Junho de 1978. “A tranquilidade de Itaipu agora ameaçada” O Fluminense 16 de março de 1976

e desgaste emocional com o afastamento de algumas famílias e mudanças nos padrões societários fez a comunidade se concentrar no que ficou conhecido como *Canto de Itaipu*, dividida do restante da praia pelo que passaram a chamar “Canal da Vergonha”. O rumo a que se direcionou o processo de urbanização de Itaipu ia contra a possibilidade de preservação do equilíbrio ecológico existente na região

Na Comunidade Planejada “Cidade Balneária de Itaipu” estavam previstos a estruturação urbana dos loteamentos, e valorização econômica permanente dos mesmos. Teve início com a abertura de ruas e a implementação de sistemas de água e esgoto, assim como a possibilidade de abrigar escolas e hospitais e centros comerciais para a população que ali iria habitar. Em novembro de 1973 no ano da aquisição das terras os jornais já destacavam Itaipu, com a expectativa de que além de ser um ponto turístico tradicional os projetos imobiliários que ali surgiam resguardavam a predestinação do seu futuro de um grande Bairro⁷³. A conclusão das obras da ponte Rio-Niterói em 1974 foi o pretexto necessário, como causa eficiente de uma transformação urbana, para a adesão do discurso de que Niterói precisava de uma “solução urbanística⁷⁴”, algo que parecia ser uma das únicas alternativas possíveis à prefeitura da cidade. De todo modo essas transformações projetavam a imagem do que a imprensa celebrava como uma “Cidade Nova”. A sua expectativa era realmente ambiciosa, e com ela os jornais anunciavam a chegada de cinquenta mil novos habitantes⁷⁵.

2.4 Cidade nova e um novo tempo: onde vivem os pescadores? (1979-1992)

Alguns impactos desse empreendimento chamavam a atenção, como o extenso aterro dos brejos e mangues na beira da lagoa mediante o tombamento da duna de Camboinhas, que durante esse processo descobriu-se ser parte de um sítio arqueológico⁷⁶, contendo vestígios remanescentes dos povos sambaquieiros que habitaram a região a cerca de cinco mil anos. A terraplanagem era feita pelas dúzias de tratores e caminhões, que também acirraram o processo de despejo ou a negociação da saída de diversas famílias de pescadores. Na praia existiam casas e os barracões de pesca⁷⁷ das *Campanhas de Arrasto*, construídas em sua maioria com a matéria

⁷³“O urbanista Reis Veloso” Jornal do Comércio 18 de Maio de 1979. “ALMIRANTE Roberval Marques diretor da Veplan Residência” Jornal do Comércio 12 de Janeiro de 1975.

⁷⁴“PONTE provoca crise e prefeitos apontam para solução urbanística”. Jornal do Brasil, 7 de Janeiro de 1973.

⁷⁵“CAMBOINHAS espera por 50 mil pessoas”. Jornal do Brasil, 5 de dezembro de 1976.

⁷⁶Para saber mais sobre o reconhecimento do sítio arqueológico de Itaipu e as Dunas cf. KNEIP. Lina. Busca e salvamento em Itaipu. Rio de Janeiro. 1979 .

⁷⁷Na comunidade de Itaipu a colônia z7 que assistia legalmente os pescadores junto ao Ministério da Pesca contabilizava cerca de trezentos matriculados. “Em Itaipu o mar não está para peixe” Jornal do Brasil. Junho de 1978. “A tranquilidade de Itaipu agora ameaçada” O Fluminense 16 de março de 1976

prima extraída da flora local, como de folha de taboa, e dividiam-se em toda a extensão da praia e no entorno da lagoa. Sobre esses eventos as entrevistas de Natalino Corrêa, o Seu Natalino, pescador de Arrastão de 60 anos e 44 de profissão, reconhecido como uma das mais antigas lideranças da comunidade e Sebastião Trindade com 25 anos de profissão, ao Jornal do Brasil em Junho de 1978, preenchem e são preenchidas de sentido temporal ao lado narrativa de João Batista dos Reis⁷⁸, em entrevista feita por mim em 2017. Desvendam-se algumas das consequências desse processo para a vida dos pescadores:

- Pescador profissional, há muito tempo, já desprezou a Lagoa de Itaipu. Ali não dá mais nada com o canal fechado as águas ficaram estagnadas e cada vez mais poluídas devido aos detritos que nelas são lançados, dizem os entendidos que os peixes desapareceram por falta de oxigênio, mas para mim a causa é a sujeira que estão fazendo com a gente, em nome do progresso. Antigamente essa área era frequentada apenas por pescadores, que construíam próximo ao mar, as suas casas, não havia eletricidade nem estradas e cabia a natureza tomar conta de tudo; o abandono do lugar era completo. Mas acabaram descobrindo que havia muita beleza nele. A movimentação da gente jogando rede no barco e trazendo peixe para a areia era fascinante. Mas pessoas estranhas foram aparecendo aos poucos. Hoje é isso que o senhor está vendo aí: os peixes estão sumindo. Os pescadores também, não só pela falta de produto, mas porque também foram sendo levados na conversa para, pôr um pingão de um pingão de dinheiro entregar suas propriedades.⁷⁹
- Falam tanto em progresso aqui em Itaipu, que muitas vezes a gente fica trocando ideias e acha que se está no lugar errado. Marginalizado. É essa a palavra? Muita gente está culpando as imobiliárias. Eu acho que quem pensa assim está certo. [...] Hoje em dia tem muitos bacanas por aqui procurando terrenos e casas, só andam em automóveis bonitos e bem-vestidos. Mas o que adianta isso se são eles os responsáveis pela sujeira que o senhor está vendo? [...] Eles (outros membros da comunidade) caíram na conversa dos granfinos, que ofereceram cinco ou seis mil cruzeiros para que deixassem as propriedades. Alguns após receber o dinheiro arrependem-se, mas já era tarde.⁸⁰

João Batista dos Reis em setembro de 2017 ao narrar sobre a sua infância e a divisão da praia de Itaipu com a formação de um novo bairro durante as obras da Veplan me interrompia ao remeter ao momento da divisão da praia de Itaipu:

- É isso que eu não aceito, sabia? Isso era uma coisa só! Ai lá ficou Cambainhas e aqui ficou Itaipu. [...] A infância nossa aqui era boa. Infância boa porque a gente morava ali, era pescador. Pescava, jogava bola. nós tivemos infância. Tinha fartura das coisas, um monte de peixe, camarão. Peixe de ficar de monte nas praias. Matava e não tinha nem como levar, ficava muito na praia; tinha muito peixe, entendeu? Só que de um tempo para cá, veio a “Veplan” e a “Tratex” loteou fizeram aquelas obras imensas ali fizeram aquele monte de prédio de casas. Aí

⁷⁸ Joãozinho, é ex-pescador de arrasto que hoje dono de bar na beira da lagoa, quando jovem se mudou para uma área distante da praia após as obras da Veplan, além da sua família ter negociado a saída da praia e ter recebido a contrapartida de uma casa nova, ele trabalhou junto com seu pai nas obras de dragagem e abertura do canal na lagoa de Itaipu.

⁷⁹ Seu Natalino em Entrevista ao Jornal do Brasil em Julho de 1978. “Em Itaipu o Mar não está para peixe”. Jornal do Brasil, Niterói. Julho de 1978. Extraído do banco de dados do acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional sob pesquisa de ocorrências “pescadores de Itaipu” datadas entre os anos de 1970-1979.

⁸⁰ Sebastião Trindade em Entrevistas ao Jornal do Brasil em Julho de 1978. Idem

foi dificultando pra gente, foi imprensando a gente, chegou a um certo ponto que teve que indenizar a gente, tirar a gente dali.. Do lado lá de Camboinhas; aí tirou a gente, nós viemos para uma outra área. Mas afastou o pescador da beira da praia. Pescador que vivia da pesca que pescava, afastou. Não foi só nós não, várias famílias. Como Mário, como “Ciupeca”, todos pescadores que nasceram e foram criados ali. Todo mundo teve que se afastar. A maioria dos pescadores foram para o Cantagalo, uns moram no Engenho do Mato, entendeu? Bem longe da praia. Outros foram para São Gonçalo, estão em São Gonçalo, pescador daqui da praia, o Jaime, que é nascido e criado aqui com a gente; ele nasceu dentro daquele matagal ali. Então ali era tipo uma vilazinha só de pescadores, só nossa. Ali a gente jogava bola, dormia sujo e tinha saúde. Amanhecia bonito. Porque era tranqüilidade, não tinha nada.[...] Mas quem acabou mais foi a Veplan, né? Foi a Veplan que acabou com tudo. A Trutex e a Veplan. O canal aqui, nosso. Nós vínhamos aqui, não tinha, era uma praia só. Então o que a gente fazia, a gente vinha pra cá quando a lagoa estava muito cheia, a gente vinha aqui e abria com a inchada com a pá para ela sair para o mar. Ai o camarão ia, depois de um certo dia a maré ia fechar devagarzinho lentamente.

Os pescadores que narraram o processo na década de 1970 indicam que o *progresso* se projetava modificando a realidade da praia tal como era costumeiramente estabelecida como a forma do cotidiano. Indicando a existência de uma ruptura interna da ordem do mundo, no sentido das experiências que mantinham coesas na comunidade a estrutura e a reprodução de sua ordem social. Constituindo um novo horizonte que foi produzido na história do lugar. Era com que se ocorresse uma impressão de instabilidade e incerteza internas às possibilidades de manutenção das atividades artesanais. Correspondendo melhor à expectativa de futuro, diante das condições presentes de transformação e do sentido que as ações na beira da praia passam a assumir com a transformação e urbanização local.

O impacto social e ao patrimônio histórico do empreendimento imobiliário da Veplan já ocorriam a mais ou menos 3 anos quando em 1979 a Marinha emite nota autorizando a empresa a realizar as obras de abertura do Canal de Itaipu. Colocam-se os molhes de pedra estendidos por 60 metros ligando a lagoa permanentemente ao mar. Itaipu dividido passou a ter duas praias, surgindo uma nova localidade, que se tornou o bairro de Camboinhas. Dentro da lagoa, após o processo de dragagem e aprofundamento do seu leito, seriam construídas um total de 28 ilhas artificiais 23 lotes cada uma, contabilizando 20 mil m², formando as marinas para um total de 700 embarcações⁸¹.

As transformações iam cada vez mais sendo postas à luz do dia. E passaram a envolver questões turbulentas. Para justificar a proporção das suas obras a Veplan apresentava os supostos benefícios sociais causados pelo seu empreendimento, argumentando que a dragagem da lagoa era um processo necessário para o saneamento do novo bairro, que se completaria com a implementação efetiva dos sistemas de água e de esgoto. Alegavam que a falta de

⁸¹ “CAMBOINHAS espera por 50 mil pessoas”. Jornal do Brasil, 5 de dezembro de 1976.

ligação das águas da lagoa com o mar impedia a sua renovação e acabava causando o mau cheiro e a poluição. Assim um representante da empresa chegou a afirmar que “a primeira preocupação é com a recuperação da lagoa de Itaipu cujas águas estagnadas tornam praticamente impossível qualquer tipo de vida animal, exceto mosquitos”⁸². Garantindo assim a preservação do equilíbrio ecológico da área mais impactada.

Contudo segundo João Batista dos Reis os próprios pescadores quando percebiam a necessidade de abertura de uma ligação da lagoa com o mar abriam a barra da praia, momento em que se juntavam os membros da comunidade para pescar camarão.⁸³ Um ano antes da Marinha ter emitido autorização para as obras da Veplan, os Pescadores de Itaipu agenciados pelo interventor da Colônia de Pesca Hildo de Melo, haviam reivindicado formalmente junto ao poder executivo federal, a transferência de jurisdição das terras para o INCRA e da lagoa para o Ministério de Agricultura e desta para a Colônia de Pescadores, “como medida preventiva contra a posse indevida das terras públicas por empresas imobiliárias”⁸⁴.

Jorge Nunes, o Seu Chico, nascido em 1955, é representante da comunidade de pescadores de Itaipu descreve do seguinte modo esse contexto:

- A evolução é uma coisa, e o progresso, ele vem e não tem como a gente medir o tamanho dos prejuízos que a gente vai ter. Na década de 70 na chegada da Veplan e um pouco antes também, quando chegou as outras empresas que lotearam a Lagoa, que era um espelho d'água. Lotearam o espelho d'água e depois permutaram o espelho d'água com a terra com o Estado. O Estado era dono da terra né, fizeram tudo do modo contrário. Na década de setenta o espelho d'água era particular né, um grupo se dizia dono, e trocou com o Governo do Estado do Rio de Janeiro pela terra. O espelho d'água que já era federal e trocou com as terras do Estado. É uma coisa assim, é um absurdo, vamos ter que ver como foi feito esse título, que permuta foi essa que o Estado fez. E hoje a gente está sofrendo porque abriu a barra permanente da lagoa de Itaipu. Um lugar que era espelho d'água passou a ser terreno, quer dizer isso tudo foi planejado pela Veplan.

O rumo a que se direcionava o projeto da Veplan parecia não dar espaço à comunidade e seu modo de relação com o ambiente, agredindo o equilíbrio ecológico existente na região. Com este fato, já transição das décadas de 1970 e 1980 diversos setores da sociedade se organizaram para buscar garantir os direitos de preservação, principalmente por meio de movimentos ecológicos e ambientalistas que tinham entre alguns dos seus membros pessoas ligadas ao poder legislativo da cidade de Niterói.⁸⁵

⁸² Idem.

⁸³ Sobre a abertura eventual do canal por pescadores e a sua relação com a pesca do camarão na lagoa de Itaipu cf. Kant de Lima op. cit 1997. Elina Pessanha op. cit, 2003.

⁸⁴ “PESCADORES reclamam da especulação Imobiliária” O Fluminense 24 de agosto de 1978.

⁸⁵ “ENCONTRO das Garças reuniu quatro mil” O Fluminense 18 de Outubro de 1982.

Na ocasião, em razão dos impactos ambientais causados por esses empreendimentos, a pauta ambiental das lagoas passou a ganhar notoriedade na cidade, e muitos políticos passaram a levantar essa bandeira. O movimento ambientalista, em um primeiro momento, não foi amigável com as comunidades locais de sítiantes e pescadores. Razão pela qual a pauta ambiental foi sobreposta e em certa medida inviabilizou as questões sociais e demandas habitacionais e ambientais das comunidades locais. O discurso formal do movimento ambientalista começou a ganhar força na cidade no ano de 1979, pautando a defesa da lagoa contra as obras da Veplan. Vereador entre os anos de 1977 e 1982 Ricardo Oberlaender, do MDB, representou na Câmara e na imprensa local denúncias aos impactos causados pelas obras e as negligências administrativas do órgão municipal. Nas denúncias, durante o governo de Moreira Franco, apontava as relações entre Nicélio Pinto, outro Vereador de Niterói, com a Veplan S/A afirmando que o mesmo teria ido até a empresa para “pedir emprego para sua namorada”⁸⁶. Nas Atas de 1979⁸⁷ da Câmara de Niterói, Donald Guimarães denunciava o prefeito da cidade pelo despejo das famílias de pescadores em Piratininga utilizando-se de força policial e de tratores para demolir suas casas.

De todo modo as consequências mais graves do empreendimento da Veplan em Itaipu já tomavam proporções irreversíveis. Com o impacto causado ao patrimônio histórico, social e ambiental, a imprensa mudava progressivamente o seu discurso. E cada vez mais surgiam manchetes denunciando os impactos causados ao meio ambiente por empreendimentos imobiliários na região, principalmente em relação à Lagoa de Itaipu. Na década de 1980 o debate sobre as leis ambientais tomava um fôlego cada vez maior com o processo de redemocratização e o surgimento das novas esquerdas, por outro lado este modo de ver a natureza, próprio dos movimentos ambientalistas de classe média, inviabilizou em alguns momentos as demandas das famílias de pescadores que buscavam o reconhecimento do seu direito ao lugar de origem e do acesso aos recursos por ele oferecidos.

A mesma reportagem que em 1978 aclamava os possíveis benefícios trazidos com as obras da Veplan em Itaipu continuava ponderando as suas consequências da seguinte forma: “O que não pode acontecer é que na execução dos projetos haja grandes privilégios em detrimento da população. Se não, vejamos os moirões dos lotes marginais a praia à praia de Camboinhas estão colocados quase rentes à areia. Isso leva a suspeição de que as casas que

⁸⁶ “VEREADOR processa colega por calúnia” O Fluminense 15 de março de 1980.

⁸⁷ Atas do acervo da Câmara Municipal de Niterói. 1º livro do ano de 1979. 27 de Março de 1979.

vierem a ser construídas ali venham a criar praias privativas em toda a extensão de Camboinhas, fato inadmissível⁸⁸”.

As consequências mais graves até esse momento ainda estavam por vir, mas o barulho das máquinas em Itaipu chamava muita atenção. O Vereador Ricardo Oberlaender em denúncia contra os rumos traçados às obras de Camboinhas convocará sem êxito a abertura de uma CPI municipal para apurar as obras da Veplan. No dia 9 de abril de 1980 em sessão solene ele efetuou a leitura do seu depoimento na comissão parlamentar de inquérito em Brasília, que avaliava as consequências da especulação imobiliária nos grandes centros urbanos, prestado em agosto de 1978. Pediu nesta ocasião que o mesmo fosse registrado nos anais da Câmara de Niterói⁸⁹.

As tentativas de Oberlaender seguiam a orientação dos relatores da CPI em Brasília, solicitando para que as prefeituras tomassem providências a nível local, buscando investigar e avaliar os casos em que empresas imobiliárias estavam sendo favorecidas indevidamente. Seguindo o documento final apresentado como conclusão do processo, havia indícios que o desenvolvimento do mercado imobiliário nos centros urbanos acompanhava um processo em que a terra deixava de ser vista como núcleo produtivo e passava a ser utilizada como reserva de valor. O uso do solo agora aplicado a uma categoria especulativa da economia colocava em risco o abastecimento das cidades, fazendo com que se tornassem cada vez menos auto-suficientes e conseqüentemente afetando as formas de manutenção da vida dos antigos produtores. Na mesma medida em que a colocava cada vez mais nas mãos de uma pequena parte da população. E este era só um dos pontos, havia também as questões relacionadas ao impacto causado ao patrimônio histórico e ambiental e a necessidade de constituir leis de preservação a nível estadual e federal.

O afastamento do pescador artesanal com a abertura do "Canal da Vergonha", provocou uma inflexão dos representantes da comunidade a resistir aos sentidos das transformações que ocorriam. Ela se intensificou a partir dos anos 80 e durante os anos 90, também favorecida pelo contexto de redemocratização e da visibilidade da “nova esquerda” que surgia com a ascensão urbana e ambiental das demandas das classes médias e das camadas populares. Em Itaipu, as consequências das obras da Veplan e do mercado imobiliário, como já ficou claro, impactavam diretamente a vida dos pescadores e o equilíbrio ecológico da fauna e da flora existente nas praias, mangues, brejos, rios e lagoas. As áreas residenciais passaram a

⁸⁸ VEPLAN-Itaipu. O Fluminense, 24 de Julho de 1978

⁸⁹Para a minha surpresa, os anais de 1979 e 1980 não foram encontrados, e o seu responsável me justificou que teriam sido perdidos em uma enchente que alagou o prédio.

aderir ao padrão de vida e as expectativas da nova classe média que passou a habitar a região, e as praias assim como Itaipu foram pouco a pouco preenchidas em suas margens com cadeiras, mesas de bares e de banhistas.⁹⁰

Os pescadores que conseguiram permanecer na praia de Itaipu percebiam em seu cotidiano não só as referências das formas das suas tradições, mas também outras dimensões que passaram a se projetar, constituindo novos os sentidos para as ações. E isso se refletia entre a calma dos dias de semana em que poderiam exercer suas atividades de pesca artesanal com mais tranquilidade. A praia vazia permitia a continuidade das suas atividades. Aos fins de semana a areia era ocupada por banhistas, cadeiras e mesas de praia. O contraste desses dias parecia definir um novo contorno ao seu cotidiano. E nos fins de semana alguns dos pescadores começavam a trabalhar nos bares, onde se desenvolveu um comércio cada vez mais rentável de comercialização de frutos do mar.⁹¹ Alguns deles utilizavam suas embarcações para levar aperitivos aos donos das lanchas que atracavam na beira da praia. Função que era ocupada não só pelos pescadores, mas também por trabalhadores que vinham morar na região buscando oportunidades de melhoria de vida. Outros pescadores achavam uma alternativa para complementar a renda dentro de suas casas trabalhando nos condomínios que surgiam cada vez mais rápido na região como porteiros, em obras como pedreiros ou com jardinagem. Os contornos de Itaipu pareciam cada vez mais adequados aos interesses e o padrão de vida de um novo bairro de classe média.

No processo de redemocratização da sociedade brasileira, na segunda metade dos anos 1980, se consolidaram os núcleos urbanos já gentrificados, cresciam também as pautas pela preservação ambiental, com a formação de Parques Estaduais, assim como algumas minorias se inseriram no debate mais amplo pela reivindicação de direitos, formando núcleos e associações de moradores. Em Itaipu esses elementos se sintetizam na criação da Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu - ALPAPI por Seu Chico, em 1985. Nesse momento o movimento ambientalista de Niterói estava organizado realizando manifestações e reivindicações da construção do Parque Estadual da Serra da Tiririca - PESET, entidade fundada em 1992⁹² buscando a preservação do equilíbrio ecológico das áreas que estavam ameaçadas pelo crescimento urbano desordenado. Os principais envolvidos eram membros da classe média urbana⁹³. O diálogo entre essas duas perspectivas sobre a natureza era bem

⁹⁰ DE Itaipu à Camboinhas, os novos rumos O Fluminense 25 de Janeiro de 1980

⁹¹ VENDEDORES do mar percorrem de bote praias de Niterói” Jornal do Brasil 1986 “GARÇOM de Itaipu servem bebidas a bordo” Jornal do Brasil 30 de Março de 1986

⁹² Lei Estadual 1 901 de 29 de novembro de 1991

⁹³ Para saber mais sobre o movimento ambientalista de Niterói cf. GUSMÃO, Cainã. 2018.

possível. Uma retirava do meio o seu sustento e tinha sobre ela a construção de uma identidade própria articulada ao meio de vida que reproduzia sobre as determinações naturais, onde era equidistante a posição do homem e a natureza. A segunda, buscando se aproximar da natureza, vista como um conceito, onde a sua vivência não produzia uma relação equidistante entre ela e o homem. O ideal de preservação da natureza tinha como um dos seus principais pilares a atenção aos aspectos paisagísticos e a vivência da natureza como um lazer.

De todo modo, esses e outros aspectos da urbanização de Niterói estruturados de modo crítico e discutidos como textos cotejados às entrevistas e outras fontes durante o segundo capítulo ainda devem ser considerados como uma abertura inicial à produção de uma pesquisa futura. O capítulo tem a pretensão de aplicar uma visão heurística sobre o tema, pela lógica da descoberta através da investigação da consciência histórica. Aplicando a ela um ponto de partida, que circula e se aproxima concentricamente dessa consciência, até que ela possa ser aparecer como evidência de um sentido do tempo histórico a qual pertence.

3 Aqui é Itaipu? Narrativas públicas das incertezas dos pescadores locais

Neste terceiro queremos acolher os sujeitos dessa história no interior de uma escuta sensível e reflexiva, que reconhece em suas narrativas um lugar e um esforço humano para existir⁹⁴. Em Itaipu e através das narrativas dos representantes de sua comunidade de pescadores, buscarei alcançar uma relação positiva entre a memória e a historiografia. Deste modo o realce da qualidade das fontes trabalhadas neste capítulo busca inscrever em seu interior uma tarefa crítico-metodológica. Tendo em vista as atuais limitações para o desenvolvimento das reflexões desta pesquisa.

As páginas seguintes seguem divididas em três partes que se preenchem das narrativas de três pescadores. E é através delas que julgo oferecer um sentido a história de Itaipu. Isto é, na medida em que a interpretação sobre um tempo vivido e cotidiano atravessa a realização de sentido do fazer historiológico e historiográfico, momento em que na apreensão de sentido desse tempo vivido alinhada ao ato da lembrar/narrar produz e expressa sua historicidade. Este efeito poderá ser melhor compreendido em Itaipu-Memórias⁹⁵ curta-metragem que ofereço como uma segunda parte deste terceiro capítulo. Neste pequeno documentário o Mestre de Arrasto Robson Dutra, Robinho, narra as diversas faces da tradição da pesca de Itaipu, seus dramas sociais e as suas dinâmicas internas, constituindo significados próprios à sua história de vida, a história da comunidade, de Itaipu e em certo ponto do Brasil.

3.1 Uma interpretação possível: Itaipu é uma praia só!

Chegamos ao momento interpretativo da dissertação. O recurso metodológico inicial, dessa dupla abordagem, crítica-metodológica, nos apresenta de modo descritivo o que podemos chamar de “perspectivas do tempo”. No espaço ampliado da realização explicativa da grande história, abre-se à compreensão das experiências do tempo nas perspectivas locais, das culturas humanas. De acordo com o que foi exposto, com evidências, há relações entre ambas. Na qual, um fenômeno histórico, amplamente considerado, como a urbanização de uma cidade, no contexto e ao longo do tempo em que se produz, tem implicações objetivas e subjetivas sobre a forma como se experimenta o tempo da vida cotidiana. No caso da história da expansão urbana de Niterói a transformação incerta e conflituosa do espaço da cidade, é representada na forma como comunidades tradicionais passam a experimentar o tempo e descrever de um ponto de vista simbólico a sua identidade.

⁹⁴ Jean Grondin Op. cit 2015. 31

⁹⁵O curta metragem pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=ozcDLVVOk5Q>

Mas como provamos isso? Como faremos desse fenômeno “uma descrição bruta do aparecer do tempo”? (Husserl apud Ricoeur, (1905-1918), 2001). E o que isso nos diz sobre as formas possíveis de experienciar o tempo histórico contemporâneo?

Nesta linha, a busca de uma fundamentação filosófica da prática da História Oral, parte do pressuposto fenomenológico-hermenêutico de que, para a faculdade da sensibilidade, o tempo subjetivo - *sentido* - é suscetível de ser apreendido e expresso, em termos de categorias de pensamento - *simultaneidade ou sucessão* - que marcam distâncias temporais (Ricoeur, 2001. p. 121). Deve-se então estabelecer um corte epistemológico entre o que é *dito* e aquilo sobre o que se *diz*. Entre o narrador e aquilo que é narrado, nomeadamente sendo esse um critério de distinção entre o que é um objeto do presente e um objeto do passado no ato de configuração da narrativa. A figuração da experiência do tempo é o ato fundante. Da série de figurações sensíveis, abrem-se as condições de possibilidade para a configuração de um *sentido* histórico ao que já passou no narrado e a sua interpretação.

No narrado fica mais evidente a aproximação do *sentido* histórico com a cultura:

Com a experiência desafiadora da contingência e a necessidade de interpretar culturalmente o tempo, o ser humano desprende-se da natureza e se afirma como um ser de cultura num relacionamento interpretativo com ela. Simbolizando e pensando, ele transcende os fundamentos naturais no decurso temporal de sua vida e lhes acrescenta um significado cultural sem o qual ele não pode viver. Com o auxílio de sua interpretação do tempo, ele afirma a si-mesmo, suas faculdades intelectuais e subjetividade, no relacionamento com a natureza, inclusive sua própria natureza. A cultura do ser humano está instalada no lapso de tempo, de sua conduta de vida que ele precisa preencher interpretativamente. (Rüsen, 2014. p. 260)

Cabe ao historiador o ato de interpretar criativamente. E no caso do historiador público compreender ainda como ele pertence àquele mundo. E é propriamente o ato configurante da narração que oferece a via de acesso ao historiador. Esta via é dialógica, e implica em um exercício de interpretação por comunicação e alteridade. Um encontro entre o historiador e a testemunha da história lembrada. Por sua vez, nada, absolutamente nada, garante ao primeiro uma posição de autoridade de juízo sobre a história contada. A não ser dentro dos limites da própria investigação. Isso faz da História Oral, primordialmente, a um só tempo, uma técnica dialógica e uma arte de escuta que deve ver o “lugar e o significado do evento dentro da vida dos narradores” (Portelli, 2016. p. 12).

Entre a escuta do historiador e a narração da testemunha está imerso o que é narrado/lembrado como significado do passado e as inúmeras *possibilidades expressivas* de se narrar/lembrar. A contribuição e autoridade historiográfica está em oferecer à oralidade uma exposição ao pano de fundo ampliado. É a partir dessas *possibilidades expressivas* que se pode identificar a existência, nesse pano de fundo, de uma determinada comunidade que compartilha

os mesmos significados históricos sobre eventos do passado lembrado. As *possibilidades expressivas* da narração, cujo trabalho de investigação histórica deve explicar, demonstram que o tempo histórico aparece, segundo Portelli, como: “Uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda mais coerente, não só com o conhecimento das subjetividades mas também com a realidade objetiva dos fatos” (Portelli, 1996. p. 72). O grande desafio desta investigação, é, portanto, dar coerência, através das evidências das experiências de tempo, na relação mantida entre as subjetividades e a realidade objetiva dos fatos históricos.

A compreensão é o reconhecimento entre o historiador e o narrador, e de ambos, com o destino do texto. Que é o leitor-ouvinte. Ora, para quem mas se escreve e se conta história? A explicação apresenta as questões, organiza as peças no tabuleiro. Sugere ao leitor o imponderável, o micro e o macro, convida a fazer parte da investigação, aproxima pouco a pouco as escalas do espaço habitado às dimensões do tempo vivido. Exerce a tarefa crítica de explicar o recurso às fontes documentais; e convida a compreender um vivo testemunho, que é história e diz a sua história.

*

Falar de Robinho é também falar de um amigo. O conheci na praia de Itaipu em 2017, quando comecei a realizar um trabalho de campo junto à Companhia da Canoa Catuaba. Pescaria de Arrasto, de propriedade Mauro de Souza Freitas, o Maurinho. Primo-sobrinho de Robinho por parte de mãe. No qual ele, Robinho era, na época, o Mestre. Atualmente, Robinho trabalha como segurança em um condomínio de luxo em Itacoatiara.

Seu avô materno era Seu Neneco Gordo, Mestre de Arrasto. Lembrado em Itaipu por ser um dos fundadores da Colônia Z-7 de Itaipu, em 1922. Robinho, nascido em 12/5/1969, Com cerca de 20 anos em 1990, recorrentemente me contava, durante e ao longo dos dias de pescaria, como era e como devia se “*saber-fazer* a pescaria de Itaipu”. Sua disposição para me contar sobre o seu passado brotava espontaneamente durante o ato da puxada do Arrastão. Um peixe, um gesto, um nome, era suficiente para desencadear suas lembranças, seu prazer de viver a tradição, as glórias do seu passado. Também lamenta, como quem diz “isso já se foi”, hoje “não é mais assim”.

No dia 27/2/2018, por volta das 10 horas, de um dia chuvoso, na beira da praia, perguntei a Robinho sobre sua infância na beira da praia, ele me disse:

- A pesca da Tainha foi o que eu peguei pequeno. A pesca da Tainha era tradição aqui. Hoje não tem mais o pescado. Não tem mais a Tainha e também não tem mais o pescador para a Tainha. Não tem o instrumento adequado. O que eu digo que seja o instrumento adequado? É uma canoa maior do que essa que está aqui atrás. Na pesca da Tainha a gente precisa de um determinado

número de pescadores com prática. Hoje não. Hoje qualquer um entre aqui, sobe numa canoa dessas. Qualquer um entre aspas. Pode ser um Aprendiz. A gente tem que ter o cara que é o vigia, é o olheiro, ele *ficava* lá embaixo, em Camboinhas. Na verdade, a gente fala Camboinhas, mas isso era uma praia só, né? Camboinhas e Itaipu era uma praia só. *Não existe* Camboinhas e Itaipu. Para o pescador isso é uma praia só.

É necessário operar o corte epistemológico. O ato por Robinho dito - Para o pescador isso é uma praia só. De imediato acusa a transformação, e admite a chegada do novo. Que forja no fundo da narrativa um “se foi”, como se quisesse dizer “não é mais”. O passado da tradição aos poucos se esvai do presente. O narrador evidencia a relação dos projetos de expansão urbana da cidade de Niterói com a forma da constituição das memórias sobre o lugar, Itaipu. Há nessa relação um contato, que se expressa como necessidade de lembrar. O dever de memória, um nível ético-político, em que traz à tona a moral do seu discurso.

A moral do discurso visa fazer valer a legitimidade do tempo da tradição. Ao fazer isso ele expressa e age com uma memória crítica à *sucessão* dos acontecimentos históricos, num sentido que envolve toda a sua comunidade. Ele narra como ocorreu essa transformação:

- Na década de 1970 foi aberto um canal aqui na praia de Itaipu, que tinha uma extensão de 3.700 metros no total. Hoje a praia de Itaipu ficou resumida a 700 metros. Mas por que a gente diz que Itaipu é uma praia só? O que dividiu a praia, não sei, algumas pessoas falam sobre a divisão do rico do pobre; enfim ou a especulação imobiliária, cada um fala uma coisa e a gente não sabe a fundo. Eu sei que cada um tem a sua opinião. A minha opinião é: a causa foi a especulação imobiliária. Fizeram esse canal ai na praia de Itaipu que hoje é uma praia dividida. Tanto é que o loteamento para o outro lado é denominado Camboinhas e do lado de cá ficou Itaipu. Por intermédio de que? Através de que? Por uma empresa que chegou aí, tirou os pescadores que lá residiam e fez um loteamento.

Assim ele expressa a sucessão dos acontecimentos entre as gerações no cotidiano da beira da praia. Como ruptura, a presença de um lugar novo, fragmentado e de incerteza que se projeta “que chegou aí”. A necessidade moral de se reconhecer o pescador de Itaipu é justificada por ele através da forma cultural de ver a praia, como *uma mesma praia*. Ela é:

- Do canto de Itaipu, sentido Piratininga: Porto Pequeno, Porto Grande, onde é o canal, era o Lanço da Coroa, depois da coroa, vem a Volta, Areia Preta, Malha, Caminho Grande e Pegador. Ai sim vem, Popa do Navio, que é esse navio que denominou Camboinhas, o nome do navio encalhado, lá na década de 50. Se não me falha a memória. O nome do navio é Camboinhas. Por isso ficou denominado aquela área ali de Camboinhas... Depois vem, Caminho das Moças, Monte de Areia e Canto. Essas são as demarcações conhecidas pelo pescador.

Sua fala descreve, com pontos de sucessão, a chegada da companhia imobiliária, a abertura do Canal de Itaipu e o navio Camboinhas. Navio que deu nome a um novo bairro de classe alta na cidade de Niterói. Acontecimentos que estavam em curso como parte de projetos de expansão urbana, que transformaram Niterói em uma “Cidade Nova”.

A referência cruzada entre o tradicional e a chegada do novo, fragmenta o lugar e os acontecimentos, o espaço e o tempo. Razão das incertezas do presente do narrador. O sentido de continuidade do passado no presente da sua narrativa, quer dizer “*é uma praia só*”, com isso há uma releitura do lugar e do sentido da história da sua comunidade.

- Então quando a gente diz que Itaipu é uma praia só, a gente conhece e reconhece Itaipu como uma coisa só. Os novatos, as pessoas que estão chegando, hoje talvez não saibam disso, entendeu? Mas para o pescador, para a cria de Itaipu, isso aqui sempre foi uma coisa só. E com certeza foi a especulação imobiliária que fez com que essa divisão acontecesse.

Este trecho amarra as ideias. Por intermédio do advérbio *quando* se preenche o presente do que é dito, contado, no tempo. Indeterminado, o *quando* faz uma referência de segundo grau ao passado, sobre o qual se diz, de uma forma crítica, como se ainda quisesse dizer “é assim que se diz”. Diz para o presente que Itaipu é uma praia só, sabendo incertamente se aqui é Itaipu, no passado ou se hoje deixou de ser. Transformou-se de um *mesmo* lugar em *outro*. O *quando* oferece o sentido temporal da narrativa que reivindica o sentido temporal a quem narra, e conta sobre um tempo a se “*conhecer*” e “*reconhecer*” em Itaipu. A dúvida sobre Itaipu aponta a presença de uma simultaneidade na história. O tempo dos eventos que contorna a duração da memória, oferece um contexto, que preenche de sentido a narrativa do pescador. Expressão e evidência da experiência do tempo da vida, que se sintetiza de um ponto de vista histórico. Do histórico se dá a tomada de consciência moral sobre o que se diz, se conta no tempo narrativo, que revela que os seus sentidos estão inscritos, visíveis, nas práticas, atravessamentos e representações que expressam a cultura. É ponto de contato, como afirma Estevão de Rezende Martins, no contraste entre a experiência do passado e do presente que o sentido surge na tomada de consciência de si, temporalmente, como sujeito pensante do seu meio socio-cultural. A narrativa corresponde à constituição dessa consciência histórica no aparecimento e recobrimento da identidade do tempo da vida, que transita das expressões da ação do indivíduo para a comunidade e a cultura. É uma virada da hermenêutica ontológica sobre a fenomenologia do sentido da ação, que atinge a cultura como expressão dos sentidos para dizer sobre as identidades das vivências do tempo.

O que leva Robinho a deixar a praia e ir aonde é o mestre da tradição para ir trabalhar como segurança de um condomínio de luxo? Entre a chegada do novo permeado pela modernidade em escala global, do tempo do trabalho formal, e a vida tradicional, há uma experiência cotidiana anômala, fragmentada e difícil de se lidar. Evidência de que as condições materiais do porvir do presente e as relações com o que passou do passado, muitas vezes são

incoerentes e se contradizem na ação. São difíceis de digerir, mas nem por isso menos vivas e verdadeiras.

Ao interpretar as narrativas é exigido considerar como a linguagem possibilita a realização de uma intenção de significação correspondente a um olhar sobre o mundo vivido, ao qual decorrem os seus processos. Acrescenta-se que este ato de narrar ao intencionar atingir e compreender o mundo coloca-se em relação a algo que constitui a sua referência objetiva, produzindo com isso o seu efeito de sentido. A relação estabelecida nos recursos da linguagem narrativa, a ação entre um tempo cósmico objetivo reinscrito e recoberto pelo tempo fenomenológico e imanente, torna significativa a presença desse terceiro tempo, ao qual o caracterizamos na esteira da fenomenologia-hermenêutica o tempo histórico⁹⁶. Com adequação destas dimensões, as ações e as narrativas articulam uma obra de síntese em que o *tempo humano vivido como sentido* é assumido como um modo de pensar historicamente, isto é, nossa ontologia da consciência histórica fundada no “o que se passou”.⁹⁷ Que funda a comunidade na subjetivação das ações e relações com o lugar habitado. Que já é público. Que constitui o que José Carlos Sebe Bom Meihy estabeleceu como uma mônada para o trabalho em História Oral, a “Comunidade de Sentidos”. Com isso, o olhar desta pesquisa se dirige à sensibilidade dessa consciência histórica, o que é propriamente realizado em meio a vivência de um tempo público no cotidiano dos pescadores de Itaipu.

Com base em uma teoria do texto de propriedade da fenomenologia-hermenêutica ricoeuriana ficam em evidência as vias críticas que possibilitam o acesso a como essa relação se expressa no conteúdo das narrativas, e assim sustentam a metodologia e a tarefa de interpretação. Nossa escuta ao mundo narrado da pesca tradicional de Itaipu se sustenta nas relações amplas com outras escalas de acontecimentos⁹⁸, reconhecendo assim os seus sentidos sobre como existir nessa comunidade e como a história existe enquanto está comunidade intersubjetiva superior que se identifica como “de Itaipu”.

A Micro-História, como uma obra de síntese, acessa os discursos que são passíveis de serem postos em análise, depurando assim suas propriedades temporais, as historicidades e os sentidos que por ela são desvelados.⁹⁹ Com isso a relação entre a memória, oralidade e

⁹⁶ RÜSEN. *Jorn. Cultura faz Sentido. Orientações entre o ontem e o amanhã*. Cap 4. Petrópolis-RJ. Vozes. 2018.

⁹⁷ RICOEUR. Paul. *Tempo e Narrativa*. vI & v III. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010.

⁹⁸ Sobre a relação entre os jogos de escala e as perspectivas históricas cf. Jacques.Revel. *Op.cit* 2010 p.434-444.

⁹⁹ O comentário de Fûmero é essencial “O texto é muito mais que um caso de comunicação humana, é o paradigma da comunicação da distanciação; nesse sentido, revela caráter fundamental da historicidade mesma da vivência humana, a saber que é uma comunicação *em e pela* distância.” e segue à frente “Nessa fenomenologia do discurso não se revela apenas um mundo, mas também se descobre outra alteridade, ou melhor, um interlocutor ao qual o

interpretação orientam essas reflexões junto à *via longa*¹⁰⁰ dessa fenomenologia-hermenêutica *ricoeuriana* que torna acessível o modo como as narrativas dos pescadores se configuram e expressam as variedades das suas experiências, ações e produzem textos sobre a vida e as vivências que perpassam a identidade da narrativa histórica. Através do sentido das narrativas se re-apresentam o passado como parte das vivências que elaboram os sentidos do agir, compreendendo as suas transformações. Tais transformações no seu tempo presente revelam algumas das dinâmicas que tangenciam as suas narrativas que identificam o público¹⁰¹ e permitem um aprofundamento concêntrico nas trajetórias, vivências históricas e cotidianas desses sujeitos, na medida em que são significadas nos contornos específicos produzidos e assumidos nessas experiências como parte no porvir das suas tradições, do tempo que passou.

A partir deste fator será possível identificar alguns critérios para o agenciamento dos *usos passado*¹⁰². Isto é, enquanto os *usos do passado* se configuraram em *narrativas públicas* na disposição do ato de narrar. Trata-se, portanto, da transmissão e assimilação de uma experiência reveladora de si que tem como referência um quadro comunicativo e de relação com *o outro*. Estabelecendo a intersubjetivação das ações e narrações sobre o lugar. Expressando no uso o seu sentido como parte de uma identidade que o torna “*um mesmo*” lugar para a comunidade. Essas narrativas articulam os conteúdos simbólicos e representativos da lembrança como parte da expressão sempre presente das formas atribuídas à experiência e ações. Indicando que o *tempo histórico é vivido como sentido*. Considera-se que tais *usos do passado* são pontos de articulação das identidades narrativas¹⁰³ que tomam nova forma de consciência histórica, na agência de um posicionamento reivindicativo associado, que pode ser revelado hoje no ato de defesa da *cultura e tradicionalidade* da pesca, formando as demandas socioambientais da comunidade – forjadas nas condições de relação postas nas suas experiências do tempo presente que é novo, moderno, acelerado, incerto, difícil, fragmentado, anômalo.

discurso está dirigido. Neste sentido o acontecimento temporal é um intercâmbio ou estabelecimento do diálogo que pode prolongar-se ou interromper-se.” FÚMERO. 2018. p. 120-123

¹⁰⁰ “São estas questões, ao mesmo tempo, epistemológicas, metodológicas e linguísticas que a *via longa* da hermenêutica recomendada por Ricoeur aborda resolutamente.” GRODIN. Jean. Paul Ricoeur. São Paulo. Edições Loyola 2015

¹⁰¹ ALMEIDA. Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

¹⁰² VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da (orgs.). Tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro: FGV, 2012, 198 p.

¹⁰³ Para se refletir o conteúdo das experiências identitárias. Cf. RICOEUR 2010. Para saber mais cf. ANDRADE. Abrahão Costa. Si mesmo como história- ensaios sobre identidade narrativa. São Paulo. Edições Loyola. 2014.

Neste horizonte é possível se encontrar com as mesmas constatações do sentido catalisador presente na relação entre memória individual e comunidade na interpretação histórica tal como é sugerido no Manual de História Oral do professor José Carlos Sebe Bom Meihy. Essa relação é fundante das *comunidades de sentido* e dizem respeito:

A inclusão de histórias e versões mantidas por seguimentos populacionais antes silenciados, por vários motivos, ou que tenham interpretações próprias, variadas e não-oficiais, de acontecimentos que se manifestam na sociedade contemporânea.¹⁰⁴

Deste modo, em acordo com os princípios metodológicos da História Oral de vida e temática, foram realizadas entrevistas com sujeitos históricos autoidentificados como Pescadores de Itaipu. O que se observou com a produção da documentação em áudio/vídeo realizadas são diferentes disposições do ato de narrar os eventos ocorridos, compreendidos no recorte temporal das problematizações. Foi possível identificar inicialmente duas gerações de pescadores, uma a que se referiam como a mais habilitada a falar da *Pesca de Arrasto de Itaipu* e da *Época da tainha*, antes da década de 1970, e outra que se colocava a narrar as transformações e eventos posteriores onde estas épocas se recobrem como o seu passado histórico. Existe entre seus membros uma distensão no tempo que impele suas narrativas de um modo comum, incorporando diferentes dimensões da *memória individual* à *memória coletiva* para refletir sobre o cotidiano de suas tradições, nos oferecendo uma *mélange* da sua história de vida com um referencial temático, cristalizada no fato de ao narrar suas trajetórias se identificarem hoje como “pescadores tradicionais de Itaipu” ou “pescadores profissionais artesanais tradicionais de Itaipu”. Todos estes aspectos correspondem à forma como se produziu as entrevistas de História Oral, fundamentada na perspectiva dialógica, onde reflete epistemologicamente¹⁰⁵ o fenômeno da oralidade e a sua expressão do tempo humano

Traçando um quadro de análise das transformações ocorridas na região e seus desdobramentos na perspectiva dos representantes a comunidade se viu diante de um deslocamento brusco que alterou as dinâmicas do cotidiano. Algo que se refletiu na própria organização da pescaria. Bruno Mibielli, põe em evidência tal processo ao apontar para a inversão dos prognósticos associados ao tempo da pesca nessa comunidade em Itaipu. Em seus apontamentos constata-se que o *inverno* perdia a importância e o *verão* passava a ser a época do ano onde as expectativas de ganho na pesca eram maiores. Justificada por Mestre Cambuci

¹⁰⁴ BOM MEIHY. José Carlos Sebe. Manual de História Oral. São Paulo. Edições Loyola 1996.p. 9.

¹⁰⁵ A principal lição tomada deste texto se descreve nas reflexões de Alessandro Portelli: “No plano do textual a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade e abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas” para saber mais cf. .PORTELLI. Alessandro. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, vol 1, n.º 2, 1996, p. 59-72

como o momento marcado pelo “sumiço da tainha”. Naquele momento, em 2004, as pescarias individuais superaram em número as organizações coletivas representadas pelas *Campanhas de Arrasto*. Onde a segunda também era o principal meio de constituição da identidade de pescador de Itaipu, estabelecendo referências ao passado pela figura dos seus mestres. As mudanças pareciam incidir então sob um aspecto cada vez mais íntimo à comunidade. Nesse sentido, é possível considerar a existência de um processo de aceleração das dinâmicas de relação com o cotidiano, que coloca a comunidade de pescadores de Itaipu à margem de uma manifestação regional do processo de globalização vivido pela sociedade contemporânea de um modo geral?

O fato é que alguns pescadores, talvez motivados pela maior facilidade oferecida pelos petrechos industriais que se inserem, e pela possibilidade de ganhos individuais, foram progressivamente migrando para a pescaria mais individualizada denominada Emalhe. Outro elemento que pode ter sido determinante é que ela permite uma maior flexibilidade na relação dos pescadores com o mar, o espaço da praia e outros trabalhos que pratiquem durante o dia. Tudo indica que com o contraste dessas dinâmicas também revela a distinção de regimes¹⁰⁶ da forma de se experimentar o tempo. Assim voltemos à expressão narrativa dessas mudanças:

- A pesca da Tainha foi o que eu peguei pequeno. A pesca da Tainha era tradição aqui, hoje não tem mais o pescado. Não tem mais a Tainha e também não tem mais o pescador para a Tainha. Não tem o aparelho adequado, o que eu digo que seja o aparelho adequado, é uma canoa maior do que essa está aqui. Na pesca da Tainha a gente precisa de um determinado número de pescadores com prática. [...] A gente tem que ter o cara que é o vigia, é o olheiro, ele fica lá em baixo em Camboinhas. Na verdade a gente fala em Camboinhas, mas isso aqui era uma praia só né? Camboinhas e Itaipu é uma praia só. Não existem Camboinhas e Itaipu, para o pescador isso aqui é uma praia só.[...]. É, era o pescado do inverno era a tainha, hoje não, a pescaria de arrasto, a pesca de lanço que é o lanço a sorte, por isso tem o nome de lanço, ela hoje é o ano todo. Pelas dificuldades pela escassez da Tainha então a gente vai o ano todo com essa pesca de lanço a sorte. Mas antigamente não. Esperava chegar em maio, abril pra gente pescar até agosto. Aí ficava focado só na Tainha.

A sua intenção presente incorpora a dimensão do tempo estruturada no arrasto como referência para justificar as transformações, como a ausência do pescador e da Tainha e as suas causas, compondo assim parte fundamental da sua identidade narrativa. Causas que também se revelam em alterações significativas¹⁰⁷ dentro da dinâmica do Arrasto, pela ausência do “vigia” na modalidade de Cerco. A distinção por contraste não só funda as relações entre as referências

¹⁰⁶Sobre a percepção subjetiva da experiência do tempo e a sua cristalização como regimes cf: GELL. Alfred. A Antropologia do Tempo: construções culturais de mapas e imagens temporais. Petrópolis. Vozes. 2014

¹⁰⁷Sobre as “ressignificações da pesca em Itaipu” cf. Bruno Mibielli Op.cit. 2004

do que passou e a enunciação intempestiva do presente, mas também as delimitam como são vistas como partes compostas de um mesmo porvir histórico.

3.2 As incertezas em Itaipu: território, cotidiano e demandas socioambientais

Jairo é uma das principais lideranças políticas da comunidade, conselheiro da associação de moradores e da reserva extrativista marinha de Itaipu ao lado de Seu Chico. Ele possui uma única embarcação, que pesca no Emalhe. O contato mantido com ele se dava tanto no espaço da praia quanto nas reuniões do conselho da RESEX-Itaipu. Ao iniciar a entrevista não foi preciso lhe fazer pergunta alguma, e ele seguiu com a sua narrativa de um modo espontâneo. Falou continuamente durante vinte minutos sobre a situação da pesca e da tradição em Itaipu. Um dos seus pontos centrais envolvia principalmente as questões dos recursos naturais do território pesqueiro e os conflitos, sempre insistindo que este era o melhor tema para se falar. Seu argumento também abordava a questão do beneficiamento dos “*pequenos produtores*” e da “*segurança alimentar*” que mantém como um dos principais vínculos pesca artesanal com a dimensão econômica a qual se insere atualmente. Apesar de não pescar no *Arrasto*, Jairo reconhece, assim como os demais pescadores, que esta modalidade é o maior símbolo da tradição da pesca artesanal de Itaipu. Uma das principais máximas que pude constatar durante o campo é a sua afirmativa de que *meio ambiente não é só o peixe*. Algo que cristalizou o sentido do seu posicionamento no presente, a justificar os vínculos com a sua trajetória e a continuidade de sua tradição sob o prisma dos *conflitos socioambientais*. Surge novamente algo de interessante quando percebemos a relação das transformações ocorridas com o sentido que as narrativas expressam na sua correspondência com a dimensão do tempo vivido. E como uma se insere na outra, lhe dando um novo sentido de acordo com o contexto compartilhado, enunciados tanto na ação quanto na narrativa. Modifica progressivamente os padrões de formação da memória como parte fundamental da constituição da comunidade de pescadores.

- Meu nome é Jairo Augusto da Silva sou pescador artesanal, sou tradicional da praia de Itaipu. Família tradicional. E hoje eu ocupo o cargo de conselheiro da Reserva Extrativista, que foi implantada em 2013 pelo Estado em função de proteger o recurso natural e a cultura. A cultura e a tradicionalidade do pescador. E no momento a gente está devido aos conflitos socioambientais ocorridos no nosso território pesqueiro nós pleiteamos a Reserva Extrativista em função de proteger e amenizar os conflitos aqui existentes. Porque desde a década de 1970 a gente começou a conflitar com a empresa imobiliária o empreendimento imobiliário e com a produção do petróleo brasileiro, e a pesca industrial e todo o crescimento de grande impacto. E a gente analisou que a Reserva Extrativista Marinha seria uma forma que abrange mais a pesca artesanal com seus direitos socioambientais que a gente tanto necessita. Que é a proteção do

recurso natural e a manutenção da cultura e do modo de vida e a questão fundiária, e a organização fundiária dessa comunidade pesqueira.

Jairo faz parte da mesma geração que Robson Dutra e assim como ele ao narrar se situa em meio às suas tradições associando o seu posicionamento à sua identidade coletiva como pescador artesanal e tradicional. Existe aí então a possibilidade de identificar a perspectiva que assumem sobre as relações do cotidiano. Um cotidiano que encontra novos contornos. A sua vivência enquanto sujeito, parte das referências significativas para ações estabelecidas pela comunidade. Mas esse circuito de informações compartilhado pela tradição parece não oferecer meios suficientes para explicar o sentido das transformações que passaram a ocorrer nas últimas 3 décadas. Legitimava o seu posicionamento de um modo específico enquanto membro da comunidade de pescadores, no momento em que sua postura representava não só a si enquanto parte daquela tradição, mas a uma trajetória que se confundia com a da categoria de pescadores artesanais de um modo mais abrangente. Onde o aspecto de liderança excedia os limites físicos da sua comunidade.

Crítico ele articula e relaciona os elementos da sua tradição para se situar e justificar sua perspectiva. Associando uma causalidade com o desenvolvimento urbano da região representado pela especulação imobiliária, e disputas pelos recursos naturais. Onde a preservação dos mesmos se alinha à preservação da sua cultura. Diante disso poderíamos considerar que seu posicionamento expressa uma forma específica de ler a natureza e a sua historicidade? De outro modo, quais as relações entre esses elementos naturais e a sua cultura permitem compreender o sentido que atribuem à sua própria história? De certas estas questões excedem os limites dessa breve exposição. Contudo é possível apresentar algumas considerações preliminares que se direcionam a forma como Jairo visualiza garantir a continuidade da “*cultura e a tradicionalidade do pescador*”, como parte de *demandas socioambientais*. É possível, se seguirmos refletindo de acordo com as considerações até aqui colocadas, cogitar uma correspondência da aceleração do seu cotidiano a uma institucionalização dessas relações tradicionais com a natureza?

3.3 Tempo de incertezas, consciência moderna, “bem dizer” e o sentido do cotidiano

O convívio construído junto à comunidade de pescadores artesanais de Itaipu se deu por intermédio de Mauro de Souza Freitas. Durante o trabalho de campo junto a sua *Campanha de Arrasto*, que se deu mais intensamente entre os meses de outubro de 2017 e Março de 2018. Nas dinâmicas construídas naquele cotidiano encontram-se situadas as principais reflexões. Um deles era que Maurinho não se expressava do mesmo modo tanto nas entrevistas, quanto

nos dias em que participava da reunião da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu. Onde é conselheiro e representante da modalidade de Arrasto.¹⁰⁸ Além de pescar no Arrasto, Maurinho também é dono de duas baleeiras e pesca de rede de emalhe, junto a mais um ajudante que também é membro de sua campanha de arrasto. Para refletir sobre essa situação é necessário ter como exemplo a seguinte passagem:

- Na minha infância a praia era uma praia que não tinha desenvolvimento. Era uma praia, *bem dizer*, que não tinha desenvolvimento imobiliário. Era, *bem dizer*, restinga, era mato, não tinha poluição, não tinha muitas luzes na praia porque a luz forte atrapalha muito os peixes. Ai não tinha muitas luzes na praia, não tinha poluição e não tinha muito barco industrial. Ai, *bem dizer*, a pesca era muito boa, nada atrapalhava a gente nessa época. Aí dava muito peixe.

Como já vimos, a percepção do tempo se expressa no sentido de as definições mobilizadas durante o ato narrar. Assim, para Maurinho, a descrição do cotidiano vivido na praia surge, naturalmente, em comparação com o que ocorria no passado. Apontando também as principais causas para as mudanças. Expressando em um outro modo de dizer, bem dizendo, falando através da presença das instituições, que são contrastadas à dinâmica da prática de pesca. E ambas agem como marcos delimitadores do seu posicionamento reflexivo. De modo semelhante como ocorre com Robinho, em que o uso do passado pressupõe o conhecimento e reconhecimento de algo. De uma dinâmica própria que dê sentido às ações desenvolvidas no cotidiano, que se reflete na disposição dos elementos significativos, e se realiza em torno deles na própria experiência.

A manifestação dos elementos do vocabulário que caracterizam a sua fala nos termos do “*bem dizer*” surge como um fenômeno que busca uma síntese da forma que sua narrativa deve assumir frente às instituições. Correspondendo às transformações vividas em seu cotidiano. Algo que se manifesta quando pretende superar a ausência dos termos significantes que orientaram a sua fala nesses momentos. Pertencentes à formulação da linguagem institucional, técnica e científica. E mesmo que o conteúdo correspondesse às suas experiências vividas em torno do cotidiano tradicional, Maurinho buscou deixar clara essa mudança de sentido. Modificando a sua forma aparente. Que modifica também o seu próprio posicionamento. Assim, pela sua criatividade, ele articulou dois termos da fala comum para produzir e manifestar uma expressão a sua intenção e sentido narrativo. Fica claro que isso se deu em referência à percepção do outro ao qual ele se dirige.

¹⁰⁸Para mais informações sobre a RESEX-Itaipu e a sua relação com as transformações ocorridas no cotidiano dos pescadores de Itaipu Cf. MENEZES, Allan Sinclair Haynes de. A Reserva Extrativista Marinha de Itaipu: A reificação de uma identidade ligada ao mar. Niterói, 2014. 102p.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O marco inicial apresentado pelos pescadores permitiu considerar diversas dimensões do cotidiano da comunidade de Itaipu, da sua tradição de pesca de arrasto, a relação dos pescadores entre si e com a natureza. Também foi possível dimensionar os impactos causados pelo progresso e modernização regional com as obras da Veplan. Para esses pescadores, três momentos parecem marcar o início das transformações. 1) A chegada da Veplan, às vezes descrita como a “especulação imobiliária” ou o “progresso”. 2) A saída das famílias dos pescadores da beira da praia. 3) A divisão de Itaipu e a criação de Camboinhas com a abertura do canal que passou a ser conhecido como Canal da Vergonha. A postura assumida pelos membros dessa comunidade fez permanecer a percepção de Itaipu como “uma praia só” sintetiza essa relação com a exposição de Robson Dutra ao dizer - “quando a gente fala que Itaipu é uma praia só a gente *conhece* e *reconhece* Itaipu como uma coisa só”.

Com a construção dos acervos de entrevistas, participação efetiva do campo etnográfico, e as demais fontes contextualizou-se os desdobramentos das transformações dentro da tradição da comunidade e da sua percepção do tempo. A partir deles o sentido à experiência do presente expressava um uso do passado indicativo de como os pescadores assimilam novas dinâmicas ao quadro de significação das relações do seu cotidiano, com a comunidade e com a natureza. Tal reflexão nos alinha as considerações de Alessandro Portelli acerca das fontes orais e a memória em a *A filosofia e os fatos*, acrescentando deste modo aos elementos da pesquisa histórica a possibilidade de delinear um *campo de possibilidades expressivas* que são conduzidas ao plano das representações e horizontes de mundo temporalmente vividos onde os elementos da subjetivos se projetam na construção de perspectivas sobre o presente e as suas relações com o passado, que é sintetizada nas palavras do autor:

“A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. [...] É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos.”¹⁰⁹

Das gerações passadas permaneciam as referências da fortaleza do cotidiano que se desenvolvia no fazer da pesca em Itaipu. Essas referências encontravam na figura dos mestres e aos seus saberes um preenchimento de sentido dos passados presentes. Cabe lembrar que

¹⁰⁹ PORTELLI. Alessandro. *A filosofia e os fatos*. Tempo, Rio de Janeiro, Vol.1 n°2, 1996, p.72

este presente quando narrado ganhava profundidade nas relações com o passado sugerindo um ponto de origem cujas movimentações dos pescadores e as dinâmicas da modernização constituíam novos sentidos às margens de Itaipu. Revelando nesse modo de expressão as *condições suficientes* da significação da sua experiência do tempo histórico. Que podem se manifestar de formas diferentes, dependendo do posicionamento e da perspectiva de cada indivíduo dentro da comunidade. Portanto essa relação pode manter referência a padrões de interpretação já estabelecidos ou modificá-los em acordo com as circunstâncias em que se experimenta a transformação.

Juntamente a isso soma-se o fato da aceleração das relações com o cotidiano. Com a construção das ações, da intersubjetividade, da história, do cuidado. Aceleração que se manifesta na vida desses pescadores nos momentos que acumulam dupla jornada, somando à pesca as funções regulares no mercado de trabalho que surge na Região. Percebemos com isso que existe alguma margem de negociação entre a manutenção da tradição e as transformações trazidas pela modernidade capitalista, uma vez que a pesca não é abandonada. Também é possível perceber a existência de consensos que fazem convergir os elementos que são anômalos, mas que podem chegar a ter uma função que permita a reprodução da identidade da comunidade no porvir histórico. Apresentando o contexto em que as transformações se realizam mais nitidamente no tempo alternância das gerações de predecessores e sucessores. Em alguns casos isso pode se apresentar da seguinte maneira: a referência em relação à tradição da pesca fica marcada para a geração mais jovem já descolada da sua vivência efetiva. Ela existe apenas como referência central para a formação do núcleo familiar. A ruptura que produz a individuação da geração mais jovem compreende a transmissão da vivência e dos sentidos de tal cotidiano como uma possibilidade de meio de vida sem que para isso tenha que necessariamente realizá-la. Assim a enunciação da identidade do “Pescador de Itaipu” continua possuindo *sentido*, mas se realiza no presente ao vincular esse indivíduo à uma comunidade, sem que para isso ele tenha que assumi-la.

A distância geracional entre os avôs e os seus netos equivale à existência do elo que permite aproximar e distinguir um arco entre diferentes momentos das características daqueles homens considerados como portadores da tradição do Pescador de Itaipu.

Essa distância geracional também se torna uma referência necessária à delimitação temporal entre os predecessores e os sucessores, não só para a identidade da comunidade bem como para elaborar uma convergência entre o modo de vida e uma justificativa institucional que legitime o seu meio de vida e a sua forma de existência. Sendo esta uma especificidade que se dá na forma de se relacionar e reivindicar direito de usufruir e ter acesso ao território e

exercer assim a cidadania no espaço público, frente à multiplicidade de transformações que são aí vivenciadas. Ao final de nossa investigação buscamos realçar a ideia segundo a qual em suas narrativas a mobilização dos significados são preenchidos na profundidade do saber-fazer cotidiano e da sua relação com a leitura das características naturais da localidade, sendo que através delas se expressam os sentidos de identidade e de História propriamente refletidos na vivência dos interlocutores, e tantos outros enquanto representantes da comunidade de pescadores de Itaipu.

Aqueles que saíram da beira da praia contam com certa melancolia e saudade seus vínculos com as tradições e o cotidiano local. Marcada por uma relação de confluência com as características ambientais de Itaipu. Sônia Seixas Barbosa (2004), em “Identidade Social e Dores da Alma entre Pescadores Artesanais em Itaipu, RJ” demonstrou em uma pesquisa com base em dados do serviço de saúde pública e assistência psicológica que, um número significativo de representantes dessa comunidade foi diagnosticado com ansiedade, depressão, síndrome do pânico e outros tipos de sofrimento psíquico. Fica assim evidente como a acelerada modernização e conseqüente transformação da cidade de Niterói teve efeito direto nas subjetividades, dos corpos, dos tempos e dos lugares existentes na cidade. Nesse processo, o mundo da vida é afetado por incertezas de uma nova dinâmica que se projeta sobre o sentido da duração da experiência cotidiana na localidade

A micro-história ao convidar o leitor a fazer parte da investigação transmite um *sentido* ao tempo histórico. Este tempo quer aparecer e se fazer compreensível através das escalas de abordagem, que dão forma à problemática apresentada, demarcando seus limites na história-conhecimento. Para isso se realizar não há como perder de vista o rigor metodológico no diálogo com os pares e o cuidado com as fontes. Este tipo de narrativa histórica será adequado, tão somente enquanto for compreendida no mundo da vida. Se ela produz conhecimento, torna possível falar em evidências, realiza suas tarefas. Esta postura equivale a uma hermenêutica ontológica que incorpora diferentes formas de relação e aproximação com o passado, assimilando a subjetividade sem perder de vista os fenômenos estruturais, integrando a descontinuidades, rupturas, do mundo da vida (ARRUDA, 2014. p. 94). Nos interessa as experiências do tempo em que o fenômeno histórico efetivamente aparece originariamente em sua *doação de sentido ao mundo da vida*.

No fundo, o curso da modernidade anômala da sociedade brasileira não apresentou contradição com um projeto autoritário dos militares, de poder das elites, econômico dos liberais, e de conservação dos valores tradicionais. No regime, a consolidação da urbanização aos moldes da modernização capitalista conservadora oferece indícios de que essas ações

também eram “disputas pelo sentido da história, opondo interpretações, e justificativas diferentes, e não apenas sobre o direito à propriedade *tout court*” (Motta apud Santos, 2017. p. 149). Sentido que fez perpetuar a brasilidade das estruturas de poder, da violência que se atualiza, fundadas na longa duração, as adaptando ao contexto de modernização e anseios sociais de certos grupos da sociedade brasileira contemporânea. Que, como lembra Milton Santos, nunca foi desejosa de direitos, senão de privilégios. Privilégios que são fundados na violência.

Na grande história de Niterói, oficializada desde a sua formação, pouco se ouve falar das histórias que são contadas por aqueles que as vivem. Aqueles que constroem memórias sobre ela, aqueles que se movem de um lado para o outro, criando formas alternativas de viver. Além dessa grande história da cidade, existem pequenas histórias, outras cidades na cidade, que têm suas versões invisibilizadas ao longo do tempo pela narrativa oficial da modernização. Ao recorrer aos vestígios da memória e dos gestos na construção da narrativa histórica mudamos nossa forma de olhar para o tempo da cidade, que não pode ser compreendida de modo linear. Invisíveis são as cidades que não se veem no primeiro plano, vistas através de um sobrevoos.

Elas são invisíveis ao olhar do estrangeiro. Como diz o provérbio africano. São invisibilizadas pois reviram no tempo os vestígios que contradizem o progresso, o perigo da história única. São histórias que nos livram do carrego colonial. Itaipu, a cidade balneária, tantos nomes e desejos do que lhe fossem atribuídos à melhor e mais apropriada condição, é hoje parte de resistências e recordações.

O contexto recente de investimento massivo em obras de infraestrutura, a mudança de alguns critérios na elaboração do Plano Urbanístico da Região Oceânica desde 2019 tem sido motivo de controvérsias, principalmente no entorno das Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS, como são definidas deliberadamente as comunidades com baixo nível de renda situadas em áreas que são identificadas como não urbanizadas em Niterói. O Canto de Itaipu é uma entre as 145 que existem.

As discussões do Plano Diretor, hoje embargadas pelo Ministério Público Federal por suspeição de que os dispositivos de participação popular, não estão sendo respeitados. Há muito interesse para que a Região Oceânica seja alvo de um novo ciclo de expansão. Itaipu é um dos últimos bairros na enseada de Niterói que ainda não possui prédios e tem o seu patrimônio histórico reconhecido e preservado.

O que se pode esperar como resultado da chegada de mais moradores? Os novos significados para a Região Oceânica de Niterói, a “transoceânica”, estão sendo dados nos

últimos anos. Durante a pandemia de Covid-19, já no mestrado em História Social da Universidade Federal Fluminense, integrei a pesquisa aplicada com fontes de transações imobiliárias fornecidas pela Secretaria de Fazenda entre 2014 e 2022, produzido em parceria com a Prefeitura de Niterói, no Mapeamento Geohistórico MapGEOH 2021-2023¹¹⁰.

De acordo com a referida pesquisa, ainda inédita, nos últimos anos a média da procura por imóveis em Itaipu ou Região Oceânica excedeu as demais regiões da cidade de Niterói. Percentualmente, na cidade, o número de transações imobiliárias de apartamentos passa dos 59.9%. Itaipu, Piratininga e Camboinhas representam juntos quase 20% desse total nesse período, como mostram dados analisados para o ano de 2021. Para quem vive na Região já é possível perceber que o valor dos imóveis e a procura por apartamentos têm crescido consideravelmente.

A Reserva Extrativista Marinha completa 10 anos em 2023. Hoje ela sintetiza institucionalmente o alcance e o repertório dos gestos da comunidade de Itaipu no presente. Entre a modernidade e a tradição, os marcos regulatórios da área marítima de 3.943,28 hectares, criada em Setembro de 2013¹¹¹, são, hoje, no ano em que a cidade de Niterói completa seus 450 anos, o principal garantidor do direito da comunidade manter suas práticas vivas no local. O futuro é disputa pelo tempo, pelo sentido da história, pela participação popular para o bem-viver, aqui e lá, para as histórias e os locais que são vividos pelas comunidades tradicionais e seus saberes ancestrais que cuidam da Terra. Em movimento está a cena antropomórfica. Nossa tragédia global. Que faz em Itaipu, como em outras localidades da cultura uma instituição, o tempo da vida um objetivo de gestão, que gera a atmosfera de crises e incertezas como os cronótipos que dão sentido linear a história contemporânea.

¹¹⁰ Coordenação do professor Daniel Sanfelici do Departamento de Geografia da UFF.

¹¹¹ Decreto Estadual nº 44.417, de 30 de setembro de 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AFONSO, Marcelo. Um século de transformações técnicas e socioambientais da pesca caiçara no litoral de São Paulo (1910-2011) Dissertação. São Paulo. USP. 2013. p. 261
- ARRUDA, José J. A. Historiografia: teoria e prática. 1.ed. São Paulo. Alameda. 2014
- ALBERTI, Verena. Ouvir e contar: textos em história oral. Rio de Janeiro FGV. 2004. p. 10-43
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo. História Oral e Movimento Social: Narrativas Públicas. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo & GUSMÃO. Cainã, Movimento ecológico e história oral- das narrativas públicas à análise do acervo “lideranças ambientalistas em Niterói”. in: História Oral e movimento social. São Paulo. Letra e voz. 2016
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo & COSTA. Ademas Pereira. Educação Socioambiental, História Oral e Formação Docente: A construção de um projeto de ensino com pescadores. Revista Observatório, v. 4, n. 4, p. 738-762, 29 jun. 2018
- ANDRADE, Abrahão Costa. Si mesmo como história- ensaios sobre identidade narrativa. São Paulo. Edições Loyola. 2014
- BASTIAN, Eduardo F. PAEG e o Plano Trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo. in: Estudos Econômicos, 43 (1). Março de 2013.
- BRAUDEL, Fernand. História e Tempo presente. In: Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1992
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Editora da UFF, 2014, p.39-127.
- CANCLINI, Nestor. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo. Edusp 1 ed. 1990
- DREIFUSS, Renê: 1964: A conquista do Estado. ação política, poder e golpe de classe. Vozes. Petrópolis, 1987
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão: in: A produção do espaço urbano - agentes e processos escalas e desafios. (orgs) Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes Souza, Marica Encarnação Beltrão Sposito. São Paulo: Contexto. 2020.
- CHARTIER, Roger. História ou a leitura do tempo. 2ºed. Belo Horizonte. Autêntica. 2017
- CLAUZET, M., RAMIRES, M. & BARRELLA W. Pesca Artesanal e Conhecimento Local de duas populações caiçaras (enseada do mar virado e barra do una) no litoral de São Paulo. in: Multi Ciência. v.4, maio de 2005
- DIEGUES, Antônio Carlos. A Sócio Antropologia dos Pescadores Marítimos no Brasil: Uma Síntese Histórica. Texto de Trabalho. Centro de Culturas Marítimas no Brasil. Centro de Culturas Marítima- CEMAR/NUPAUB, USP.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. in: O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964. org. Jorge Ferreira e Lucila de Almeida Neves Delgado. 6º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016.

HARTOG, François. Regimes de Historicidade - presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte. Autêntica. 2015

_____. Evidência da História - o que os historiadores vêem. Belo Horizonte. Autêntica, 2020

HOBBSAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. São Paulo. Companhia das Letras. 1995

KANT DE LIMA, Roberto & PEREIRA, Luciana F. Pescadores de Itaipu: Meio Ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos;. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, (1979) 2006.

LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. v. 3. [original: 1974].

LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas da no período militar (1964-1985). in: A Ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do Golpe de 1964. org. Daniel Aarão Reis Filho. Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta - 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar; 2014

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): política econômica em tempos de turbulência. in: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. org. Jorge Ferreira e Lucila de Almeida Neves Delgado. 7º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2015

MARTINS, José. de S. A sociabilidade do homem comum: o cotidiano e a história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2021

MELLO, Marco Antonio. VOGEL, Arno. Gente das Areias - História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro Maricá-RJ, 1975 a 1995. 2 ed. Niterói-RJ. Eduff. 2017

MELO, Wanderson de. A Ditadura a questão da moradia e a modernização excludente: Roberto Campos em defesa do Sistema Financeiro de Habitação. in Verinotio. n.17 Ano IX. abril 2013

MENEZES, Allan Sinclair Haynes de. A Reserva Extrativista Marinha de Itaipu: A reificação de uma identidade ligada ao mar. Niterói, 2014.

_____. Manual de história oral. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 78 p

MIBIELLI, Bruno Leipner. Ser “Pescador Profissional Artesanal Tradicional de Itaipu”: e as redes de relação de uma trajetória. Niterói, UFF. 2014.

_____. Mestre Cambuci e “sumiço da tainha”: uma nova imagem de Itaipu. Niterói, UFF. 2004

MOREIRA, Vânia Maria Losada. JK: industrialização e o modelo oligárquico de desenvolvimento rural. in: O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964. org Jorge Ferreira e Lucila de Almeida Neves Delgado. 6º ed. -Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. PICCOLO, Mônica. O domínio de outrem. Propriedades e direitos no Brasil (séc. XIX e XX), volume 2.- São Luís: EDUEMA; Guimarães: Nós porcatudobem, 2017.

PAULET, Jean Pierre. A Mundialização. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2009

PÁDUA, José A. (org.). Ecologia e Política no Brasil. Rio, Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.

PEREIRA. M. C. B; MELLO, Y, R. Projetos Globais e Resistências Locais. Pescadores Artesanais e Unidades de Conservação no Litoral, Rio Janeiro- Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente. UFPR. Dezembro de 2011.

PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu. Niterói, RJ: EDUFF, 2003.

PORTELLI. Alessandro. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, vol 1, n.º 2, 1996, p. 59-72

_____, História Oral como arte da escuta. São Paulo. Letra e Voz. 2016.

_____. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e fontes orais. Revista Tempo, Rio de Janeiro. Vol 1. nº2, 1996. p.59-72

RESENDE, Alberto Toledo. MetrÓpole e formas de resistência: atividade pesqueira no Litoral Leste Metropolitano do Rio de Janeiro. Monografia – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo. 2005.

_____.A origem da institucionalidade da pesca Artesanal. In: Pesca Artesanal e produção do espaço. Org. SILVA. Catia Antonia. Rio de Janeiro, Consequência, 2014

REVEL, Jacques. Micro História, Macro História: o que as variações de escala ajudam a pensar um mundo globalizado. Revista Brasileira de Educação. 2010

RICOEUR. Paul. A Memória, a história e esquecimento. Tradução. Alain François. Campinas, SP: Editora Unicamp. (2001) 2007.

_____. Tempo e Narrativa.v. I, II, III. São Paulo. WMF Martins Fontes. (1983-1985) 2010.

RÜSEN. Jorn. Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã. Tradução de Nélio Schneider. 1º ed. Petrópolis: Vozes, 2014

NEVES. Margarida. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX In: O Brasil Republicano. Orgs, FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia. 8 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2016

SANTOS. Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo. Hucitec: 1993

SAMPAIO. Antônio Carlos Jucá de. Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional. In: FRAGOSO, J; GOUVÊA, M. F. (Orgs.) Brasil Colonial. VI. 2 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SALANDIA. Luis Fernando. O papel da estrutura fundiária, das normativas urbanas e dos paradigmas urbanísticos na configuração espacial da Região Oceânica de Niterói, Rj" Dissertação. Rio de Janeiro 2001

SILVA. Catia Antonia. Política Pública e Território. Passado e Presente na efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro. Consequência. 2015.

_____. Pesca artesanal e produção social do espaço. Desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____. História social da pesca e da modernização espacial do Rio de Janeiro: a árdua tarefa de periodizar os eventos. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 11, n.1, págs. 2-19, jan/jun. 2015

SILVA, Luiz Geraldo. História e Meio Ambiente: a pequena pesca marítima no Brasil. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, 10/11, 1998. P. 219-231

VELHO, Gilberto. A utopia urbana: um estudo de antropologia social Rio de Janeiro: Zahar, 1973

ZIBECHI, Arthur. Territórios em resistência. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

WEHRS, Carlos Niterói - Cidade Sorriso, a História de um Lugar. Rio de Janeiro, Sol Gráfica, 1984.

Fontes:

-Imprensa

ABERTURA simbólica do túnel Charitas-Cafubá, em Niterói. O Globo. Rio de Janeiro. 23 de dezembro de /2016.

ALMIRANTE FUNCIONÁRIO da Veplan. Itaipu. Jornal do Comércio. 12 de Janeiro de 1975
ANÚNCIO IMOBILIÁRIO. Veplan Itaipu. Jornal do Brasil. 1978

AÇÃO DE EMBARGO contra a Veplan. Jornal do Brasil 3 Setembro 1982

ANÚNCIO DE IMÓVEIS, Veplan Itaipu. O Fluminense 24 de julho de 1978

COLÔNIA DE Itaipu pede socorro. O Fluminense 29 de Julho de 1988

COM CERCA de 35% das obras concluídas Transoceânica ainda causa dúvidas. Após um ano de obras saiba quais são os próximos passos. O Dia. Rio de Janeiro 28/5/2016

COMUNIDADE Planejada de Itaipu. Depois de 5 anos de estudo urbanísticos a e consideráveis investimentos em infraestrutura a Veplan Residência inicia a comercialização do mais importante empreendimento já levado e feito neste país. Jornal do Brasil 26 de Julho de 1978

DEMARCAÇÃO da RESEX Itaipu restringe atividade pesqueira em Niterói. Um ano após criação da reserva, apenas 150 dos 787 pescadores estão autorizados a exercer a atividade. O Globo. Rio de Janeiro. 17/10/2014

DIREITOS AMEAÇADOS. O Fluminense 11 de julho de 1983

DRENAGEM das lagoas de Piratininga e Itaipu começa mês que vem. Conclusão de projeto da Coppe-UFRJ

ainda não tem data prevista, mas secretário promete fim do esgoto. O Globo. Rio de Janeiro. 26/11/2012.

EM ITAIPU o mar não está mais para peixe. César Loureiro. Jornal do Brasil Junho de 1978.

EM DEFESA da pré-história. Jornal do Brasil 16 de Junho de 1989

GARÇOM de Itaipu serve bebida a bordo. Jornal do Brasil 30 de março de 1986.

H. C CORDEIRO Guerra e Veplan concluem incorporação. Jornal do Commercio 31 de Julho de 1973

ENCONTRO DAS GARÇAS reuniu quatro mil. O Fluminense 18 de outubro de 1982.

ITAIPU E CAMBOINHAS, os novos rumos. O Fluminense 25 de janeiro de 1980.

ITAIPU a primeira comunidade planejada do Brasil- O Fluminense 5 de agosto de 1978

ITAIPU SE TRANSFORMA em um canteiro de Lixo. Jornal do Brasil 4 de maio de 1974

LAGOA de Itaipu encolhe a olhos vistos e ocupações às margens avançam. Estudo constata que corpos-d'água de Itaipu e Piratininga perderam 880 mil metros quadrados entre 1976 e 2011. O Globo. 13/6/2015

MARINHA informa que autorizou as obras da Veplan em Itaipu. O Fluminense. Niterói. 20 de Outubro de 1979

O URBANISTA Reis Veloso. Jornal do Commercio. 18 de Maio de 1979

O PROJETO da Veplan. Orla e Lazer. O Fluminense 26 de Junho de 1976.

MORADORES INVADEM as áreas secas da Lagoa. Postura examina venda ambulante na praia. O Fluminense 17 de março de 1980.

NITERÓI PODERÁ ter central de Pesca. O Fluminense. 2 de fevereiro de 1976

PESCA FRUSTRADA. O Fluminense. 7 de novembro de 1977.

PESCADORES QUEREM que a paz seja preservada e que não falte peixe na rede. O Fluminense 16 de março de 1976

PESCADORES DE ITAIPU terão ajuda do RJ. O Fluminense 12 de julho de 1983
PESCADORES PODEM à Sudepe financiamento de material. O Fluminense 27 de março de 1986
PESCADORES RELUTAM em sair para a limpeza de Itaipu. O Fluminense 14 de Junho de 1989)
PESCADORES VS VEPLAN. Tribuna da Imprensa. 16 de fevereiro de 1979
POSTURA EXAMINA venda ambulante na praia. O Fluminense 17 de março de 1980
PONTE PROVOCA crise e prefeitos apontam solução urbanística. JB 7 de janeiro de 1973
PLANO PROPÕE integração de pescadores de Itaipu a projeto urbano e turístico. Jornal do Brasil 16 de novembro de 1975
SERRA da Tiririca e lagoa de Itaipu são ameaçadas por especuladores. Blog do Axel Graef e Jornal O Fluminense, Niterói - RJ, 05 de dezembro de 2009.
SAMBA SUOR e cerveja nas praias. O Fluminense Turismo. 16 de janeiro de 1984
SENHOR REDATOR. O Fluminense 28 de fevereiro de 1971
SINALIZAÇÃO ADVERTE barracas e birosacas. O Fluminense 18 de Fevereiro de 1989
SOL, TRANQUILIDADE e peixe gostoso estamos em Itaipu. Jornal do Brasil. Maria Alice Paes Barreto. 8 de dezembro de 1978.
TRÂNSITO muda em Itaipu para obras da TransOceânica. O Fluminense. Rio de Janeiro. 18 de julho de 2015.
UM BAIRRO entre a agitação e a tranquilidade. O Fluminense. 24 de março de 1976
VEPLAN- Itaipu será modelo de uma comunidade planejada. O Fluminense. Niterói .4 de junho de 1979
VEPLAN-ITAIPU será modelo de uma comunidade Planejada. O Fluminense. 4 de Julho de 1979.
VEREADOR PROCESSA colega por calunia. O Fluminense 15 de março de 1980.
VENDEDORES DO MAR percorrem de bote praias de Niterói. Jornal do Brasil 1986

- Cartilhas

CARTILHA para o trabalho de base da campanha pelo território pesqueiro. Realização: Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais.
ITAIPU pescando histórias. Org: Eliana Leite e Jairo Augusto da Silva. Realização: Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu-ALPAPI- Márcio Castilho, professor do Curso de Comunicação Social –UFF

-Documentos oficiais.

ATAS DO ACERVO da Câmara Municipal de Niterói. 1º livro do ano de 1979. 27 de Março de 1979.
ATAS DO ACERVO da Câmara Municipal de Niterói. 1º livro do ano de 1980 9 de Abril de 1980
ATAS DO ACERVO da Câmara Municipal de Niterói. 1º livro do ano de 1980. 9 de Abril de 1980. Sessão ordinária.
RELATÓRIO da Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil. CPI da especulação Imobiliária. 28 de novembro de 1978.

- Leis e Decretos

PREFEITURA DE NITERÓI- Lei nº 2113 de 5 de dezembro de 2003.
PREFEITURA DE NITERÓI- Lei nº 2874, DE 13/12/2011
ALERJ - Decreto Estadual nº 44.417, de 30 de setembro de 2013.
BRASIL- Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000

BRASIL- Decreto Federal nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990
BRASIL. Decreto Federal nº 73.632, de 13 de Fevereiro de 1974
BRASIL. Decreto Federal nº 16.183, de 25 de Outubro de 1923

Fontes Digitais

Inea:

SISTEMA LAGUNAR de Itaipu e Piratininga.

<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/MegaDropDown/Monitoramento/Qualidadedaagua/Lagoas/SistLagunardeItaipuPiratininga/index.htm>

PROJETO DE RECUPERAÇÃO das lagoas de Piratininga e Itaipu

http://www.inea.rj.gov.br/Portal/MegaDropDown/ProgramaseProjetos/INEA_015153&lang=#ad-image-0

Ibram:

EXPOSIÇÃO REVELA a participação da comunidade no Museu de Itaipu. Ibram. Brasília. 15 de janeiro de 2010.

www.museus.gov.br/exposicao-revela-participacao-da-comunidade-no-museu-de-itaipu/

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO de Pessoas de Memórias. Ibram. Rio de Janeiro. 2018.

http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/livro_pem_dupla.pdf

O TEMPO E O VENTO. in: MUSEU DE ARQUEOLOGIA de Itaipu. Brasília. Ibram 2014.

www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Livreto_MuseuIbram_Itaipu_RJ.pdf